



UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN
FACULTAD DE CIENCIAS JURIDICAS, POLITICAS Y DE LA
COMUNICACIÓN
MAESTRIA EN CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN

A FORMAÇÃO DO EDUCADOR QUE TRABALHA COM EDUCANDOS
SURDO NOS 1º, 6º E 7º ANO NA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO
FUNDAMENTAL DEPUTADO ABEL FIGUEIREDO NO MUNICÍPIO DE
MOCAJUBA - PARÁ BRASIL

Luciane Lopes

Asunción - Paraguay

2018

Luciane Lopes

**A FORMAÇÃO DO EDUCADOR QUE TRABALHA COM EDUCANDOS
SURDOS NOS 1º, 6º E 7º ANO NA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO
FUNDAMENTAL DEPUTADO ABEL FIGUEIREDO NO MUNICÍPIO DE
MOCAJUBA – PARÁ, BRASIL**

Tesis de Maestría presentada a la Facultad de
Ciencias de la Educación como requisito parcial
para la obtención del título de Maestría en Ciencias
de la Educación.

Tutor: Profº Dr. PhD Antonio Hernández

Asunción - Paraguay

2018

Lopes, L. 2018. A formação do educador que trabalha com educandos surdos nos 1º, e 6º e 7º ano na Escola Municipal de Ensino Fundamental Deputado Abel Figueiredo no município de Mocajuba - Pará Brasil.

Luciane Lopes. Asunción, Paraguay, 2018. 166 p.

Tutor: Profº Dr Phd Antonio Hernández Fernández

Dissertação acadêmica em Mestrado em Ciências da Educação – UAA, 2018.

Palavras-chaves: Formação-Docente-Methodologia-Libras-Surdo.

Luciane Lopes

**A FORMAÇÃO DO EDUCADOR QUE TRABALHA COM EDUCANDOS
SURDOS NOS 1º, 6º E 7º ANOS ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO
FUNDAMENTAL DEPUTADO ABEL FIGUEIREDO NO MUNICÍPIO DE
MOCAJUBA - PARÁ BRASIL**

A dissertação apresentada, defendida e aprovada para o curso de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Ciências Humanas e da Comunicação da Universidade Autônoma de Assunção como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Educação, no dia... de 2018
diante a banca examinadora conformada por:

Asunción, Paraguay

2018

A minha mãe, pelo apoio, incentivo e por acreditar na minha capacidade de finalizar essa pesquisa, a qual enfrentei muitos obstáculos no decorrer de sua construção, mesmo assim não desisti, persisti.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus por ter dado o sopro da vida, sabedoria para concluir esse trabalho o qual é de suma importância para a minha carreira profissional, a confiança que a Ele entreguei que foram os momentos mais difíceis e pensei em abdicar, no entanto fui sustentada por Ele. Pela inteligência e paciência proporcionada por esse Deus maravilhoso.

A minha querida família pela força, por acreditar na minha capacidade, por entenderem desde a minha primeira viagem a Assunção para cursar o mestrado, que mesmo em um local muito distante da minha pátria, assimilaram com bastante segurança a importância de continuar os estudos, embora nossos corpos fossem afastados nos períodos da pesquisa e compreenderam a precisão da minha ausência para os momentos da pesquisa de campo e principalmente na construção da escrita. Em especial a minha mãe e ao meu pai, pessoas essas que tem meu carinho e admiração.

Ao meu tutor Prof^o Dr. PhD Antonio Hernández Fernández que com grande sabedoria e simplicidade direcionou para que fosse concretizada essa pesquisa. O qual teve grande paciência em ler os trabalhos enviados por correio eletrônico e na mesma hora logo respondia com a mesma gentileza que respondia mais de três vezes as minhas dúvidas. E quando estava preocupada, ele sempre conduzia da melhor forma, repassando assim segurança. E a sua capacidade de orientar nortear com tanta clareza e competência essa tese.

A examinadora banca pelas suas sugestões que são importantes e posteriormente as observações feitas a respeito da qualificação e defesa dessa tese, aos mestres e doutores da educação que desde o primeiro ao último módulo repassaram com segurança e eficiente os conteúdos em sala de aula, os quais foram de fundamental importância para a minha aprendizagem.

Em especial a minha querida amiga a professora doutoranda da Ufpa Telma Sobrinho, por ser a generosidade em pessoa que na maioria das vezes me acolheu em seu apartamento para viajar a Assunção para cursar o mestrado, na mesma proporção me levava e buscava no aeroporto de Belém, gentileza essa que é muito raro hoje em dia, a minha sincera obrigada.

As pessoas que embora não nomeados que estavam vibrando e deram seu incentivo e apoio para que eu seguisse e concluísse essa tese, dizendo que ia dá tudo certo e deu realmente. Pois sabiam da importância desse título acadêmico para o meu profissionalismo.

Temos dificuldade de incluir todos nas escolas porque a multiplicidade incontrolável e infinita de suas diferenças inviabiliza o cálculo, a definição desses sujeitos e não se enquadra na cultura de igualdade das escolas.

Mantoan. M.T.E, (2013, p. 32)

O desafio das diferenças nas escolas. Petrópolis, RJ: Vozes.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS.....	xi
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS.....	xii
LISTA DE FIGURAS.....	xiii
LISTA DE GRÁFICOS.....	xiv
RESUMEN.....	xv
RESUMO.....	xvi
ABSTRACT.....	xvii
INTRODUÇÃO.....	1
1. MARCO DE REFERÊNCIA.....	10
1.1 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE SURDOS.....	10
1.1.1. Na Idade Antiga Sua escrita começa em 476 d.C.....	10
1.1.2. Idade Média Inicia a escrita de 476- 1453.....	14
1.1.3. Idade Moderna 1453-1789.....	32
1.1.4. Idade Contemporânea vai desde 1789 até os nossos dias.....	36
1.1.5. Ajuda do Cristianismo.....	42
1.2. A ORIGEM SOBRE A EDUCAÇÃO DOS SURDOS.....	44
1.2.1 Correntes filosóficas de educação de surdos.....	48
1.2.2 Filosofia Oralista.....	48
1.2.3 Filosofia Comunicação Total.....	51
1.2.4 Bilinguismo.....	54
1.3 Conhecendo a respeito da surdez.....	57
1.3.1 Sobre a deficiência auditiva.....	57
1.3.2 Entendendo melhor sobre o sistema auditivo.....	58
1.3.3 Perda da audição através do barulho.....	61

1.3.4 Deficiência auditiva contra Surdez.....	62
1.3.5 Pessoa com deficiência auditiva.....	62
1.3.6 Conceituando pessoa com Surdez.....	62
1.3.7 Perdas auditivas e seus motivos.....	63
1.3.8 Causas pré-natais.....	63
1.3.9 Causas perinatais.....	65
1.3.9.1 Causas pós-natais.....	66
1.3.9.2 Classificando as deficiências auditivas.....	67
1.3.9.3 A respeito da aquisição.....	68
1.3.9.4 A respeito da localização.....	68
1.3.9.5 Em relação ao grau das perdas auditivas.....	70
1.3.9.6 Perda auditiva LEVE.....	71
1.3.9.7 Perda auditiva MODERADA.....	71
1.3.9.8 Perda auditiva SEVERA.....	72
1.3.9.9 Perda auditiva PROFUNDA.....	72
1.4 LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS.....	73
1.4.1 Conhecendo sobre a história da Libras.....	74
1.4.2 Língua de Sinais.....	76
1.4.3 Tipos de Sinais.....	81
1.4.4 A Legalização da Língua Brasileira de Sinais.....	83
1.4.5 A respeito do intérprete de Libras.....	84
1.5 FORMAÇÃO DE PROFESSORES.....	87
1.5.1 A Formação Inicial.....	90
1.5.2 A formação permanente.....	91
2. MARCO METODOLÓGICO.....	96
2.1 contextura do espaço sócio-econômico.....	97
2.2 Limite.....	98
2.3 Economia.....	98
2.4 O nascimento do nome de Mocajuba.....	100
2.5 Origem do Município de Mocajuba.....	100

2.6 A gênese da câmara municipal.....	101
2.7 Desenho, tipo e enfoque da investigação.....	101
2.8 Delimitação sobre a pesquisa.....	117
2.9 População e amostra.....	120
2.9.1 Técnicas e instrumentos da coleta de dados.....	124
2.9.2 Técnica de observação participante.....	125
2.9.3 Guia de Entrevista.....	127
2.9.4 Procedimentos para coleta dos dados.....	128
2.9.5 Técnicas de análise e interpretação dos dados.....	130
3. ANÁLISE DOS DADOS.....	133
3.1 Examinar que tipo de formação acadêmica tem o educador que trabalha com educando surdo.....	135
3.2 Tipo de Metodologias usadas pelos docentes que trabalham com discentes surdos.....	141
3.3 Desvelar que tipo de metodologia são utilizadas pelos professores que atuam com educandos surdos.....	142
3.4 Que tipo de apoio a escola propõe aos educandos que desenvolvem trabalho com educando quando se refere a incluí-lo na sala regular.....	150
CONCLUSÃO.....	154
RECOMENDAÇÕES.....	
REFERÊNCIAS.....	162
ANEXOS	

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Nível de ruído.....	67
TABELA 2: Nível de Audição em Decibéis (dB).....	71
TABELA 3: Países e suas línguas de sinais.....	79
TABELA 4: A diferença entre a Língua Portuguesa e a Língua Brasileira de Sinais.....	80
TABELA 5: Formação acadêmica dos docentes.....	135
TABELA 6: Tempo de trabalho do docente em sala de aula com estudante surdo.....	137

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01: No que se refere se o professor possui curso de Língua Brasileira de Sinais Libras e se almeja adquirir caso ainda não tenham.....	143
GRÁFICO 02: Suportes recorrido em sua metodologia para desenvolver trabalho com discentes surdos.....	146
GRÁFICO 03: Se sente dificuldade para ensinar estudante surdo.....	149
GRÁFICO 04: Metodologia usada em sala de aula para educando surdo.....	151
GRÁFICO 05: Suporte escolar aos docentes da sala regular que desenvolvem trabalhos com discentes surdos.....	153
GRÁFICO 06: Política educacional focada ao educando surdo.....	154
GRÁFICO 07: Participação do estudante surdo na política pública que a escola oferece.....	156

LISTA DE ABREVIATURAS

Libras - Língua Brasileira de Sinais.....	1
LSF - Langue Signaux Française.....	2
INES - Instituto Nacional de Educação de Surdos.....	2
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.....	3
d.C - Depois de Cristo.....	10
a.C - Antes de Cristo.....	13
EUA - Estados Unidos da América.....	20
Dr. - Doutor.....	21
LS - Língua de Sinais.....	21
Unesco.....	39
IESP - Instituto Educacional São Paulo.....	47
PUC - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.....	47
ASL - Língua de Sinais Americana.....	53
MEC - Ministério Nacional da Educação.....	57
L.P - Língua Portuguesa.....	57
Deficiência Auditiva - D.A.....	57
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.....	58
dB - decibéis.....	58
H - Horas.....	68
Min. Minutos.....	68
LSE - Lengua de Signos Española.....	81
LGP - Língua Gestual Portuguesa.....	81
LSM - Lengua de Senhas Mexicana.....	81
DGS - Deutsche Gebardens prache.....	81
DF - Distrito Federal.....	85
FENEIS - Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos.....	87
EMEF - Escola Municipal de Ensino Fundamental.....	98

KM – Quilômetro.....	100
PDDE - Programa Dinheiro Direto na Escola.....	120
PDE - Plano de Desenvolvimento da Escola.....	120
EJA - Educação de Jovens e Adultos.....	120
IDEB Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.....	121
AEE - Atendimento Educacional Especializado.....	140

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01: O PRIMEIRO ALFABETO MANUAL DA LIBRAS DO SÉCULO XVII..	17
FIGURA 02: INSTITUTO NACIONAL PARA SURDOS-MUDOS DE PARIS.....	33
FIGURA 03: CENAS DO FILME: VICTOR, O MENINO SELVAGEM 12.....	34
FIGURA 04: INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DOS SURDOS NO RIO DE JANEIRO.....	46
FIGURA 05: TIPOS DE COMUNICAÇÃO.....	58
FIGURA 06: ORELHA VISTA ATRAVÉS DE UMA TRANSPARÊNCIA DA PELE	59

DA BOCHECHA.....	
FIGURA 07: ORELHA EXTERNA, MÉDIA E INTERNA.....	60
FIGURA 08: CONDUTO AUDITIVO EXTERNO.....	60
FIGURA 09: ORELHA EXTERNA.....	61
FIGURA 10: PERDA CONDUTIVA.....	69
FIGURA 11: PERDA NEUROSENSORIAL.....	70
FIGURA 12: PERDA CENTRAL.....	70
FIGURA 13: PERDA MISTA.....	71
FIGURA 14: TELEFONE.....	83
FIGURA 15: BEBÊ.....	83
FIGURA 16: CARRO.....	83
FIGURA 17: MÃE.....	83
FIGURA 18: PAI.....	83
FIGURA 19: TRABALHAR.....	84
FIGURA 20: NAMORAR.....	84
FIGURA 21: ALFABETO MANUAL DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS.....	85
FIGURA 22: DA ESCOLA MUNICIPAL DEPUTADO ABEL FIGUEIREDO.....	122

RESUMO

A presente dissertação é uma inquietação no que tange sobre *A formação do educador que trabalha com educandos surdos nos 1º, 6º e 7º ano na escola municipal de ensino fundamental Deputado Abel Figueiredo no município de Mocajuba – Pará*. Tem como problemática: Qual é a formação do educador que trabalha com educandos surdos no 1º, 6º e 7º ano na escola municipal de ensino fundamental Deputado Abel Figueiredo no município de Mocajuba – Pará, Brasil? Sendo seu objetivo principal é Identificar como esta sendo a formação do educador que trabalha com educandos surdos nos 1º, 6º e 7º ano na escola municipal de ensino fundamental Deputado Abel Figueiredo no município de Mocajuba Pará Brasil? Com a finalidade de alcançar esse objetivo, ordenaram-se os objetivos específicos são: avaliar a formação dos educadores que trabalham com educandos surdos; conhecer as metodologias utilizadas pelos professores que trabalham com educandos surdos nos 1º, 6º e 7º ano; correlacionar a política pública adotada pela escola para junto com os professores e frente ao trabalho com educandos surdos analisar a sua proposta de educação inclusiva. Adotou-se nessa pesquisa estudo tipo descritivo, com desenho não-experimental, transversal, com enfoque qualitativo. Utilizou-se na coleta dos dados, a observação, análise documental e guia de entrevista contendo 15 perguntas abertas, direcionadas aos docentes que trabalham com educandos surdos. Tendo uma população de 19 (dezenove) professores que desenvolvem trabalho com os discentes surdos. Fundamentou-se a pesquisa nos referenciais teóricos que abordam sobre a formação do educador que trabalha com educandos surdos. A pesquisa foi concretizada no Brasil, no estado do Pará, no município de Mocajuba, na Escola Municipal de Ensino Fundamental Deputado Abel Figueiredo no período dos meses de novembro e dezembro de 2014. Com essa investigação, os resultados alcançados ilustram que embora os docentes atuem em sala de aula, porém mais da sua metade desconhecem a Libras, logo a prática pedagógica requer um conhecimento específico nessa língua. Concluiu-se que os docentes precisam de uma formação que os capacite a atuar com os discentes surdos, pois uma vez que 75% desses profissionais não têm acesso a Língua de Sinais.

Palavras-chave: Surdez, Libras, Docente e Formação.

RESUMEN

La presente disertación es una inquietud en cuanto a la formación del educador que trabaja con educandos sordos en los 1º, 6 y 7º año en la escuela municipal de enseñanza fundamental. Deputado Abel Figueiredo en el municipio de Mocajuba - Pará. Tiene como problemática: ¿Cuál es la formación del educador que trabaja con educandos sordos en el 1º, 6º y 7º año en la escuela municipal de enseñanza fundamental Deputado Abel Figueiredo en el municipio de Mocajuba - Pará Brasil? Siendo su objetivo principal es analizar la formación del educador que trabaja con educandos sordos en el 1º. 6º y 7º año en la escuela municipal de enseñanza fundamental Deputado Abel Figueiredo en el municipio de Mocajuba Pará Brasil? Con el fin de alcanzar ese objetivo, se ordenaron los objetivos específicos: evaluar la formación de los educadores que trabajan con educandos sordos; conocer las metodologías utilizadas por los profesores que trabajan con educandos sordos en el 1º. 6º y 7º año; correlacionar la política pública adoptada por la escuela para junto con los profesores y frente al trabajo con educandos sordos analizar su propuesta de educación inclusiva. Se adoptó en esa investigación estudio tipo descriptivo, con diseño no experimental, transversal, con enfoque cualitativo. Se utilizó en la recolección de los datos, la observación, análisis documental y guía de entrevista conteniendo 15 preguntas abiertas, dirigidas a los docentes que trabajan con educandos sordos. Con una población de 19 (diecinueve) profesores que desarrollan trabajo con los alumnos sordos. Se fundamenta la investigación en los referenciales teóricos que abordan sobre la formación del educador que trabaja con educandos sordos. La investigación fue concretada en Brasil, en el estado de Pará, en el municipio de Mocajuba, en la escuela municipal de enseñanza fundamental Diputado Abel Figueiredo en el período de los meses de noviembre y diciembre de 2014. Con esa investigación, los resultados alcanzados ilustran que aunque los docentes actúan en el aula, pero más de su mitad desconocen a Libras, luego la práctica pedagógica requiere un conocimiento específico en esa lengua. Se concluyó que los docentes necesitan una formación que los capacite para actuar con los discordantes sordos.

Palabras clave: Surdez, Libras, docente y formación.

ABSTRACT

INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem como o título “*A formação do educador que trabalha com educandos surdos nos 1º, 6º e 7º ano na escola municipal de ensino fundamental Deputado Abel Figueiredo no município de Mocajuba - Pará Brasil*” – a qual tem como objetivo pesquisar a formação do educador que trabalha com educando Surdo. Essa temática eleita é uma grande inquietação no que se refere à maneira como os professores estão sendo preparados como profissionais em especial quando se trata pra trabalhar com educando Surdo no município de Mocajuba que fica localizada no estado do Pará.

Nos estudos conduzidos por Quadros & Karnopp (2004), demonstram que as línguas consideradas naturais podem ser compreendidas tanto arbitrárias, quanto alguma coisa que nasce com o homem, sendo que essas duas correntes estão correlacionadas nos pensares dos filósofos genuinamente de Platão e Aristóteles. Que a dualidade, o deslocamento da mesma forma a habilidade para falar sobre várias coisas objetos e até relatar evento, é algo completamente difícil no mundo animal que desenvolve esses traços, nesse sentido a fala, a comunicação são somente para o ser humano, logo o bicho não tem essa capacidade de desenvolve - lá.

De acordo com Honora (2014, p. 13), afirma que “ nos diferenciamos de todos os outros animais da terra, devido à nossa capacidade de comunicação”. A autora Considera uma das características fundamentais na espécie humana é a capacidade de comunicação. Nessa direção, de certo esse comunicar apresenta-se através de ruídos, mímica, imagem, escrita, desenho, fala e até mesmo por meio de sons. Sendo que certas investigações indicam que nos comunicamos na maior parte utilizando a fala.

Na pesquisa de Quadros & Karnopp (2004), afirmam que de acordo com Platão, o qual era naturalista no que tange às palavras, declarando que a linguagem nasce com o homem, sendo assim somente o ser humano tem a possibilidade de falar e igualmente de se comunicar com o seu semelhante

Ainda nos dizeres de Honora (2014) explica que as Línguas de Sinais são tão complexas quanto às línguas orais, embora seja uma língua onde a sua modalidade difere, tornando-se não oral-auditiva como acontece nas línguas orais, sendo assim viso motor por se referir a uma língua

a qual vai ocupar de um espaço no momento que as mãos forem se movimentando e ao mesmo tempo ser percebida por meio da visão, ou seja, pelos olhos. Logo se entende o porquê que ela é viso motora ou se preferir chamar de viso espacial, uma língua que se olha em um determinado espaço, a autora ainda relata que faz parte da gênese da linguagem humana o comunicar, assim como de maneira usando os sinais e não somente de forma oralizada.

Na visão de Honora (2014) a Língua Brasileira de Sinais – Libras pode ser também chamada de Língua de Sinal igualmente Língua Brasileira, ela é uma língua espacial-visual articulada através das mãos, das expressões faciais e do corpo é uma língua natural utilizada pela comunidade Surda brasileira. Atualmente a Libras é a segunda língua oficial do Brasil possui sua própria estrutura gramatical, do mesmo modo o seu alfabeto manual da Língua Brasileira de Sinais é utilizado com o objetivo de descrever algumas palavras que não possuem sinal específico, bem como nomes e endereço entre outro.

A Libras teve sua raiz na Língua Francesa de Sinais, na sua origem é Langue Signaux Française - LSF, com precisão da vinda de um professor Francês com o nome de Eduardo Hernet Huet no ano de 1855 junto à família real de Portugal o qual veio a convite de D. Pedro II que tinha um neto Surdo, filho de sua filha a Princesa Isabel. Logo depois D. Pedro no dia 26 de setembro do ano de 1857 pediu para Huet que inaugurasse no Rio de Janeiro o “Instituto de Surdos Mudos no Rio de Janeiro”, situado em Laranjeiras, no próprio Rio de Janeiro. Que hoje recebe o nome de Instituto Nacional de Educação de Surdos- INES.

Alfabeto Manual da Língua Brasileira de Sinais – Libras atualmente hoje contém 26 caracteres conforme a divulgação do INES.

Existe ainda a observação da utilização dos classificadores pela pessoa com Surdez, bem como define Quadros (2006, p. 21) assim:

Sinais que utilizam um conjunto específico de configurações de mãos para representar objetos incorporando ações. Tais como classificadores são gerais e independem dos sinais que identificam tais objetos. É um recurso bastante produtivo que faz parte da língua de sinais.

Sendo que esse classificador na verdade não é um sinal ele faz a marcação de certo objeto como, por exemplo: “carregar um balde d’água”, porém está incluído na Língua de Sinais.

Por décadas a fim os Surdos sofreram por longo período, por essa razão lutaram muito também para assim terem seus direitos garantidos e amparados por lei, suas travadas e constantes

lutas foram focadas em objetivos, dentre seus objetivos um deles era o reconhecimento e oficialização se sua própria Língua de Sinais bem como a reserva de porcentagem quando aberto um concurso público, sendo um número porcentual das vagas são destinadas a eles legalmente e a presença de um intérprete de Libras seja nos eventos tais como: seminário, congresso, igreja e principalmente nas escolas, pois o intérprete de Libras por sua vez que fará a ponte entre o que está sendo dito pela pessoa ouvinte através da Língua de Sinais para a pessoa Surda.

No Brasil as leis no que tange à educação, são feitas para que as normas sejam realizadas a partir de sua existência, embora algumas vezes essas não fossem cumpridas, é histórico dizer que de tempo em tempo elas são modificadas, reformuladas de acordo com a precisão de sua nação a qual na grande maioria o momento em que vivem é diferente do tempo pretérito, entendendo que uma lei no decorrer do tempo será substituída por outra lei, apresentando um novo texto quase sempre bem diferente do anterior nesse sentido a lei nº 5.692/71 é substituída pela de nº 9.394/96 que foi reformulada por Darcy Ribeiro a qual é a lei regente no Brasil nos dias de hoje.

No que faz referência à Educação Especial estudos conduzidos sob a orientação de Carneiro (2012, p. 425) mais precisamente no seu artigo 58, que afirma:

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar, oferecendo preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

Esse artigo está relacionado aos discentes que tem algum tipo de deficiência, onde o mesmo deve estudar de preferência em uma classe regular junto com outros estudantes que na maioria das vezes não têm nenhuma deficiência. Embora esteja na maioria dos registros seja na LDB, ou demais origem de pesquisa, é comum ler o termo portador de necessidades especiais, porém atualmente o termo mais aceito é pessoa com deficiência.

De acordo com a LDB lei nº 9.394/96, de 20/12/96 em esclarece que aluno com necessidades educacionais especiais é [...]; expor o aluno a barreiras de níveis maiores ou menores de dificuldade. Ou quando [...]; os professores, em geral, sabem como desenhar estratégias de ultrapassagem dessas limitações”. Diante a LDB é considerado estudante com necessidades educacionais especiais o qual tem alguma necessidade no sentido quando o professor constrói estratégias que por meio delas esse aluno aprenda e as mesmas estejam voltadas para a sua realidade.

Ainda citando a LDB lei nº 9.394/96, mais especificamente em seu artigo 58 o qual se refere à Educação Especial os “educandos portadores de necessidades especiais”, em seu olhar mais amplo e recente são [...]; os alunos com deficiência auditiva [...]; Retomando, além da deficiência auditiva que a educação especial aborda também existem outras. Ela não se limita somente a uma, e sim várias.

No Brasil quando se refere à Educação dos Surdos assim como a Língua Brasileira de Sinais – Libras que é uma língua específica desse país incluiu duas leis e um decreto que serão explicados, são eles:

Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002; Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 e a Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010.

A Lei nº 10.436 que é a primeira lei, na data do mês de abril do ano de 2002 reconhece que a Língua Brasileira de Sinais - Libras como a língua materna, língua natural dos Surdos que é utilizada legalmente pelas pessoas com Surdez do Brasil. Adiante entendendo o artigo juntamente com o parágrafo único, como:

Art. 1º É reconhecido como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais – Libras e outros recursos de expressão a ela associados.

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais – Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema lingüístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema lingüístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades e de pessoas Surdas do Brasil.

Nessa direção a Língua Brasileira de Sinais segue toda uma lei que a ampara legalmente sendo a primeira língua da pessoa com Surdez, nesse sentido a Libras é oficialmente a Língua de Sinais a que por meio de artigo e parágrafo a legitima a segunda língua do Brasil.

Entende-se hoje juridicamente o conceito da Língua Brasileira de Sinais - Libras, como: “a forma de comunicação e expressão, com o sistema lingüístico de natureza visual-motora, e estrutura gramatical própria”, que “constituem um sistema lingüístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidade de pessoas Surdas do Brasil”. (Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002).

Em seguida após três anos da lei de 2002 para complemento foi criado o Decreto Federal nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Na verdade a lei da Libras embora já sancionada pelo Presidente da época Fernando Henrique

Cardoso o que vem a tornar de fato uma lei legal é o seu decreto, antes dele ela não era muito aceita por determinados grupos, por isso, que para a tornar legítima teve a precisão de criar o decreto, que a partir dele dá um suporte para a Língua de Sinais.

Dentre os direitos da pessoa Surda é ser bilíngue fazer parte da proposta do bilingüismo, sendo que ser bilíngue é reconhecer a Língua de Sinais como a primeira língua L1 para os Surdos e a língua oral que é usada pela grande parte das pessoas entendida como L2. Logo para o ouvinte a Língua oral é primeira língua e a língua de sinal a segunda língua. O bilingüismo é uma proposta para a educação da pessoa com Surdez, que aparece na década de 80, essa teoria é favorável que a Língua de Sinais seja primeira ensinada aos Surdos na comunidade a qual esteja inserido, e depois ser ensinada a língua oral para eles.

A definição da palavra bilíngue segundo o dicionário Aurélio: “adj.”. Que está em duas línguas diferentes: inscrição bilíngue. / Onde se falam duas línguas.

Bernardino (2000, p. 29) discorre:

O bilingüismo considera que a língua oral não preenche todas essas funções, sendo imprescindível o aprendizado de uma língua visual-sinalizada desde tenra idade, possibilitando ao Surdo o preenchimento das funções lingüísticas que a língua oral não preenche. Assim as línguas de sinais são tanto o objetivo quanto o facilitador do aprendizado em geral, assim como o aprendizado da língua oral. Essas línguas, diversas das línguas orais, têm estrutura própria e são codificadoras de uma “visão de mundo” específica, sendo constituída de uma gramática própria, apresentando especificidades em todos os níveis (fonológico, sintático, semântico e pragmático), apesar de parecerem utilizar princípios gerais, nas estruturas subjacentes, semelhantes aos das línguas orais.

Nessa ótica, observam que a língua oral somente é difícil complementar as demais funções da língua de sinais diante dessa realidade faz-se preciso o uso da língua de sinais, entende-se que quanto mais cedo o infante está em contato com a sua língua natural como no Brasil a Libras melhor será a sua experiência, pois mais rápido e benéfico vai ser pra ela, uma vez familiarizada com essa língua, mais ela vai se sentir segura e capaz, além do que estará em contato direto com a sua cultura origem.

Por fim, a segunda lei no que refere à legislação sobre a educação dos Surdos e da Língua Brasileira de Sinais ela regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete de Libras da Língua

Brasileira de Sinais tendo a Lei nº 12.319, na data de 1º de setembro de 2010, ressaltando que os pontos fundamentais dessa lei são destacados a diante:

Com base na pesquisa de Honora (2014, p. 63) diz no “Art. 2º o tradutor e intérprete terá a competência para realizar interpretação das 2 (duas) línguas de maneira simultânea ou consecutiva e proficiência em tradução e interpretação da Libras e da Língua Portuguesa”. Esse trabalho evidencia sobre o papel primordial bem como do intérprete como do tradutor que cabe a eles a capacidade de interpretar simultaneamente duas línguas sendo uma oral e a outra língua de sinal.

Art. 4º A formação do tradutor e intérprete de Libras – Língua Portuguesa, em nível médio, deve ser feita através de:

- I- cursos de educação profissional reconhecido pelo Sistema que os credenciou;
- II- cursos de extensão universitária; e
- III- cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e instituições de credenciadas por Secretárias de Educação.

O 4º artigo ele tem uma preocupação quanto os profissionais que futuramente se formarão nessa área, expondo logo a sua exigência quanto ao profissional que precisa em se qualificar, desde que essa qualificação seja realizada conforme discorre o artigo, uma vez que o profissional vai atuar com pessoa Surda tal exigência é indispensável.

Todas as legislações acima são muito novas no Brasil e varias outras decisões devem ser feitas com o objetivo de cada vez mais a pessoa Surda seja tratada, compreendida, atendida, tenha autonomia, respeitada na sua língua natural ou como preferir na sua língua materna de maneira mais natural, adequada e coerente.

Esta pesquisa aparenta como **problemática**: Qual é a formação do educador que trabalha com educandos surdos no 1º, 6º e 7º ano na escola municipal de ensino fundamental Deputado Abel Figueiredo no município de Mocajuba - Pará Brasil?

Nessa perspectiva, busca-se problematizar a intervenção da Língua Brasileira de Sinais-Libras, a língua natural dos Surdos, que suporte pedagógico os educadores têm recebido para atenderem as pessoas surdas na Escola Municipal Deputado Abel Figueiredo localizado no município de Mocajuba-Para.

O qual tem como **objetivo geral**: Identificar como esta sendo a formação do educador que trabalha com educandos surdos nos 1º, 6º e 7º ano na escola municipal de ensino fundamental Deputado Abel Figueiredo no município de Mocajuba - Pará Brasil

Os **objetivos específicos** foram:

1. Avaliar a formação dos educadores que trabalham com educandos surdos
2. Conhecer as metodologias utilizadas pelos professores que trabalham com educandos surdos nos 1º, 6º e 7º ano.
3. Correlacionar a política pública adotada pela escola para junto com os professores e frente ao trabalho com educandos surdos analisar a sua proposta de educação inclusiva

Vale dizer que esta pesquisa está fundamentada no embasamento teórico entre os autores que estudam sobre a temática tais como: Gesser, Quadros, Skliar, Honora, Novaes, Sá, Hengemuhl e Karnopp, dentre outros pensadores, assim como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB e as legislações vigentes sobre a Libras.

É importante dizer que a formação do educador que trabalha com educando surdo é uma motivação pessoal muito antiga que é na verdade uma curiosidade em querer saber a formação do docente que tem discente surdo, no decorrer do tempo essa inquietação aumentou cada vez mais ainda, sempre questionando e da mesma forma na área profissional questionara que tipo de formação tem esse profissional para desenvolver atividades com o surdo, se a preparação é específica ou não, diante essas indagações foquei na temática para desenrolá-lo esse trabalho. Seu objetivo é Identificar como esta sendo a formação do educador que trabalha com educandos surdos nos 1º, 6º e 7º ano na escola municipal de ensino fundamental Deputado Abel Figueiredo no município de Mocajuba - Pará Brasil.

Essa investigação é relevante, pois uma vez que trata da formação de professores de surdos, que muitas vezes sua escassez é presente nos dias atuais, assim também ela apresenta um cunho pedagógico significativo e social onde a sociedade é de certa parte contemplada.

Como **metodologia** desta pesquisa adotou-se uma abordagem qualitativa num enfoque descritivo, com um alcance não-experimental.

Sendo que no estudo descritivo o investigador vai descrever tanto os fenômenos, contextos assim como os eventos, isto é como eles se demonstram. Conforme Hernández Sampieri, Collado e Lucio (2013, p. 102) o estudo descritivo:

Busca especificar as propriedades, as características e os perfis de pessoas, grupos, comunidades, processos, objetos ou qualquer outro fenômeno que se submeta a uma análise. Ou seja, pretende unicamente medir ou coletar informações de maneira independente ou conjunta.

Nesse sentido, a pesquisa pretende analisar de maneira descritiva a característica assim como os perfis dos sujeitos que fazem parte do quadro de professores que trabalham com os estudantes Surdos na Escola Deputado Abel Figueiredo, onde é o lócus da investigação.

Segundo Hernández Sampieri et al (2013, p. 33). “É considerado dados qualitativos a partir do momento que se usa a coleta de dados sem ter a interferência de números para saber tão pouco aperfeiçoar as perguntas da investigação quando for interpretar”.

A investigação é não experimental, pois em consonância com Hernández Sampieri et al (2013, p. 168) no momento que “é realizada sem a manipulação deliberada de variáveis. Ou seja, são estudos em que não fazemos variar de forma de intencional as variáveis independentes para ver seu efeito sobre outras variáveis”. Nesse sentido, o que se pratica na pesquisa não-experimental é verificar os fenômenos do mesmo modo que ocorrem na sua natureza, e posteriormente serem analisados.

Expondo a cerca os prefácios da investigação, o trabalho foi dividido em três capítulos, de acordo com extensão e integrados na sua totalidade, de maneira a ajudar a pesquisa na sua concretização. Logo mais tem assim a estrutura dos demais capítulos:

Na primeira parte faz se uma abordagem bem detalhada e ampla no que refere ao referencial teórico que narra sobre o seu percurso. No início do texto o embasamento teórico expõe a História da Educação de Surdos os aspectos que abordam sobre essa educação desde os tempos mais remotos onde ela surgiu os professores e personagens que contribuiram para o ensino desses sujeitos, relata também sobre surgimento do primeiro alfabeto manual, bem como ajuda do cristianismo para os Surdos e a origem sobre a educação dos surdos no Brasil como foi pra de fato chegar até a esse país. Descreve-se também sobre os três momentos que a educação de Surdos passou que foram as três correntes filosóficas e a definição de cada delas que são elas: Filosofia Oralista, Filosofia Comunicação Total e o Bilinguismo atualmente ele é usado nas escolas bilíngües, Do mesmo modo apresenta a crença sobre a Língua de Sinais, a comunicação, adiante adentra a respeito da Língua Brasileira de Sinais - Libras a sua origem que país influenciou em seu surgimento, os parâmetros que a compõe.

Já na segunda parte desta pesquisa narra-se a respeito do Marco Metodológico, aonde vai relatado o município que foi realizado a pesquisa, bem como do mesmo modo é relatado à peculiaridade das pessoas que fizeram parte da investigação, os métodos, o universo da investigação assim como as técnicas que foram usadas. Também foi dito, acerca de todo o universo da investigação, descrevendo qual o tipo de pesquisa, abordagem, e ao mesmo tempo os instrumentos e coleta de dados.

Na terceira parte conta-se a respeito dos resultados obtidos por meio da investigação, com finalidade de obter resposta para a então problemática. De maneira que foram preparados os dados qualitativos, que foram colhidos nas entrevistas que foram direcionadas aos professores, assim como nas entrevistas e nos questionários com o objetivo de serem confrontados referentes à teoria relatada no marco teórico. Expõem-se os resultados da pesquisa, no qual será exposta a análise dos dados da investigação. Ressaltando que nessa análise foram levados em conta tanto os aspectos qualitativos quanto os aspectos quantitativos coletados juntamente as pessoas que foram entrevistadas. Coletou-se a tabulação e análise dos dados que vão ser colacionados com a teoria referente ao marco teórico.

A importância dessa pesquisa ocorre igualmente por meio do intuito em poder ofertar para detalhamentos dos estudos no que se refere à educação dos Surdos no Brasil, aos Surdos em especial e a formação de docentes quando se fala em Língua Brasileira de Sinais, para que tenham a facilidade de possuir clareamento nos seus direitos tanto de estudantes Surdos como de profissionais que trabalham com esses educandos.

Falar do Surdo é impossível não lembrar a sua triste história que lá no passado passaram por muitas dificuldades, só do fato de retomar a lembrança que eles ficaram durante cem anos sem se comunicar com as mãos, por determinação que tinham que ser oralizados, isso já causa uma grande incomodarão e sensibilidade em saber que esse sujeito era obrigado a ficar de mãos amarradas para ser oralizado ou ser castigado pra não usar a sua língua mãe que é a língua de Sinais, sendo assim sem direito a sua língua e mais ainda sem direito a uma educação, qualquer tipo de educação muito menos decente se quer. O Surdo por sua vez, não ficou de braços cruzados embora com suas mãos acorrentadas ele lutasse muito para que atualmente tenha de fato, principalmente sua língua reconhecida oficialmente e legalmente por meio de duas leis e um decreto, assim conseguiram com muita luta seus direitos que tem hoje em dias.

Enfim, são feitas as considerações finais e recomendações referente aos resultados da investigação junto às suas aberturas na formação dos educadores de educando Surdos, assim como expectativa na formação de professores se faz imperativo, pois foi mais que verdadeiro a importância de uma formação uma vez que os estudantes tende a ganhar, quando o seu professor uma vez está capacitado para recebê-lo em sala de aula.

CAPÍTULO I: MARCO DE REFERÊNCIA

1.1. HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE SURDOS

A educação de surdos perpassou por vários momentos perdurando assim e sinalizando a sua existência considerando desde a Idade Antiga, até os nossos dias atuais que é a Idade Contemporânea, embora a autenticação de sua essência tenha sido registrada no século XII foi o existir dessa idade antiga é muito depois, verifica-se com o passar do tempo apesar da demora essa educação permaneceu viva até os dias atuais, não obstante grego e romano tinham pensamentos inferiores quando referentes à pessoa com surdez. Nesse sentido, muitos foram os profissionais que pesquisaram na área da surdez e bastante contribuíram à educação de surdos.

O histórico da educação de surdos foi marcado por períodos considerado muito importante para a pessoa com surdez. Sendo que esses períodos historicamente estão divididos em: Idade Antiga, Idade Média, Idade Moderna e Idade Contemporânea que é até os nossos dias atuais.

1.1.1. Na Idade Antiga Sua escrita começa em 476 depois de Cristo d.C,

A Bíblia Sagrada no Novo Testamento é destacada a narrativa que Jesus curou um surdo e mais um gago do local por nome Decápolis no livro de Marcos (7: 31-37):

E ele tornando a sair dos termos de Tiro e de Sidom, foi até ao mar da Galiléia, pelos confins de Decápolis. E trouxeram-lhe um surdo, que falava dificilmente; e rogaram-lhe que pusesse a mão sobre ele. E, tirando-o à parte de entre a multidão, meteu-lhe os dedos nos ouvidos; e cuspido, tocou-lhe na língua. E, levantando os olhos ao céu, suspirou, e disse: Efatá; isto é, Abre-te. E logo se abriram os seus ouvidos, e a prisão da língua se desfez, e falava perfeitamente. E ordenou-lhes que a ninguém o dissessem; mas, quanto mais lho proibiam, tanto mais o divulgavam. E admirando-se sobremaneira, diziam: Tudo faz bem: faz ouvir os surdos e falar os mudos.

Nesse contexto, é notável perceber a preocupação da multidão em querer que o surdo chegasse o mais rápido possível, perto de Jesus, embora fosse difícil, pois tinha muita gente

ouvindo o seu ensinamento e a cada lugar que ia aumentava o número de pessoas, quando o surdo chegou até o Salvador esse teve necessidade de se retirar do meio da multidão para fazer o milagre. Depois que Jesus fez a cura no surdo ele começou a ouvir e falar normalmente. O mestre pediu que eles não falassem nada sobre o que aconteceu, porém o surdo estava cheio de alegria, no entanto, contavam, pois, estavam todos maravilhados no que seus olhos viam e seus ouvidos ouviam a voz de quem outrora não falava nada.

Nos dizeres de Berthier (1984, p. 165) diz que:

A infelizmente criança era prontamente asfixiada ou tinha sua garganta cortada ou era lançada de um precipício para dentro das ondas. Era uma traição poupar uma criatura de quem a nação nada poderia esperar nada.

Aquela época ficou bem conhecida, por ter marcado profundamente as pessoas que tinham qualquer tipo de deficiência inclusive a surdez, elas eram brutalmente mortas, sendo legado que não seriam capazes de serem úteis, uma vez que tinham certa limitação, justamente para cometer a maldade além do mais a criança que não tivesse dinheiro daquele tempo eram mortas de maneira cruel, tinham a mesma morte que as pessoas com deficiência.

Segundo Camargo, Fernández e González (2015, p. 1), afirmam que:

As crianças com discapacidades eram consideradas indignas de viver, e eram jogadas no Monte Taijeto em Esparta, ou jogados pela rocha Tarpeia em Roma (extremo sul do Monte Capitólino). Para falar sobre os alunos com necessidades específicas de apoio educativo, passou um longo período de tempo.

Diante de tamanho desconhecimento referente à pessoa considerada com algum tipo de deficiência, elas eram olhadas como seres sem nenhum tipo de prestígio, sendo abandonadas e até mesmo sofrendo homicídios, por não apresentar um corpo “perfeito”, sobretudo para Esparta a qual não aceitava em momento algum um corpo “imperfeito”, pois precisava de corpos intactos para os grandes combates nas guerras que ela travava. Os que não se enquadravam nesse paradigma, bem como as pessoas com deficiência, no caso eram até muitas das vezes abandonadas e negadas por serem considerados anormais.

Novaes (2014, p. 41) descreve que: “em Esparta (Grécia), os neonatos com deformidades eram condenados à morte ao nascer, e o fato era considerado de mau agouro para a família”. Nesse entendimento, as crianças que nasciam com algum tipo de deficiência eram

sacrificadas a morte, além do mais as pessoas acreditavam que elas traziam coisas ruins na família que estivessem.

Nos estudos de Strobel (2009) relata que na Roma a pessoa surda era imperdoável por pensarem que eles eram castigados ou enfeitiçados, diante do surdo os romanos tinham duas formas de resolverem ou os abandonava ou eliminavam fisicamente atiravam a pessoa com surdez no rio denominado Tiger, sendo salvo desse assassinato os que resistiam ao rio e também escapavam aqueles que seus genitores escondiam mesmo sendo muito difícil fazer tal ocultação. Ainda assim faziam dos surdos escravos trabalhando igual escravos com trabalhos pesados, bem como manipulando manivela para moer o trigo no moinho, onde passavam quase toda sua vida nesse local, sendo explorado fisicamente.

Ainda segundo a autora Strobel (2009), na Grécia as pessoas com surdez eram tratadas como inválidas, por sua vez a sociedade muito se incomodada com a presença deles, sendo por esse motivo aquela sociedade os condenavam até morrer jogando-os para as rochas de Taygéte, nas águas de Barathere e os mantidos vivos levavam uma vida bem acima da pobreza chegando a ser paupérrima sendo escravizados e em algumas situações abandonados.

Para o Egito e a Pérsia, os surdos eram considerados como se fossem pessoas privilegiadas, acreditavam que eram mandadas pelos deuses e comunicavam em segredo com os mesmos. Naqueles lugares a pessoa com surdez era muito respeitada à sociedade tinha grandes sentimentos de humano e respeito, que é ao contrário de Roma e Grécia, Egito e Esparta onde os indivíduos surdos eram desrespeitados, os surdos eram até adorados bem como protegidos, eles não tinham nenhum tipo de atividade e nem estudavam.

Em 500 a.C. o filósofo cujo nome era Hipócrates fez uma junção à clareza da palavra com a mobilidade da língua, no entanto não discorreu no que se refere à audição.

Cratylus de Platão, discípulo e cronista, 368 a.C descreveu que o filósofo da Grécia fez a seguinte pergunta ao seu aprendiz de nome Hemógenes:

Suponha que nós não tenhamos voz ou língua, e queiramos indicar objetos um ao outro. Não deveríamos nós, como os surdos-mudos, fazer sinais com as mãos, a cabeça e o resto do corpo? Hemógenes respondeu: Como poderia ser de outra maneira?

Então na visão de Hemógenes era discípulo de do filósofo grego não tinha outra maneira de comunicação senão a de usar as mãos juntamente com o corpo.

Conta Honora (2014), que o filósofo Aristóteles (384-322 a.C.) tornou um pensador de grande respeito daquele período, pois por sua vez o pensador cria que dentre os cinco sentidos o mais importante era sem dúvida para ele a audição, sendo nesse sentido a pessoa surda viesse a ter êxito na sua vida escolar, porém, tendo como fundamento nisso, era proibido aos Surdos o direito de serem ensinados, ou seja, era negado a eles o direito de estudarem pelo fato de não ouvirem. Ainda Honora (2014, p. 49) cita Aristóteles o qual afirmara sobre: “A linguagem é que dá ao indivíduo a condição de humano”. Nesse sentido, para esse pensador ele considera humano se a pessoa falar, e caso ao contrário se não profere nenhuma palavra, logo não é considerado humano.

Em seu estudo Honora (2014, p. 49) afirma que:

O primeiro registro que temos na história da educação dos surdos está datado do século XII, e refere-se a uma concepção dos gregos e romanos de que os surdos não eram humanos, devido a sua falta de fala. Em consequência, acreditava-se que os surdos também não tinham pensamento. Nesta época, os surdos eram privados de receberem herança, de estar em testamentos, de ter direito à escolarização e eram até proibidos de se casarem.

Nesse contexto, além do grande período que a história da educação de surdos ficou sem ser conhecida entre as pessoas, como se não bastasse, eles não tinham nenhum tipo se quer de direitos sendo negados aos mesmos desde a sua situação bem como herdeiro de sua própria família, educação até ao matrimônio, eram todos negados.

Novaes (2014), explica que já no Código de Manu, mais especificamente em seu artigo 612, se direciona para a negação dos direitos de sucessor quando se referia à pessoa que tivesse qualquer tipo de deficiência tais como: cegueira, surdez de nascimento, loucura, idiotice mudos e até mesmo estropiados, quer dizer qualquer que apresentassem algumas imperfeições seja físico como mental.

Ainda segundo o autor, diz que o filósofo Platão (347 a.C) aconselhava que as pessoas com deficiência se juntassem com outras iguais a elas no sentido de esposo e esposa e se tivessem filhos não eram para continuarem vivos. Tudo faz sentido, porque em Atenas a lei era clara a qual descrevia que quem nascesse defeituoso que era uma das terminologias daquela época, eram pra ser mortos, pois o sujeito apresentasse qualquer tipo de deficiência era considerado inútil aos olhos daquele povo.

Coelho, Silveira e Mabba (2012), na visão de Aristóteles se uma pessoa que não verbalizasse, obviamente não tinha linguagem e muito menos pensamento. Ele afirmava que: [...] “de todas as sensações, é a audição que contribuiu mais para a inteligência e o conhecimento [...], portanto os nascidos surdos se tornam insensatos e naturalmente incapazes da razão. ” Nesse sentido, percebe que a audição de fato é um dos sentidos essenciais ao ser humano, contudo uma vez que a pessoa é surda não a impede de aprender, pois seu cognitivo é tão saudável quanto de uma pessoa ouvinte.

1.1.2. Idade Média Inicia a escrita de 476- 1453

Os surdos por longo período eram maltratados tanto fisicamente quanto psicologicamente, eles por não usarem a língua majoritária que é a língua oral, logo eram expostos a todo tipo de ato de crueldade e também brutalidade, da mesma forma que eram lhe eram negados direitos como pessoa cidadã, estavam submissos ao ridículo e em momento algum tampouco eram respeitados ou tratados dignamente pela população e até mesmo eram distratados por sua família.

Precisamente, 476 d.C, os Surdos não desfrutavam de um tratamento digno, eram consideradas pessoas estranhas e despertavam razão de curiosidade no povo. A eles os Surdos eram vedados comungar por serem taxados de incapazes de falar seus pecados, bem como existia decretos bíblico não favorável ao matrimônio de pessoas Surdas, só era autorizado casamento entre os Surdos, diante a autorização do Papa.

Outras leis também excluía que os Surdos recebessem herança assim como ter direito a votar, afinal, não continham todos os direitos de cidadãos.

Ainda na Idade Média 529 d.C na Roma, somente os surdos que falavam eram amparados por seus direitos legalmente. Dentre esses direitos estavam que podiam ter bens, casar redigir testamentos. Sendo assim, considerava a fala um fator que decidia muito na vida da pessoa com surdez, ela indicava se o surdo era enquadrado legalmente ou não.

Já em Constantinopla, a pessoa surda também teria igualmente os mesmos impedimentos na legalidade de Roma, por meio do Código nomeado de Justiniano o qual acompanhou os surdos por vários séculos. As pessoas surdas em grande parte tinham funções dentro da corte,

eram pajens (pessoa que previa o futuro; curava de alguma enfermidade) para as mulheres que lá moravam.

O surdo por não ouvir era explorado pelo povo daquela época, outros surdos serviam de bobo da corte para os sultões, quando esses queriam ri o chamavam para fazerem gracejo.

Muitos são os sujeitos que, de algum sentido e em determinados momentos na história com mais ou menor intensidade, ajudaram para a edificação da história do Surdo e da Língua de Sinais. Assim sendo forma eles personagens, professores e outros profissionais que tiveram destaque e seus nomes registrados na elaboração dessa história e por meio desses, buscamos logo a seguir exemplificar sucintamente quem foram eles e suas contribuições.

Segundo Camargo, Fernández e González Pedro Ponce de León (1520-1584) fora um monge, que por sua vez fundou a primeira escola para surdos, localizada no Mosteiro de San Salvador de Oña, próxima a Madri capital Espanha. Honora (2014) relata que Leon desenvolveu um alfabeto manual que ajudava na alfabetização das palavras.

Sabe-se, que em Esparta capital Grécia, os recém-nascidos que tivessem deformidades eram condenados à morte quando nascessem, e o acontecimento era visto de mau agouro para a família da pessoa com deficiência. Já com o Código de Manu (coleção de livros bramânicos), que regia um povo conhecido pela sua cultura de seus antepassados. O Código Manu, em seu art. 612, o qual lhes negava o direito sucessório, igualando eunucos, homens degredados, cegos, surdos de nascimento, loucos, idiotas estereótipos, ou seja, deformidades tanto física quanto moral.

Segundo o filósofo Platão (428/27 – 347 a.C) aconselhava que os defeituosos se juntassem às com outras pessoas defeituosas, no entanto, era muito difícil que seus filhos fossem criados.

No entanto em Atenas, uma Lei motivava a morte das pessoas com deficiência, quando a cidade estava localizada, para ampliar a oportunidade de sobrevivência dos perfeitos

Após a concretização da Lei das XII Tábuas (462 a.C.) decretava que o filho que nascesse monstruoso fosse morto imediatamente (Robert, 1999). Que a Pena de Talião (1730 a.C), ajudaria a mutilação àquele que importunou no outro.

Novaes (2014, p. 42) conta que em outro lugar:

Na Índia Antiga, as pessoas deficientes, bem como as pessoas portadoras de doenças incuráveis, eram atiradas às águas do rio Ganges, com suas bocas e

narinas tapadas com a lama do rio sagrado. Sabe-se que, até no ano de 1600, na Suécia, era normal que os velhos e os doentes incuráveis fossem mortos por seus familiares.

Nessa direção, percebe que as pessoas que tivessem algum tipo de deficiência elas eram excluídas e muitas das vezes, sofriam algum tipo de violência física e até mesmo psicológica, e quase sempre as vítimas eram mulheres, crianças e idosos por serem pessoas indefesas, motivo de abandono e maus tratos afirmando que não tinham muita e quase nenhuma “utilidade”.

Eutanásia tem o significado completamente “boa morte”, de origem grego “eu”(bem) e “thanátos” que significa (morte). Ela pode ser marcante igual a um ato que um ser sofre de uma enfermidade e não vendo dignidade e tão pouco sentido a sua vida, determina que alguém o mate. A ocasião presente é quando o paciente está completamente de suas funções mais essenciais, padecem de fortes dores ou possuem a probabilidade de uma morte bastante dolorida. A eutanásia tem o seu conceito que nos traz aceção que é o de provocar de uma maneira menos dolorosa a pessoas que sofrem de uma doença incurável ou que a mesma esteja em estágio final do sofrimento e a morte por compaixão. Ela não é um acontecimento comum na sociedade, pois são raros os países que abordam dela nas suas legislações.

A eutanásia ficou popularmente conhecida entre os homens no século XX, pelo motivo de trazer à frente de perguntas a respeito da ética e da moral perante das novas descobertas das ciências assim como de uma nova sociedade humanizada.

Segundo o pequeno dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2015, p. 428) define de eutanásia é *sf.* 1 ato de proporcionar morte sem sofrimento a doente incurável vítimas de dores insuportáveis 2 *DIR* direito de matar ou morrer por tal razão.

E para o minidicionário (Aurélio 2004, p. 325) o sentido da palavra. “eutanásia *sf.* Med. 1. Morte serena, sem sofrimento. 2. Prática, ger. Sem amparo legal, pela qual se busca abreviar sem dor ou sofrimento a vida dum enfermo incurável e terminal (1)”.

De acordo com o minidicionário Bueno (2000, p. 266) “eutanásia, s.f. Morte sem sofrimento; prática pela qual se procura abreviar, sem dor ou sofrimento, a vida de um doente incurável. (Antôn.:distanasia)”.

Eugenia a palavra “eugenia” resulta da ligação dos vocábulos gregos “eu” que quer diz (bem) e “genos” que é (raça, linguagem, espécie), e que, portanto, significa “bem nascido” ou, ainda, de “boa linguagem”, “boa espécie”. A palavra eugenia, no entanto, foi trabalhada

somente no ano de 188, por Francis Galton, o qual definiu sendo “o estudo dos agentes sob o controle social que podem melhorar ou empobrecer as qualidades raciais das futuras gerações seja física ou mentalmente”. “Eugenia” é analisada igual um termo genérico do século XIX, sinal da ciência responsável por estudos das mais bem condições pra reprodução e o bem estar da classe humana.

Já para o pequeno dicionário Houaiss (2015, p. 428) diz que o significado da palavra eugenia *s.f.* teoria que busca o aperfeiçoamento da espécie humana, pela seleção genética e controle da reprodução – eugênico adj. – eugenísta adj.2g.s.2g.

Segundo o minidicionário Amora (2004, p. 296) define a palavra “eugenia *sf* Ciência que estuda as condições mais favoráveis à pequeno dicionário produção e ao aprimoramento da raça humana”.

No minidicionário Aurélio (2004, p. 324) da o significado da “eugenia *sf.* O estado das condições mais propícias à reprodução e melhora da raça humana”.

De acordo com o minidicionário Bueno (2000, p. 266) a acepção da palavra “eugenia, *s.f.* Estudo das causas e condições que podem melhorar a raça, as gerações”.

De acordo com a história, a eutanásia e a eugenia estiveram presentes com o fim de eliminar todos os deficientes e as pessoas com idades avançadas da sociedade. Inclusive, encontram-se autores que narram que o “programa de eutanásia para purificar a raça alemã foi uma criação dos médicos”, tendo a “primeira câmara de gás sido desenhada por professores de psiquiatria para esvaziar os hospícios” Robert (1999, p. 19).

Atualmente, depois de vários séculos, não existe com tanta frequência a prática da eutanásia assim como da eugenia, no entanto, a sociedade trata a pessoa com deficiência, e principal os surdos, de maneira assistencialista, e não como pessoas com seus direitos e obrigações iguais aos demais cidadãos, que podem ser produtivas e que possuem direitos naturais, bem como a educação, saúde, trabalho etictara Novaes (2014, p. 42).

Os surdos por muito tempo eram maltratados tanto fisicamente quanto psicologicamente , do mesmo modo que seus direitos foram negados, sendo que a crueldade física era tão profunda que outras pessoas os queimavam em fogaréu, como se eles não tivessem nenhum sentimento ou tão pouco fossem sentir algum tipo de dor em seu corpo.

Na afirmação de Strobel (2009) ao surdo eram negados os devidos cuidados que a ele cabia, eram colocados ainda assim em fogueiras enormes para serem queimados vivos. Eles

sofreram muito, eram destratados como se fossem estrangeiros em seu próprio lugar, da mesma forma serviam de objeto de bisbilhotice para os olhares da população.

A pessoa com surdez a Igreja dirigia toda a proibição de receberem a comunhão, pela explicação que não podiam falar a respeito de seus pecados, e também a igreja usava o argumento que nas Escrituras Sagradas tinha um decreto o qual era contra matrimônio dentre os surdos, com exceção os que tinham o consentimento do Papa. Assim também a existência de outras leis que impediam ao surdo de ter direito a herança da família era como se eles não fizessem parte da mesma, do mesmo modo não votavam e como cidadãos eram excluídos de tudo.

No decorrer de três séculos, na Idade Média, o povoado era dividido em feudos, e por sua vez a Igreja Católica tinha grande influência, bem como desempenhava um papel muito importante no que se referia a discriminar as pessoas que tivesse com algum tipo de deficiência, assim como acompanhando os preceitos que o homem foi feito “a imagem de Deus” Honora (2014), enfatiza que as pessoas que estavam fora do padrão de normalidade, logo eram vistas como não humanas.

A pessoa com surdez era rejeitada tanto pelos seus familiares quanto pela sociedade, eles viviam à toa, sem nenhuma perspectiva de vida, os surdos eram excluídos de bales e jantares daquela época, normalmente habitavam sempre nas casas que ficavam atrás do castelo e não eram amamentados pelas suas mães biológicas, eram amamentados pela amas de leite também conhecida atualmente mãe de leite, sendo que a ama de leite é a mulher que amamenta o recém-nascido de outra mulher, ou seja, a ama de leite é quando a criança é alimentada por outra mulher que não é a sua mãe, a mãe de leite entra em ação no momento seja por falta de leite no seio da parturiente ou por motivo da criança ter sido abandonada pela sua mãe após o seu nascimento, que é o caso do surdo que fora nos tempos dos feudais.

Os surdos como costume não confessavam na igreja pela mesma razão de não usarem a língua oral, isso deixava os líderes da igreja desconfortada perante a posição dos mesmos. A igreja por sua vez procurou caminhos para resolver o que pretendia fazer naquele momento, foi aí que se voltou para o que sucedia nos monastérios (lugar onde os monges moravam), e era justamente quando os monges eram enclausurados e ficavam em silêncio, para eles não revelarem o que estava escrito na Bíblia, diante dessa realidade os monges usavam os sinais para terem a comunicação entre si.

No período de 530, na Itália os monges beneditinos usavam de uma maneira para a comunicação que não fosse à língua oral (que no caso é a língua falada por grande parte dos ouvintes), os beneditinos recorreram ao recurso da Língua de Sinais, uma vez que fizeram o voto do silêncio, significa dizer eles por si não podiam falar aí a necessidade de se comunicarem através de suas próprias mãos.

1.1.3. Idade Moderna 1453-1789

Na história da educação de surdas muitas pessoas ajudaram para a concretização e a construção da solidificação da mesma no que se refere ao ensino da pessoa com surdez, aquele período foi marcado por sujeitos que tinham interesse e até curiosidade a respeito do mundo da surdez, momento outrora que foi relevante para os estudiosos desde os mais conhecidos aos que ainda estavam em início de sua profissão. aqui

No período de 1500 de acordo com a autora Strobel (2009) relata que Girolamo Cardano (1501-1576) fora médico e filósofo o qual sabia da desenvoltura da pessoa surda quando se refere à razão, ele sustentava que “... A surdez e mudez não é o impedimento para desenvolver a aprendizagem e o meio melhor dos surdos de aprender é através da escrita... E que era um crime não instruir um surdo-mudo”. Vale salientar que o pensador acreditava no desenvolvimento cognitivo do ser surdo, sendo assim o mesmo podia aprender a ler, escrever e se comunicar com eles por meio da escrita e os sinais, dizia ainda no que tange a surdez e mudez elas não impossibilitam o surdo de aprender, ao contrário o consciente intelectual deles é tão perfeito quanto do ouvinte.

Gerolamo Cardano (1501 – 1576) foi considerado o primeiro médico a ter preocupação a respeito da saúde referente a pessoa com surdez, ele existiu no século XVI, e assegurava que o motivo que levava a surdez, não impedia que a pessoa surda recebesse o ensino. Fez essa descoberta por meio de uma investigação na qual identificou que a escrita representa os sons da fala, com base no trabalho de Honora (2014).

Cardano sob orientação de Fernandes (2007) acreditava que tinha possibilidade de o surdo ouvir pela leitura e falar através da escrita, porque conforme o seu ponto de vista do mesmo modo, que os sons são usados para dar significados às coisas diversas, assim também pode suceder com as imagens de objetos do mesmo modo com as palavras.

Logo no começo do século XVII, Juan Pablo Bonet de origem espanhola fora político, padre e soldado a trabalho sigiloso a mandato do rei, Bonet veio a publicar o primeiro livro que abordava sobre o alfabeto manual intitulado, “*Reduccion de las letras y arte para enseñar a hablar os mudos*”, que embora seja baseado no século XVII ele é por sinal bem parecido com o alfabeto manual do Brasil, assim como se observa de acordo com a ilustração, ressaltando que esse alfabeto a maioria de suas letras são semelhantes com o abecedário brasileiro. Assim como, é visto por meio da imagem a seguir.

De acordo com Fernandes (2007) relata que Bonet considerava que na hora de ensinar a criança a conhecer as letras, docentes e discentes deveriam ficar a sós, pois desse jeito o estudante se concentrava s respeito do que estava sendo ensinado, Bonet ainda afirmava que a atenção não podia ser desviada durante esse momento e sim mantida na aprendizagem.

Segundo Honora (2014) enfatiza que apesar disso, uns determinados pesquisadores daquele tempo no caso de Jacob Rodrigues Pereira, no término do século XVIII por sua vez era professor de Surdos que tinham origem da nacionalidade de Portugal, porém residiam na França Pereira era um dos sujeitos que defendia a respeito da oralização da pessoa com surdez embora tivesse conhecimento sobre a Língua de Sinais, ele acreditava que a oralização era mais importante para a pessoa com surdez. Pereira (ano) obteve 12 (doze) estudantes que ganharam destaque por terem conseguido aprender e a usar a língua oral com muita propriedade, no entanto algumas pessoas que eram criticas daquele tempo alegavam que ele selecionava antes os educandos os quais não eram completamente surdos, para os mesmo fossem oralizados.

Johamn Konrad Amman (1698-1774) ganhou destaque por crer no oralismo, além do mais era considerado muito estudioso da sua época, nativo da Suíça, médico se colocava na oposição ao uso da Língua de Sinais, ele queria que seus pacientes soubessem a leitura dos lábios e usava como recursos o espelho e o tato para que os surdos sentissem dessa forma tanto as vibrações quanto bem como os movimentos da laringe e cordas vocais, era esse o método que Amman usava o qual é hoje muito parecido com as terapias que os fonodólogos utilizam para atenderem os seus pacientes que são surdos. Sendo que os métodos que os estudiosos experimentavam com a pessoa surda eram todos mantidos em grande sigilo, Honora (2014) esclarece.

Nos dizeres de Amman desenvolveu seu trabalho somente com pessoas na faixa etária entre 08 e 15 anos, sua vontade era que os estudantes que estudavam com ele tivessem “uma

bela voz, clara e que controlassem bem a tonalidade’’, como afirmam Camargo, Fernández e González (2015, p. 2), no momento que os ensinava colocava as suas mãos na garganta para que eles sentissem as vibrações de suas vozes.

Na descrição de Camargo, Fernández e González (2015), Michel de L’Épée (1712- 1789), nasceu em Versalhes, na França, durante 25 anos foi padre com passar do tempo despertou em si a vontade de ensinar as pessoas que eram surdas. Ele não somente ensinava os surdos, mas cuidava e os alimentava, além do mais atendia os de acordo com suas necessidades físicas. L’Épée, chegou a publicar o livro chegou a publicar o livro nomeado de ‘‘Instrucciones para los Sordos y Mudos usando el Método de Signos’’. L’Épée escreveu um dicionário primário, por ter forte prestígio logo ficou bem conhecido em toda a Europa, por ter trabalhado com pessoas surdas, assim ele criou a primeira escola na Europa voltada para a educação dos surdos-mudos, esse era o termo chamado outrora.

Baseado no trabalho de Honora (2014) esclarece que o primeiro estabelecimento de educação para a pessoa Surda foi sob a responsabilidade do abade Charles- Michel de L’Épée nativo da França, o qual foi chamado de ‘‘Pai dos Surdos’’, onde abraçou a causa defendendo a Língua de Sinais. L’Épée inaugurou o Instituto Nacional Para Surdos-Mudos – INES, sendo que essa terminologia naquele período de 1760 o uso era frequentemente ser proferido pelos falantes, hoje o instituto ganha o nome de Instituto Nacional de Jovens de Paris. Segundo a autora citada anterior, com o próprio recurso do padre foi edificada uma escola, que por meio de seus mais educandos intelectuais eles iam à praça pública para responderem de forma correta os questionários que lhes eram direcionados através da escrita. No ano de 1776, L’Épée lançou o livro nomeado *A verdadeira maneira de instruir os Surdos-Mudos*.

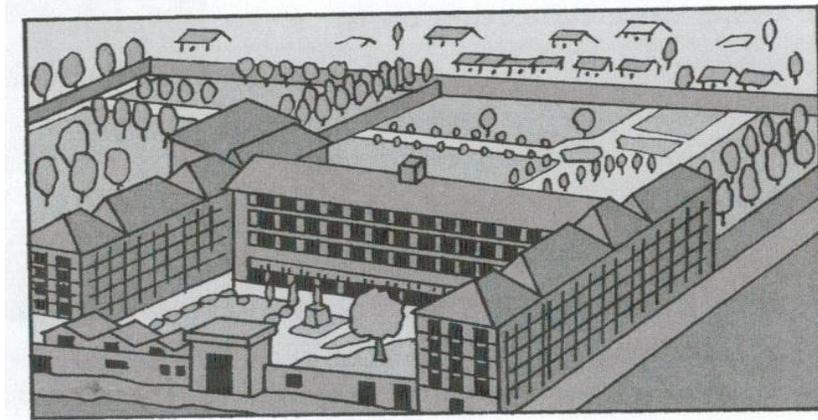
L’Épée depois de ter a idéia de criar escolas, despertou em outros estudiosos em diferentes locais do mundo que também construíssem suas escolas, ressaltando que no fim do século XVIII esse fato veio acontecer.

Fernandes (2007) conta que L’Épée foi inventor do método que era de sentido contrário dos seus contemporâneos , o método tinha base nos sinais que logo teve grande sucesso em torno da década de 1780 e que chegou a centenas de pessoas com surdez atingindo toda parte da Europa. O método o qual L’Épée usava para ensinar os surdos era de sinais metódicos que é na verdade a combinação da língua de sinais acompanhada com a gramática francesa que os surdos usavam e que diante dessa união eles aprenderam a ler, assim como escrever e entender,

importante lembrar ocorria no momento que o intérprete fazia o sinal aos mesmos. Significa dizer que o interprete ele primeiro ouvia para depois sinalizar para os surdos.

O Instituto Nacional Para Surdos-Mudos de Paris foi liderado por diferentes diretores, depois da morte de L'Épée que fora o construtor. Dentre os gestores que por lá passaram uma é digna de ser narrada, refere-se a respeito da direção do nomeado Jean-Marc Itard no ano de 1814 que foi um dos médicos de cirurgias nativo da França que em união com Philippe Pinel, o qual era popularmente conhecido como o pai da Psiquiatria, batalhava para que a Surdez fosse de fato eliminada, pois criam que desse modo o Surdo ia ter acessibilidade a informação.

FIGURA 02: Instituto Nacional para Surdos-Mudos de Paris



Fonte: Honora (2014, p. 54)

Segundo Camargo, Fernández e González Pedro Ponce de León (1520-1584) fora um monge, que por sua vez fundou a primeira escola para surdos, localizada no Mosteiro de San Salvador de Oña, próxima a Madri capital Espanha. Honora (2014) relata que Leon desenvolveu um alfabeto manual que ajudava na alfabetização das palavras.

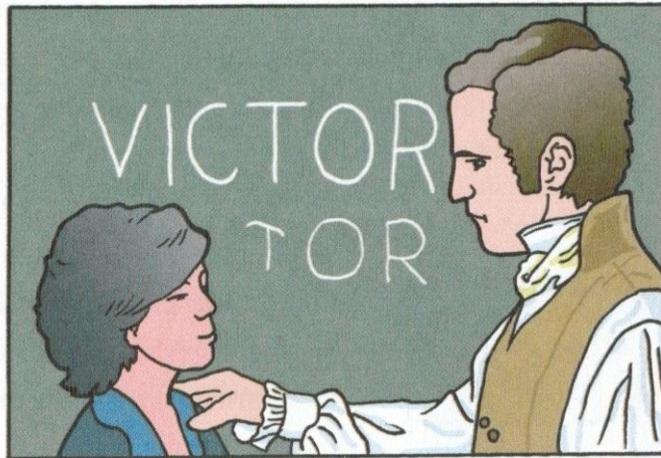
O Instituto Nacional Para Surdos-Mudos em meio aos experimentos que ele obteve o popular foi narrar o filme nomeado de “Victor: o menino selvagem”, filmado no ano de 1970, sobre a direção de François Truffaut, que conta o momento quando pela primeira vez Itard encontra um menino com faixa etária aproximadamente em torno de 12 anos de idade, no bosque de Averyion, que ficara bem perto do Instituto, precisamente no ano de 1880.

Honora (2014, pp. 54-55) narra que:

O garoto andava de quatro, comendo bolotas de carvalho. Itard a princípio, acreditava que, pelo motivo de o garoto, conhecido como Victor, não se comunicara de forma oral, fosse surdo. Sabe-se que o garoto ficou cinco anos no Instituto, sendo forçado a falar mas que nunca adquiriu linguagem. Esta experiência serviu de inspiração para que a Disney filmasse o “Mogli, o menino lobo”.

Entende que o menino foi abandonado na floresta por apresentar algum tipo de deficiência no caso a surdez, pois naquela época era comum deixar pessoas que eram consideradas incapazes, geralmente era a família que se encarregava por acreditarem que a pessoa com deficiência não tinha capacidade de aprender. Tendo como consequência o menino foi criado junto de animais e por essa razão ele andava de quatro como se fosse um gorila, ou até mesmo macaco, imitando os que estavam ao seu redor, os bichos.

FIGURA 03: Cenas do filme: Victor, o menino selvagem



Fonte: Honora (2014, p. 55)

Os registros da gestão de Itard constam que o mesmo era realizador de muitas crueldades tendo como experimentos os seus próprios estudantes com a finalidade de “desvendar” o motivo da Surdez. O médico realizava dissecação dos restos mortais da pessoa com surdez, bem como perfuravam a membrana timpânica de seus estudantes que eram Surdos, utilizava animais no caso às sanguessugas, provocando assim quebras nos crânios e de acordo com registros um de seus estudantes não agüentaram a forte experiência e vieram a óbito por circunstância das suas

criações. Itard era inteiramente desfavorável ao uso da Língua de Sinais, todavia, após 16 anos de trabalho tendo poucos resultados que foram positivos, se entrega na utilização da Língua de Sinais, Honora (2014).

Nos dizeres de Fernandes (2007) destaca que Itard foi quem muito contribuiu para a educação por meio da medicina, uma vez que era médico se debruçou a ajudar a pessoa com surdez. Itard foi considerado o pioneiro na Educação Especial, sendo que o seu primeiro experimento na atuação pedagógica foi feita com um menino, o qual era chamado de *garoto selvagem* que tinha em média 10 (dez) anos de idade, é conhecido por esse nome, pois a criança vivia na mata junto com os animais e andava tal como os bichos de 04 (quatro) pernas.

De acordo com os estudos realizados os relatos históricos referentes ao tratamento jurídico que atendiam os indivíduos com deficiência, têm um caráter de crueldade, com clara demonstração de vítimas e não de cidadão, às quais sempre foram domados.

O monge beneditino cujo nome era Pedro Ponce de Leon (1510-1584), na Espanha, fundou a primeira escola voltada para a pessoa com surdez no local monastério de Valladolid, que no princípio era ensinado latim, grego e italiano, assim como conceitos sobre física e astronomia com base aos dois irmãos com surdez eram Francisco e Pedro Velasco, integrantes de uma família de aristocratas espanhóis considerada de grande importância, sendo que Francisco lutou e depois teve a conquista de receber a herança com o nome marquês de Berlangar e seu irmão Pedro com a autorização do Papa foi padre.

Sendo que Leon utilizava em seu ensinamento a metodologia dactilologia, a escrita assim como a oralização, com o passar do tempo ele inaugurou a escola a qual era destinada somente para docentes surdos. No entanto, o mesmo não divulgou nada em vida e depois de ter falecido ninguém usou o seu método de ensino, pois naquele tempo as pessoas que ensinavam os surdos era tradição guardar para si sobre a metodologia que eles exerciam na educação da pessoa surda. Importante enfatizar que naquela época somente o surdo que conseguia falar, tinha direito a herança de sua família.

No ano de 1613 em Madrid Fray de Melchor Yebra escreveu em seu livro intitulado “Refugium Infirmorum” onde o mesmo descreve, bem como ilustra sobre o alfabeto manual datado em 1613.

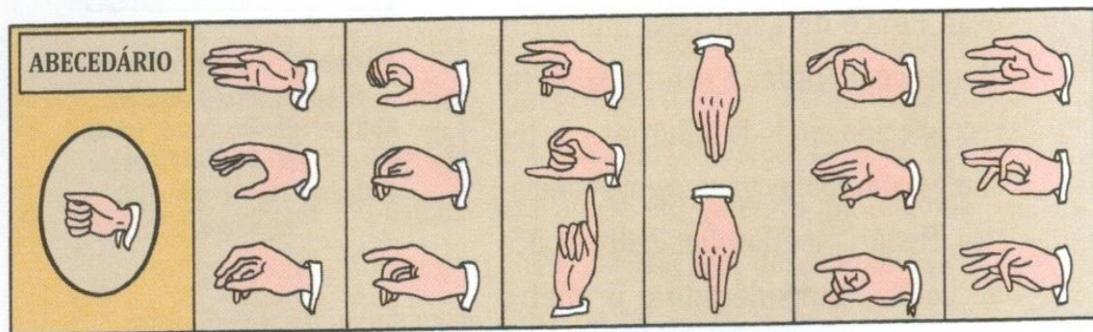
De acordo com Camargo, Fernández e González, na Espanha Juan Pablo Bonet (1570-1633), desenvolveu o Método Oral no século por meio de seu livro original em espanhol com o

nome “Reducción de las letras y arte para enseñar a hablar a los mudos”. Sendo que esse método que ele criou ensinava tanto o oral quanto o gesto.

Utilizava o método oral, assim como ele pesquisava e escrevia referente às metodologias para que o surdo por meio delas aprendesse a ler e escrever.

Fernandes (2007) relata que Bonet considerava que na hora de ensinar a criança a conhecer as letras, docentes e discentes deveriam ficar a sós, pois desse jeito o estudante se concentrava a respeito do que estava sendo ensinado, Bonet ainda afirmava que a atenção não podia ser desviada durante esse momento e sim mantida na aprendizagem.

FIGURA 01- O primeiro alfabeto manual de Libras do século XVII



Fonte: Honora (2014, p. 52)

Nos dizeres de Strobel (2009) conta que John Bulwer (1614-1684) veio a publicar “Chirologia e Natural Language of the Hand”, no qual indica sobre o uso do alfabeto manual, assim como a língua de sinais e a leitura labial, idéia que foi defendida posteriormente por George Dalgarno. Jonh Bulwer cria a respeito da língua de sinais a mesma era universal e seus elementos eram icônicos.

No período de 1648: Jonh Bulwer tornou público “Philocopus”, através desse assegurava que por meio da língua de sinais expressava tão bem os iguais conceitos quanto à língua oral.

Em 1700 Jonhan Conrad Ammon (1669-1724) foi um médico de nacionalidade Suíça o qual desenvolveu, bem como veio a divulgar método pedagógico no que se refere à fala e a leitura dos lábios: “Surdus Laquens”.

De acordo com Honora (2014) esclarece que mais um estudioso daquele tempo que ganhou destaque por crer no oralismo foi Amman além do mais era considerado muito estudioso da sua época, era sueco e médico se colocava na oposição ao uso da Língua de Sinais, ele queria que seus pacientes soubessem a leitura dos lábios e usava como recursos o espelho e o tato para que os surdos sentissem dessa forma tanto as vibrações quanto bem como os movimentos da laringe e cordas vocais, era esse o método que ele usava o qual é hoje muito parecido com as terapias que os fonodólogos utilizam para atenderem os seus pacientes que são surdos. Sendo que os métodos que os estudiosos experimentavam com a pessoa surda eram todos mantidos grande sigilo.

Para Camargo, Fernández e González (2015), descreve que Amman desenvolveu seu trabalho somente com pessoas na faixa etária entre 08 e 15 anos, sua vontade era que os estudantes que estudavam com ele tivessem “uma bela voz, clara e que controlassem bem a tonalidade”, no momento que os ensinava colocava as suas mãos na garganta para que eles sentissem as vibrações de suas vozes.

Em 1741, Jacob Rodrigues Pereire que viveu dentre (1715-1780), possivelmente foi primeiro professor de pessoa surda na França, trabalhou com a sua irmã que era surda o método de oralização e juntamente usaram o ensino de fala, assim como o de exercícios auditivos como os outros surdos. Por sua vez, A Academia Francesa de Ciências reconheceu o importante avanço adquirido por Jacob Pereire, academia da França enfatiza que para ela é simples conhecer a respeito da leitura labial, muito embora essa venha apresentada de limites, ainda diz assim como a leitura labial é precisa ao surdo, igualmente o alfabeto manual que Jacob usava.

No período de 1755 Camargo, Fernández e González (2015), citam que Samuel Heinicke (1727-1790), na Alemanha foi quem edificou a primeira escola para a pessoa surda, ele defendia o método oralismo, contudo não era a favor do método que usava a mímica, assim como era contra a Língua de Sinais. Foi despertado o interesse em Samuel Heinicke quando conheceu um jovem que era surdo e o ensinou a falar e escrever, através do livro de Amman “El sordo hablador” que teve seu trabalho bem sucedido com o rapaz. No ano de 1778 Heinicke fundou na Alemanha o que foi nomeada a primeira Escola Oral que era destinada aos surdos.

Em 1760: Thomas Braidwood abre as portas da considerada a primeira escola para pessoa surda situada na Inglaterra, por sua vez Braidwood lecionava para os surdos abordava sobre o

significado das palavras assim como sua pronúncia, enfatizando sempre a leitura orofacial no que tange o ser com surdez.

Na descrição de Camargo, Fernández e González (2015), Charles Michel de L'Épée (1712- 1789), nasceu em Versalhes, na França, durante 25 anos foi padre, com passar do tempo despertou em si a vontade de ensinar as pessoas que eram surdas. No ano de 1760 iniciou a ensinar as pessoas com surdez em Paris, já em 1762 ensinava em Truffaut, ele não somente ensinava os surdos, mas deles cuidava e os alimentava e os vestia, além do mais os atendia de acordo com suas necessidades físicas. L'Épée, chegou a publicar o livro nomeado de “Instrucciones para los Sordos y Mudos usando el Método de Signos”. Uma das obras de L'Épée também foi a escrita de um dicionário primário, por ter forte prestígio logo ficou bem conhecido em toda a Europa, por ter trabalhado com pessoas surdas, assim também criou a primeira escola na Europa voltada para a educação dos “surdos- mudos”, esse era o termo chamado outrora. Em 1791 essa instituição passou para “ Instituto Nacional de Surdo mudo”.

De acordo com Strobel (2009), uma pessoa que ficou bem conhecida no que tange na educação de surdos, foi o abade Charles Michel de L'Épée, veio a conhecer duas irmãs gêmeas que foram surdas, as quase em Paris se comunicavam por meio de pessoas bem simples que andavam a esmo naquela localidade. Por sua vez, Charles de L'Épée buscou a conhecer de que forma as pessoas surdas se comunicavam entre si, e conseqüentemente iniciou os primeiros estudos tratado com seriedade a respeito a Língua de Sinais. Levou as pessoas com surdez para sua própria casa com o objetivo de ensinar eles, por meio das combinações da Língua de Sinais e gramática da Língua Francesa de sinais nomeada de “Sinais Metódicos”. L'Épée sofreu bastante crítica pelo trabalho que desenvolveu com os surdos, em especial dos docentes que adotavam o oralismo, um deles foi o Samuel Heinicke.

Contudo, em todo o seu trabalho com pessoa surda, o abade L'Épée era pendente no que tange aos recursos econômicos tanto dos familiares dos próprios surdos quanto com a contribuição de caridades da coletividade. O abade publicou no que se referem a ensinar os surdos e mudos através de sinais um método nomeado de: “A verdadeira maneira de instruir os surdos-mudos”, da mesma forma ele também pôs as regras sintáticas.

No período de 1778 segundo Strobel (2009), na escola a qual foi constituída por ele, usava o oralismo puro na localidade de Leipzig, logo no começo a escola tinha um total de 09

(nove) estudantes somente surdos. Samuel foi considerado o “Pai do método Alemão”, que esse método na verdade era o oralismo puro.

1.1.4 Idade Contemporânea vai desde 1789 até os nossos dias

No ano de 1789 bem como explica Strobel (2009), nesse ano (1789) morre o abade Charles Michel de L’Epée, sendo que no período de sua morte, o mesmo edificara no total de 21 escolas voltada para os surdos na França e também na Europa. Período

Na era de 1802 nos Estados Unidos da América- EUA, Jean Marc Itard dizia que a pessoa com surdez devia ser submetida ao treino para posteriormente vim a ouvir as palavras que eram ditas ao mesmo, Itard teve a responsabilidade pelo exemplar trabalho com Victor, é mais conhecido pelo nome o “garoto selvagem” (sendo que o menino fora encontrado por pessoas que trabalhavam na mata, ele vivia unido aos lobos na floresta de Aveyron, situada no sul da França), o menino tal que andava igual os lobos da mata, levando em conta que seu comportar era idêntico de um animal quadrúpede, exemplo os lobos por ausência da sua vida em sociedade, assim como a educação. Embora Itard não tivesse alcançado o seu objetivo com o Victor referente à Língua Francesa, no entanto, ele foi uma grande influência na educação especial com o seu programa adaptado do ambiente, Itard ainda mencionava sobre o ensino da Língua de Sinais comprometia a percepção de memória, e dos sentidos em modo geral.

Na era de 1814 nos Estados Unidos da América, mais especificamente em Hartford o padre Thomas Hophins Gallaudet (1787-1851), por sua vez observava as crianças quando brincavam no seu jardim, o chamado de sua atenção foi no momento que percebeu uma menininha de nome Alice Gogswell, não fazia parte das brincadeiras junto às demais crianças pela razão de ser surda, logo era excluída das outras crianças. Gallaudet ficou imensamente emocionado ao ver Alice sem falar nada e também por ela conseqüentemente não ter uma escola para estudar, porque naquele período nos EUA não tinha nenhuma escola para pessoa com surdez. Posteriormente ele se juntou ao pai de Alice, o Dr. Masson Fitch Gogswell, depois pensou na chance de construir escola para surdos.

Thomas Gallaudet viaja à Europa em busca de métodos de ensino direcionados especialmente a pessoa com surdez. Já na Inglaterra ele foi até lá com o intuito de conhecer o trabalho desenvolvido por Braidwrod, especificamente em uma escola nomeada de “Watson’s

Asylum” (sendo que nessa escola os métodos eram mantidos em segredos, eram bastante caro e por terem ciúmes eram super protegidos) era usada a língua oral na educação da pessoa com surdez. Contudo, na escola Thomas Gallaudet foi evitado, bem como negado a exposição da metodologia, que viajou ao lugar para saber sobre o método usado com os surdos daquele lugar.

Diante da situação ele viajou até a França onde foi bem recebido, ao contrário da França, e demonstrou maravilhado quando se deparou com o método Língua de Sinais LS, que era utilizado por abade Sicard. Gallaudet retorna à América trás consigo o educador surdo Laurent Clerc, que era o estudante destaque do “Instituto Nacional para Surdos Mudos”, de Paris. No momento a travessia que durou 52 (cinquenta e dois) dias de viagem retornando aos Estados Unidos, sendo que nessa ocasião Clerc ensinou para Gallaudet a Língua de Sinais - LS e esse ensinou a Língua Inglesa para Clerc, foi na verdade uma troca de favores um ensinando ao outro e vice-versa.

Gallaudet juntamente com Clerc inaugurou em Hartford no dia 15 de abril, a então primeira escola estável somente para a pessoa surda tornou-se uma realidade situada nos Estados Unidos, com o nome “ Asilo de Connecticut para Educação e Ensino de Pessoas Surdas e Mudas”. Em consequência disso, veio o sucesso muito rápido da escola, surgiu assim à constituição de outras escolas para surdos nos EUA, onde os docentes de surdos usavam a LS e por sua vez eram fluentes, do mesmo modo na maioria de seus alunos também já tinham o domínio dos sinais.

Na data de 1846, o professor de pessoa surda, o Alexander Melville Bell considerado o pai do famoso inventor de telefone é popularmente conhecido como Alexander Graham Bell, arquitetou um código de símbolos nomeado de “Fala Visível” também conhecido como “Linguagem Visível”, nesse sistema usava os desenhos dos lábios, bem como a garganta, a língua, os dentes e o palato, com a intenção da pessoa com surdez digam novamente tanto os movimentos quanto os sons, que são apontados pelo educador.

Em 1855, o educador Eduardo Huet surdo com experimento em mestrado e também cursos que cursou em Paris, chegou ao Brasil com o consentimento do imperador D. Pedro II, tem como finalidade inaugurar uma escola dirigida para pessoa com surdez.

A educação dos Surdos antes de chegar ao Brasil ela teve sua história e trajetória em outro país que foi na França, de acordo com a pesquisadora Honora (2014) essa educação no Brasil começou com a chegada da família real de D. Pedro II, que seu neto nasceu com Surdo,

filho de sua filha, a Princesa Isabel, sendo assim o francês Hernest Huet veio a convite do imperador para fundar o Instituto de Surdos Mudos no “Rio de Janeiro” no dia 26 de setembro de 1857, que hoje é nomeado de Instituto Nacional de Educação dos Surdos - INES, e está situado em Laranjeiras, no Rio de Janeiro. Com a chegada do primeiro educador na área de Língua de Sinais francês que utilizava o alfabeto manual e a Língua de Sinais Francesa LSF, na relação os Surdos do Brasil, começou a criação da Língua Brasileira de Sinais, o que permitiu assegurarmos que a Língua Brasileira de Sinais tem sua raiz na Língua Francesa de Sinais.

No período de 1911, devido o Congresso de Milão o Instituto eliminou o uso da Língua de Sinais na área da educação de surdos. O INES naquele tempo disponibilizava de 100 (cem) vagas para estudantes surdos englobando todo o território brasileiro, desses 100 só 30 (trinta) vagas o governo pagava hoje o Instituto é um local de referência quando a temática é sobre à surdez.

Sendo que no ano de 1857 a primeira escola constituída para a pessoa surda foi no Rio de Janeiro, Brasil levando o nome de “Imperial Instituto dos Surdos-Mudos”, atualmente essa escola é nomeada de “Instituto Nacional de Educação de Surdos”- INES, que foi criada pela lei nº 939 no dia 26 de setembro. Foram nessa instituição que começou a união da Língua de Sinais Francesa com os sistemas utilizados pelas pessoas com surdez dos mais variados locais regionais do Brasil, que é no caso a Língua Brasileira de Sinais – Libras. Em dezembro do ano corrente, Eduard Huet apresentou ao conjunto de seres diante do imperador D. Pedro II os efeitos de seu trabalho.

No período de 1861, Ernest Huet foi embora do Brasil devido aos seus problemas pessoais, para lecionar aos surdos no México, neste período o INES ficou sendo dirigido por Frei do Carmo que logo abandonou o cargo alegando: “Não agüento as confusões” e com isto foi substituído por Ernesto do Prado Seixá.

Segundo Camargo, Fernández e González González (2015, p. 1), afirmam que:

As crianças com incapacidades eram consideradas indignas de viver, e eram jogadas no Monte Taijeto em Esparta, ou jogados pela rocha Tarpeia em Roma (extremo sul do Monte Capitólino). Para falar sobre os alunos com necessidades específicas de apoio educativo, passou um longo período de tempo.

Diante de tamanho desconhecimento referente à pessoa considerada com algum tipo de deficiência, elas eram olhadas como seres sem nenhum tipo de prestígio, sendo abandonadas e

até mesmo sofrendo homicídios, por não apresentar um corpo “perfeito”, sobretudo para Esparta a qual não aceitava em momento algum um corpo “imperfeito”, pois precisava de corpos intactos para os grandes combates nas guerras que ela travava. Os que não se enquadravam nesse paradigma, bem como as pessoas com deficiência, no caso eram até muitas das vezes abandonadas e negadas por serem considerados anormais.

Novaes (2014, p. 41) descreve que: “em Esparta (Grécia), os neonatos com deformidades eram condenados à morte ao nascer, e o fato era considerado de mau agouro para a família”. Nesse entendimento, as crianças que nasciam com algum tipo de deficiência eram sacrificadas a morte, além do mais as pessoas acreditavam que elas traziam coisas ruins na família que estivessem.

Honora (2014, p. 49) afirma que:

O primeiro registro que temos na história da educação dos Surdos está datado do século XII, e refere-se a uma concepção dos gregos e romanos de que os Surdos não eram humanos, devido a sua falta de fala. Em consequência, acreditava-se que os Surdos também não tinham pensamento. Nesta época, os Surdos eram privados de receberem herança, de estar em testamentos, de ter direito à escolarização e eram até proibidos de se casarem.

Nesse contexto, além do grande período que a história da educação de surdos ficou sem ser conhecida entre as pessoas, como se não bastasse, eles não tinham nenhum tipo de direitos sendo negados aos mesmos desde a sua situação bem como herdeiro de sua própria família, educação até ao matrimônio, eram todos negados.

Nos estudos dirigidos por Novaes (2014), explica que já no Código de Manu (que é a coleção de livros bramânicos), o qual reagia um povo conhecido pela cultuação de seus ancestrais, mais especificamente em seu artigo 612, se direciona para a negação dos direitos de sucessor quando se referia à pessoa que tivesse qualquer tipo de deficiência tais como: cegueira, surdez de nascimento, loucura, idiotice mudos e até mesmo estropiados, quer dizer qualquer que apresentassem algumas imperfeições seja físico como mental.

Ainda segundo o autor Novaes (2014), diz que o filósofo Platão (347 a.C) aconselhava que as pessoas com deficiência se juntassem com outras iguais a elas no sentido de esposo e esposa e se e tivessem filhos não eram para continuarem vivos. Tudo faz sentido, porque em Atenas, a lei era clara a qual descrevia que quem nascesse defeituoso, que era uma das

terminologias daquela época, eram pra ser mortos, pois o sujeito apresentasse qualquer tipo de deficiência era considerado inútil aos olhos daquele povo.

Segundo Honora (2014), já mencionada relata que Aristóteles tornou um filósofo de grande respeito daquele período, pois por sua vez o pensador cria que dentre os cinco sentidos o mais importante era sem dúvida para ele a audição, sendo nesse sentido a pessoa surda viesse a ter êxito na sua vida escolar, porém, tendo como fundamento nisso, era proibido aos Surdos o direito de serem ensinados, ou seja, era negado a eles o direito de estudarem pelo fato de não ouvirem. Aristóteles ainda afirmara que “A linguagem é que dá ao indivíduo a condição de humano” Ainda Honora (2014 p.49). Nesse sentido, para esse pensador ele considera humano se a pessoa falar, e caso ao contrário se não profere nenhuma palavra, logo não é considerado humano.

Coelho, Silveira e Mabba (2012), na visão de Aristóteles se uma pessoa que não verbalizasse, obviamente não tinha linguagem e muito menos pensamento. Ele afirmava que: [...] “de todas as sensações, é a audição que contribuiu mais para a inteligência e o conhecimento [...], portanto os nascidos surdos se tornam insensatos e naturalmente incapazes da razão. ” Nesse sentido percebe que a audição de fato é um dos sentidos essenciais ao ser humano, contudo uma vez que a pessoa é surda não a impede de aprender, pois seu cognitivo é tão saudável quanto de uma pessoa ouvinte.

No decorrer de três séculos, na Idade Média, o povoado era dividido em feudos, e por sua vez a Igreja Católica tinha grande influência, bem como desempenhava um papel muito importante no que se referia a discriminar as pessoas que tivesse com algum tipo de deficiência, assim como acompanhando os preceitos que o homem foi feito “a imagem de Deus” Honora (2014), enfatiza que as pessoas que estavam fora do padrão de normalidade, logo eram vistas como não humanas.

Por outro lado Honora (2014), afirma que os feudais eram considerados ricos e moravam nos castelos, e por esse motivo não repartiam sua riqueza com pessoas diferentes de seu laço familiar, decidiam casar com indivíduos que faziam parte de sua ascendência, praticando dessa maneira o incesto, que é a relação sexual com pessoas da mesma família como, por exemplo, tios com sobrinhos, primo com prima e até algumas referências de irmão com irmã. Em consequência disso nascia grande número de pessoas surdas por serem consangüíneo.

A pessoa com surdez era rejeitada tanto pelos seus familiares quanto pela sociedade, eles viviam à toa, sem nenhuma perspectiva de vida, os surdos eram excluídos de bailes e jantares daquela época, normalmente habitavam sempre nas casas que ficavam atrás do castelo e não eram amamentados pelas suas mães biológicas, eram amamentados e cuidados por amas de leite também conhecida atualmente mãe de leite, sendo que a ama de leite é a mulher que amamenta o recém-nascido de outra mulher, ou seja, a ama de leite é quando a criança é alimentada por outra mulher que não é a sua mãe, a mãe de leite entra em ação no momento seja por falta de leite no seio da parturiente ou por motivo da criança ter sido abandonada pela sua mãe após o seu nascimento, que é o caso do surdo que fora nos tempos dos feudais.

Os surdos como costume não confessavam na igreja pela mesma razão de não usarem a língua oral, isso deixava os líderes da igreja desconfortada perante a posição dos mesmos. A igreja por sua vez procurou caminhos para resolver o que pretendia fazer naquele momento, foi aí que se voltou para o que sucedia nos mosteiros (lugar onde os monges moravam), e era justamente quando os monges eram enclausurados e ficavam em silêncio, devido ao voto do silêncio que eles faziam, para eles não revelarem o que estava escrito na Bíblia, diante dessa realidade os monges usavam os sinais para terem a comunicação entre si.

Honora (2014, p. 50-51) discorre que a:

Igreja Católica resolveu convidar alguns monges para serem preceptores dos Surdos, filhos dos senhores feudais, em troca de grandes fortunas. O primeiro deles foi o monge beneditino Pedro Ponce de León, espanhol que criou, juntamente com dois Surdos espanhóis que foram morar no mosteiro, o primeiro alfabeto manual que temos na história. Temos a impressão de que a criação desse alfabeto tinha como objetivo suprir uma ausência que existia na comunicação oral. Ponce de León teve inúmeros alunos com Surdez e seu trabalho foi reconhecido em toda a Europa por ter alunos com conhecimento em Matemática, História e Filosofia. Pedro Ponce de León, é considerado o primeiro professor de Surdos na história.

Sendo assim, a igreja católica nas suas possibilidades decidiu fazer convite a alguns monges que sabiam a língua de sinal para que eles ensinassem os filhos dos senhores feudais a se comunicarem desenvolvendo assim a fala e a recompensa para os monges acontecia em forma de

riqueza a partir da troca entre monastério e herdeiros dos feudais, por motivo de naquele tempo só tinha parte na herança familiar a pessoa surda que adquirisse o desenvolvimento da fala.

Logo diante disso, vários senhores feudais que tinham filhos com surdez encaminhavam os para ser ensinado pelos monges os quais exerciam o papel de instruir os surdos, com o objetivo de ele obter a fala e, assim não serem excluídos do direito aos bens da família que pertencia, de acordo com Honora (2014), naquela época só tinha direito na herança a pessoa surda que soubesse pelo menos escrever seu nome, por essa razão o monge beneditino León percebeu a necessidade de criar juntamente com outros surdos o alfabeto manual, através desse alfabeto pessoa surda aprendia ler e escrever. AQUI

Segundo Camargo, Fernández e González (2015, p. 1), discorrem que:

Pedro Ponce de León por primeiro ensinou aos surdos-mudos a escrever utilizando a técnica de apontar o dedo para o objeto que tinha o nome do que estava sendo estudado. E em seguida, fez-lhes repetir as palavras com os órgãos vocais os nomes correspondentes aos objetos. Ele foi o inventor desta arte, cada aluno raciocinava muito bem. Escreveu seus métodos e resultados, mas sua obra foi destruída pelo fogo, deixando alguns vestígios de escritos. Apesar de seu sucesso e publicidade favorável a ele e a sua obra, mesmo assim ele morreu na solidão.

Verifica-se que a primeira pessoa a ensinar a pessoa surda foi León que em primeiro lugar os ensinou a escrever por meio da estratégia de mostrar para o objeto e logo depois surdo escrevia o nome devido da figura que estava sendo estudada naquele momento e depois León instruía aos surdos em outro tempo a falarem, logo eles sabiam escrever e falar. O pesquisador tinha vários registros com seus estudantes, porém com o passar do tempo grande parte de seu material foram queimados pelo fogo restando assim pouquíssimos deles.

De acordo com Rafaeli e Silveira (2009), já no fim da Idade Média as pessoas religiosas tinham um olhar negativo para a família que possuía um filho surdo, eles criam que os pais por cometerem um pecado muito grave no passado estavam pagando por seu erro. A criança surda nada era comparada com a criança ouvinte, diante dessa visão a igreja sustentava que a pessoa surda não tinha alma imortal por não falarem os sacramentos, na visão da igreja elas tinham alma mortal.

1.1.5 Ajuda do Cristianismo

A Bíblia Sagrada de acordo com os livros do Antigo Testamento em especial nos evangelhos que narram a passagem de Jesus, com base nos ensinamentos do Filho de Deus que Ele se deparava com as pessoas sem e com deficiência daquela época eram excluídas da sociedade por não terem um corpo “perfeito”, diante dessa realidade Jesus curou cego, paralítico, surdo, coxo entre outros deficientes e a Escritura Sagrada nos surpreende com as maravilhas que Jesus operou na vida daquelas pessoas que tinham algum tipo de deficiência.

Novaes (2014) descreve que o alicerce do Cristianismo é o cânon segundo o minidicionário da Língua Portuguesa Ferreira (2004 p. 135) afirma que é a “regra geral donde se inferem regras especiais”, a Bíblia Sagrada demonstra um olhar de importância a respeito do sujeito Surdo, que ajudou de maneira determinante como fonte de esclarecimento referente o modo de tratar do povo com eles.

Em consonância ao livro de Êxodo 4:1 lemos: “Disse-lhe o SENHOR: Quem deu boca ao homem? Quem o fez surdo ou mudo? Quem lhe concede vista ou o torna cego? Não sou eu, SENHOR?”.

Outrora em Levítico 19: 14 entendemos uma ordem à sociedade no que diz respeito a pessoa Surda: “Não amaldiçoem o surdo nem ponham pedra de tropeço na frente do cego, mas temam o seu Deus. Eu sou o SENHOR.”

Já de acordo com o Novo Testamento, Jesus Cristo causa um ensino quanto ao tratamento dos surdos, pois, quando esteve na terra de Decápolis, determinadas pessoas lhe trouxeram um homem que era surdo.

Com ênfase sobre o relato bíblico a relação de intercâmbio entre Cristo e este homem Surdo desde que nasceu. Jesus Cristo “depois de levá-lo à parte, longe da multidão”, fez com que ele ouvisse Mateus, 7: 31 – 37.

Nesse sentido, tendo em vista que Cristo tratou o Surdo de maneira separada, especial, distinta de maneira que tratou a multidão, eis o exemplo a ser abraçado, ou seja, cuidá-los de jeito particular, tendo em estima suas diferenças e o seu todo para ser atendido, porém nunca deixar de atendê-los.

Em seus trabalhos Novaes (2014), discorre que o comportamento que perpassa pela alteridade é constante na figura central do Cristianismo, elevando os componentes das minorias

sociais à dignidade humana. Todos nós, católicos, protestantes, judeus, budistas, espíritas, agnósticos e ateus, não importando a classificação.

Segundo Azevedo (2006), “comungamos de um patrimônio que entendemos como ideal de civilização e justiça”, fruto do Cristianismo.

A religião cristã trouxe grandes modificações sociais, tendo em vista que Jesus Cristo, quando esteve na terra, recuperou, de maneira decisiva, quanto os direitos humanos, o valor da dignidade de todos os homens, inclusive dos grupos minoritários Novaes (2014).

De acordo com Novaes (2014, p. 44):

No conjunto social brasileiro, esse valor da dignidade homem, que é um reflexo às conquistas de direito dos sujeitos Surdos, aconteceu com a ajuda dos movimentos religiosos das mais diferentes denominações, notadamente protestantes, que, por décadas, visavam à catequização e à elevação do status dos mesmos diante a sociedade.

Nesse sentido, no que tange a respeito do direito da pessoa surda, uma contribuição importante foi na parte que coube aos cidadãos dos movimentos religiosos, dessa forma os surdos tiveram esse grande apoio, para que seus direitos fossem concretizados assim também assegurados pela própria LDB.

Demais textos do Livro Sagrado do Cristianismo podem ser identificados como referências aos surdos. Isaías (29, 18-19), Isaías (35- 5) e Mateus (11, 4- 6).

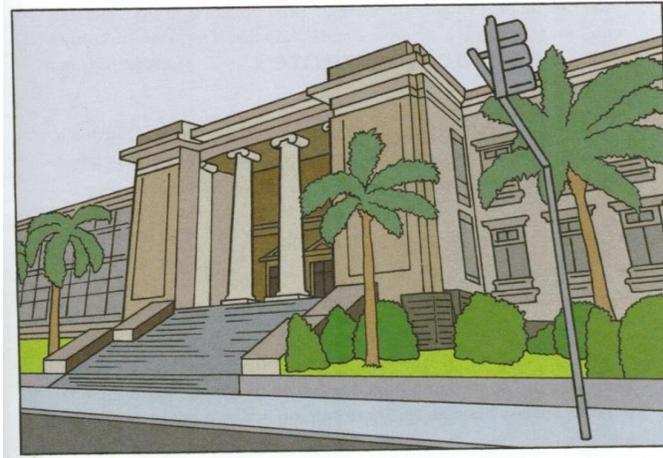
1.2. A ORIGEM SOBRE A EDUCAÇÃO DOS SURDOS NO BRASIL

A educação dos Surdos antes de chegar ao Brasil ela teve sua história e trajetória em outro país que foi na França, de acordo com a pesquisadora Honora (2014) essa educação no Brasil começou com a chegada da família real de D. Pedro II, que seu neto nasceu com Surdez, filho de sua filha a Princesa Isabel, o francês H Ernest Huet veio a convite do imperador para fundar o Instituto de Surdos Mudos no “Rio de Janeiro” no dia 26 de setembro de 1857, que hoje é nomeado de Instituto Nacional de Educação dos Surdos - INES, e está situado em Laranjeiras, no Rio de Janeiro. Com a chegada do primeiro educador francês que utilizava o alfabeto manual e a Língua de Sinais Francesa, na relação os Surdos do Brasil, começou a

criação da Língua Brasileira de Sinais, o que permitiu assegurarmos que a Língua Brasileira de Sinais tem sua raiz na Língua Francesa de Sinais.

No ano de 1911, o Instituto eliminou o uso da Língua de Sinais na educação da pessoa com Surdez, tendo em vista o que foi determinado no Congresso de Milão.

Ainda na afirmação da autora Honora (2014) O Instituto Nacional de Educação dos Surdos tinha 100 (cem) vagas destinadas para estudantes Surdos do Brasil todo, sendo que só 30 (trinta) vagas eram pagas pelo governo, hoje o Instituto é um centro de referência voltado para temas sobre a Surdez.

FIGURA 04: Instituto Nacional de Educação dos Surdos no Rio de Janeiro

Fonte: Honora (2014, p. 59)

No decorrer do tempo outro Instituto importante para a história da Educação dos Surdos no Brasil foi o Instituto Santa Terezinha, inaugurado no ano de 1929, sendo que no começo um internato direcionado somente para pessoa do sexo feminino, isto é, para meninas Surdas.

Outra instituição que colaborou bastante e permanece colaborando na educação das pessoas com Surdez foi o Instituto Educacional São Paulo – IESP, que foi inaugurado no ano de 1954 e depois ofertado para a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP.

A educação de Surdos no Brasil acompanhou os passos que o mundo se apresentava para essa situação. No começo a preocupação ocorria em trabalhar com os aspectos da fala de “curar, salvar” o Surdo, os empenhos nasciam no sentido de facilitar ao Surdo “falar”. Não se abrange um movimento e tão pouco uma preocupação voltada para o conhecimento do saber dessas pessoas. Soares (2005, p.44) afirma que no documento que foi apresentado para o Instituto Nacional de Surdos-Mudos, onde defendia a oralização dos Surdos, Dr. Menezes Vieira discorria: “[...] em relação à educação do Surdo, era a adoção do método oral puro, pois, para ele, o aprender a falar era mais importante que o aprender a ler e escrever, já que o Brasil era um país de analfabetos”. Usava-se o método oral puro para assim ensinar a pessoa com surdez, pois acreditava que por meio dele o surdo ia aprender a ler e escrever.

Esse percurso em volta da educação no Brasil perdurou longos anos e ainda até nos dias atuais sucede, inúmeros forma os pareceres lançados sugerindo melhore propostas metodológicas para o ensino dos Surdos, realizando discussões voltados aos níveis de escolarização o Surdo deveria possuir, e qual a capacidade deles.

O francês Eduard Huet na história do Brasil referente à educação dos Surdos, ele foi um dos grandes personagens. Veio para o Brasil no ano de 1855, inaugurou com a ajuda de D. Pedro II, o Imperial Instituto de Surdos-Mudos, hoje INES, iniciou alfabetização de crianças de sete anos de idade, usando como metodologia de ensino a Língua de Sinais.

Dr. Armando Lacerda assume a direção do Instituto Nacional de Surdo-Mudos no ano de 1930 e, logo no ano de 1934 após três anos publica a Pedagogia Emendativa do Surdo-Mudo, documento esse que de acordo com Soraes (2005) que o conteúdo fundamental aqueles que seriam úteis para a comunicação do dia-a-dia da pessoa Surda, alcançando um determinado volume lingüístico. Em 1950 a presidenta do INES a professora Ana Rímoli, que implantou o Curso Normal de Formação de Professores Surdos no Brasil, que foi o primeiro curso com o incentivo ao Ensino Médio. A fundamentação da colocação do curso sucedeu de acordo com Soares (2005), em relação a transformações e ampliações dentro o próprio Instituto, ressaltando que nessa época foi oficializada a utilização do método oral pelo mesmo.

No ano de 1957 sucedeu a Campanha de Educação de Surdos Brasileiros, que nas palavras de Soraes (2005, p. 92), “[...] pretendia fazer o Surdo falar”, e com isso troná-lo útil e produtivo.

Essa campanha demonstrou-se inapropriada, mas ajudou quanto ao desenvolvimento no atendimento de trabalhos ao sujeito com Surdez. Sendo que tempo, a escola INES, não apresentava apreensão referente aos assuntos voltados a conteúdos e conhecimento do saber, a qual tinha base no assistencialismo.

Sobre a história da educação dos Surdos passou por um denso percurso, tendo inúmeras dificuldades educacionais, discussões ideológicas, condicionantes históricos que terminaram por determinar os atos da educação aceitados. Nesse sentido, assim como a educação de pessoas Surdas, aqui no Brasil também atravessou por etapas diferentes.

A seguir a descrição a respeito das três abordagens que influenciaram de modo significativo a educação dos Surdos, sendo que a primeira dessa etapa tinha uma característica voltada para a oralização (oralista), a segunda tinha uma característica centrada na comunicação total e já a terceira tinha uma característica referente ao processo de construção que é o bilingüismo, na visão de Lima (2006).

1.2.1 Correntes filosóficas de educação de surdos

A educação de surdos transcorreu por vários momentos, dentre eles três correntes filosóficas que foram um marco na história desses sujeitos, nesse sentido desde a Filosofia Oralista a qual pregava que a pessoa com surdez é necessário a sua fala e somente esse, logo os obrigando a falar sem levar em considerações se tinham uma língua de sinais ou não, adiante surgiu a comunicação total por sua vez defendia todo o tipo de comunicação sejam elas por meio dos sinais, mímicas, sons, desenhos, expressão corporal e expressão facial, naquela corrente eram aceitas as mais variados e diversas formas de comunicação, por isso, o sentido de ser nomeada de Comunicação Total e por fim vem o bilingüismo, o qual significa ter duas línguas oficiais em um país, sendo o domínio de duas distintas línguas, no caso o Brasil é oficialmente bilíngüe por ter uma língua oral que é a Língua Portuguesa e a segunda língua que é a Língua Brasileira de Sinais – Libras, que é a língua de sinais falada naquele país.

1.2.2 Filosofia Oralista

Na história dos Surdos permanece um marco histórico que foi à realização de dois congressos que ocorreram em Milão, Itália para tratar e deliberar a respeito da educação da pessoa com Surdez, sendo que os quais mudaram por completo a vida da pessoa com surdez, no sentido de impor a essa total autoridade, da mesma forma desumana para com esses.

Sendo que o I Congresso Mundial de Surdos-Mudos ocorreu em Milão no ano de 1872 e determinou que o meio para a comunicação do pensamento do sujeito é a língua oral, uma vez se os Surdos fossem auxiliados, poderiam fazer a leitura labial, como decorrências falariam, sendo que a língua oral ocasionaria uma ampliação tanto no desenvolvimento intelectual, moral e lingüístico.

A data dentre os dias 6 a 11 do mês de setembro do ano de 1880 em Milão, capital Itália tiveram seus momentos de destaque, pois foi nessa data que aconteceu a votação a qual elegeu o oralismo puro, isso significa dizer que a partir desses votos o que prevaleceria era a língua oral e obviamente a Língua de Sinais deixara de ser usada, porque o oralismo se opunha aos sinais. Entre os mais de 170 pessoas eram ouvintes que estiveram presente no congresso, os quais

diziam que a melhor forma de comunicação para os surdos era o oralismo, ressaltavam que os sinais atrapalhavam o desenvolvimento cognitivo da pessoa com surdez.

Já no II Congresso Mundial de Surdos-Mudos que aconteceu também em Milão, que tem como sua capital Itália no ano de 1880, segundo Honora (2014) nesse congresso os 54 países que participaram do mesmo cada um mandou seus representantes dentre os considerados mais estudiosos na área da surdez daquele tempo, ressaltando que no meio ao majoritário ouvinte apenas um era surdo. Quando o Congresso chegou ao final foi feita uma votação, que por meio dela seria escolhida a melhor maneira para que as pessoas surdas fossem educadas se no caso seriam a Língua oral que é o oralismo ou seria a Língua de Sinais, a qual é língua mãe dos surdos.

Durante a votação ficaram os 53 ouvintes na sala, sendo que o único surdo presente foi pedido para ele se retirar, enquanto que os majoritários ouvintes decidiam qual a melhor forma de comunicação para a pessoa com surdez, e logo a eleita fora o oralismo. As determinações feitas no Congresso, com base no trabalho de Honora (2014, p. 57) “a fala é incontestavelmente superior aos sinais e deve ter preferência na educação dos surdos; o método oral puro deve ser preferido ao método combinado”. Nesse Congresso para as pessoas ouvintes o mais importante na visão deles era que o surdo fosse oralizado, afirmando assim que a fala é superior ao sinal e que a pessoa surda devia se acostumar a oralização e não a sua primeira língua que é a Língua de Sinais.

A finalidade dos congressos era decidir qual o método mais adequado para a aprendizagem da linguagem pelo Surdo, considerando o trabalho de Soares (2005, p. 35), “[...] nenhum deles demonstrou a preocupação em fazer com que o surdo pudesse adquirir a instrução, tal como era compreendido para os normais”. Nesse direcionamento, os ouvintes decidiram por si só a respeito do método de ensino para os surdos era o oralismo não levando em consideração se as pessoas com surdez se elas estavam satisfeita ou não, tampouco se aceitavam esse método ou se aceitavam, em momento algum perguntaram sua opinião.

Após a data de decisão as pessoas surdas foram proibidas de usarem a Língua de Sinais, que na realidade é a sua língua mãe, a qual lhes é garantida por direito. Por essa razão, naquele tempo a pessoa com surdez nas escolas era ensinada a eles o uso da fala, e uma vez que queriam usar os sinais eram impedidos e até mesmo castigados sendo marradas suas mãos ou punidos por meio da palmatória. A proibição da utilização da Língua de Sinais durou no período de cem anos,

isto é durante um século os surdos ficaram impedidos de se comunicarem com os sinais, no entanto, essa língua permaneceu viva, pois os surdos quando se encontravam conversavam usando a sua língua mãe, às escondidas para não serem impedidos e tampouco sofressem algum tipo de castigo físico.

No decorrer do tempo surge o atual diretor do Instituto Nacional de Surdos-Mudos de Paris que era na ocasião fora o barão Gérando, o qual trocou os docentes Surdos do estabelecimento e realizava afazeres apenas usando a oralização dos estudantes Surdos. Gérando bem como os anteriores professores de pessoa com surdez, antes de falecer reconhece que a Língua de Sinais é benéfica a aprendizagem do ser que faz uso da mesma. Honora (2014, p. 56) discorre que:

Acreditava que os sinais deveriam ser banidos da educação dos Surdos. Também, como muitos outros educadores de Surdos, após anos de trabalho, reconheceu, antes de morrer, que a Língua de Sinais poderia auxiliar na educação dos Surdos.

Nessa direção percebe que o pesquisador queria muito que os sinais não eram úteis para a pessoa com surdez, ele afirmava que a oralização era mais importante do que a sua própria língua materna.

No ano de 1864, construída a primeira faculdade para pessoa com Surdez, fixada em Washington, nos Estados Unidos da América, que até nos dias atuais ganhou o nome de Universidade de Gallaudet, que persistiu intacta a sua primeira Língua de Sinais.

Na sua afirmação Fernandes (2007) diz que Grahman Bell por ter sido considerado uma pessoa muito intelectual era conhecido como o gênio na área da tecnologia daquele tempo, devido ter desenvolvido habilidades, uma delas foi à criação do telefone juntamente com o aparelho que amplia o som para o sujeito que não houve, por essas razões que ele ficou famoso.

De acordo com Honora (2014), Alexandre Grahman Bell que ficou popularmente conhecido por inventar o telefone era visto como opositor das pessoas com surdez, no entanto, embora nascido de mãe Surda e casado também com uma Surda de nome Mabel, e dessa união concebem duas filhas. Bell cria que a Surdez era um deslize, e que a pessoa Surda era obrigada a aprender juntamente com as pessoas que não eram Surdas, ou seja, com os ouvintes, não porque era um direito deles, todavia era para impedir que os Surdos tivessem oportunidade de se conhecerem Surdo/Surdo, e conseqüentemente no futuro por meio do casamento viesse à união deles, o que se levava em consideração uma enorme ameaça para a sociedade.

Ele alegava que a união de duas pessoas Surdas os filhos iam também nascer Surdos. Bell inventou o telefone no ano de 1876, na tentativa de inventar um aparelho para a audição da pessoa com Surdez. Que foi uma das razões que o levou a fazer o aparelho que por meio deles, o Surdo ia ampliar os sons e assim ouvir, da mesma maneira que não ia usar a Língua de Sinais.

No decorrer do tempo a educação dos Surdos foi sempre cheia de marcas, momentos de alto e baixo dentre esses sinais a que muito repercute até nos dias de hoje foi a respeito dos dois congressos que aconteceram em Milão, Itália.

Em sua pesquisa Strobel (2009) enfatiza que não existe na educação das pessoas com surdez algo que fosse atingir tanto em suas vidas, quanto em sua própria educação de Surdo. Do mesmo modo, pretendeu excluir de uma vez por todo o uso da língua de sinais.

Dentre os dias 06 a 11 de setembro do ano 1880, aconteceu um congresso internacional, no que tange aos docentes Surdos em uma cidade de Milão, Itália. Sendo assim neste congresso ocorreu uma votação a qual proibia definitivamente a língua de sinais a não fazer parte da educação de Surdos.

Sendo que este congresso foi preparado, teve patrocínio e dirigido por pessoas ouvintes, todos eles defendiam o oralismo puro. Em uma totalidade de 164 (cento e sessenta e quatro) delegado, 56 (cinquenta e seis) oralistas de origem da França e 66 (sessenta e seis) eram oralistas da Itália, nesse sentido ao todo eram 74% dos ouvintes na junção de franceses e italianos, nesse congresso a pessoa de Alexandre Graham Bell obteve forte influência.

Ainda referente ao congresso somente contra a proibição do oralismo foi os Estados Unidos da América e juntamente com a Grã Bretanha, embora a presença de docentes surdos, no entanto suas vozes não tiveram vez nem direito de votarem.

Já no fim do congresso Honora (2014) narra que foi feita uma votação com o propósito de eleger qual a melhor forma para que a pessoa com surdez fosse ensinada, que era no caso a oralização, no ponto de vista dos ouvintes e não dos próprios Surdos. Sendo que no momento da votação o único Surdo que estava presente foi feito um pedido a ele que se retirasse, da sala na qual estava ocorrendo ficando desse modo só as pessoas ouvintes, nem se quer levando em consideração a idéia dele tão pouco respeito ao mesmo.

Mais uma vez Honora (2014, p. 57), enfatiza que as determinações do Congresso foram: “a fala é incontestavelmente superior aos Sinais e deve ter preferência na educação dos Surdos; o método oral puro deve ser preferido ao método combinado”. Entende que nesse congresso de

Milão os ouvintes que faziam parte da votação afirmavam que a fala é superior realçando que a Língua de Sinais, fosse inferior e sem grande importância na comunicação para a pessoa que não ouve.

Dessa data em diante, ficou negado aos Surdos o uso da de suas próprias línguas maternas, ficou proibido de usá-las mais uma vez o direito deles permanecem negados, o foco era na língua oral. Durante esse período a pessoa com Surdez que iam à escola principiaram a ter aula, todavia só na sua forma oral o que foi determinado no Congresso pelos indivíduos ouvintes e a partir do momento que insistiam a praticar a Língua de Sinais eram castigados tendo as suas mãos amarradas para trás, sendo obrigado utilizar a fala e, em outros momentos eles eram brutalmente flagelados por palmatórias.

Couto (1998) relata que a primeira fase é constituída pela educação oralista que apresenta resquícios de sua ideologia de sua ideologia até nos dias atuais. Sendo que a base da proposta oralista tem a fundamentação na “recuperação” da pessoa com surdez a qual é nomeada de “deficiente auditivo”.

De acordo com Chomsky (1995, p. 434) relata:

O oralismo contudo é uma proposta educacional que contraria tais suposições: não permite que a língua de sinais seja usada nem na sala de aula nem no ambiente familiar, mesmo sendo esse formado por pessoas surdas usuárias da língua de sinais.

Nesse sentido, entende-se que o uso da Língua de Sinais foi expressamente proibido de ser usada tanto pelos surdos que sabiam essa língua em seu meio junto à família, quanto em demais ambiente. Tendo em vista que era permitida, somente a língua oral.

Na visão de Sacks (1990), diz que o significado do oralismo e a supressão do sinal teve resultado numa deterioração como drama da conquista na educação das crianças com surdez, assim também no grau, que através do mesmo da pessoa surda no modo em geral.

Embora fosse proibida a utilização da Língua de Sinais, a pessoa Surda não deixou de fazer os sinais mesmo que fosse de forma escondida para que não fossem avistados e conseqüentemente ser punidas, ressalta-se que esse foi um período muito difícil tanto na história quanto na vida pessoal do sujeito Surdo.

O impedimento do uso da Língua de Sinais durou durante cem anos para poder ser contestada, o que resultou num grande fiasco na educação da pessoa com surdez daquele tempo,

depois dentre oito ou dez anos que o Surdo estudou na escola o emprego que estava disponível para eles no mercado de trabalho era ou ser sapateiros no caso para o sexo masculino ou costureiras para as mulheres, ainda assim por não atingirem a oralização eram considerados “retardados”.

Em meio à dificuldade referente contextual, surge assim uma proposta que deixa livre o manuseio da língua de sinais tendo como finalidade o desenvolvimento da mesma, na criança com surdez. No entanto, essa língua é usada como mecanismo para o ensinamento da língua oral.

Segundo Guarinello (2007), o “método oralista” teve começo no século XVI com o pensamento de Ponce Léon que a fala deveria ser ensinadas para a pessoa Surda evitando assim a manifestação das diferenças. Insistia em sujeitar a pessoa com Surdez a falar igual os ouvintes e posteriormente, proibir a usar a Língua de Sinais.

Por muito tempo o oralismo ou método oralista perdurou sendo uma filosofia que sempre enfatizava favorável a fala e ao uso de aparelho que ampliava os sons para que ajudasse nos sons. Com isso as pessoas que tinham dificuldades em ouvir na época dessa filosofia eram submetidas ora a falar ora a usar o aparelho para poder ouvir.

É o procedimento pelo qual pretendia ensinar o Surdo a entender tanto a compreensão quanto a produção da linguagem oral que tem a ideia que a pessoa Surda, embora não tendo o nível de audição para receber os sons da fala, pode se formar em interlocutor através da linguagem oral. Na visão de Lima (2006). Isto é por meio da oralização fazer com que o Surdo concretize a fala.

De acordo com Gesser (2012) a filosofia oralista profundamente semeada no Brasil em volta do ano de 1911 por uma intensa influência das decisões do então conhecido Congresso Internacional de Milão em 1890, tinha como foco da recuperação realizar trabalhos favoráveis tanto na recuperação da fala quanto na audição da pessoa Surda, além de rejeitar e impedir a utilização da Língua de Sinais entre os seus semelhantes. Esse privilégio tinha base no pensamento de que só dessa maneira o Surdo poderia “ desenvolver-se emocional, social e cognitivamente, do modo que mais normal possível, integrando-se como um membro produtivo ao mundo dos ouvintes”, Capovilla & Capovila (2004, p. 22). Existem narrações de Surdos que suas mãos eram amarradas e recebiam castigos corporais quando tentavam se comunicarem na Língua de Sinais. Nessa arquitetura de depressão violência as pessoas Surdas, eram olhadas e representadas como não normal por razão de sua deficiência auditiva assim como de sua possível

limitação para obter a língua e desenvolver a fala oral. A Surdez antes era comparada a uma aberração da espécie humana na sociedade. Assim afirmava Alexandre Graham Bell, uma das influentes figuras que participou do Congresso de Milão. Por causa do seu prestígio na sociedade daquela época, as suas ideias insensatas foram consideradas importantes para a proibição e a opressão das Línguas de Sinais no mundo todo. Alexandre Graham Bell, era popularmente conhecido como o descobridor do telefone, estava voltado para o movimento eugênico, que pregava sobre o discurso da raça humana “pura”.

Gesser (2012, p. 86) afirma que:

Nesse cenário, ele foi um grande incentivador do isolamento linguístico do Surdo, de que o Surdo vivesse sem qualquer aproximação com outras pessoas que usavam os sinais, com medo que a raça humana fosse ser degenerada pela transmissão de genes “defeituosos”.

Nesse sentido, observa-se que no movimento eugênico, e os seus adeptos pregavam a respeito da raça “pura” que significa intolerância ao ser que nascesse com alguma imperfeição o qual falava que a humanidade não tinha que ter nenhuma alteração isto é, à pessoa não apresentaria qualquer tipo de deficiência seja física ou mental, nesse movimento eles pregavam a respeito da raça “pura” que significa intolerância ao ser que nascesse com alguma imperfeição, intolerância essa que igualmente também focada as sujeitos Surdos.

A filosofia oralismo para estudantes Surdos era empregada pelas escolas tradicionais ou especiais e logo saiu de uso a partir do ano de 1970, quando a proposta do Congresso de Milão em educar os discentes Surdos por meio da fala foi proibido por razão de não sucesso dessa abordagem, nesse congresso foi imposto o Método Oral, ou oralismo, que significa por o Surdo no mundo do ouvinte, usar unicamente a língua oral.

Honora (2014) estabelece que a abordagem do oralismo tenha base na “capacidade” do Surdo se comunicar por meio da língua oral e coloca toda a compreensão da comunicação somente pela fala. Uns recursos utilizados nessa abordagem são a leitura labial, o uso de aparelhos de ampliar os sons por pessoa, a terapia fonoaudiológica por vários anos.

Nesse sentido, a utilização da Língua Brasileira de Sinais é totalmente proibida, na visão de Goldelf (1997) afirma que o oralismo é uma abordagem que tem como finalidade a integração da criança Surda juntamente no grupo de ouvintes, ressaltando que a língua oral de seus genitores.

Sendo assim, “apresenta-se uma tendência à normalização do indivíduo com Surdez, querendo que a sociedade permaneça sem alguma transformação para inserir a pessoa com Surdez, e sim, a pessoa Surda que tem que se adaptar à comunidade que se apresenta ouvinte” Honora (2014, p. 90).

Filosofia não teve ótimos resultados por motivo à dificuldade de o sujeito Surdo desenvolver a língua oral, e ocasionando conforme discorre Honora (2014, p. 91):

- a. Déficit cognitivos: devido à falta de uma língua eficiente para estruturar o pensamento, muitos alunos adeptos do oralismo desenvolveram um problema de aprendizagem muito severo e até psicotizaram;
- b. Fracasso escolar: depois de 8 a 10 anos na abordagem oralista, muitos alunos com Surdez saíram da escola sapateiros ou costureiros, sem terem aprendido a ler ou escrever;
- c. Dificuldades no relacionamento familiar: como o aluno com Surdez não estabelecia uma língua oral satisfatória nem uma língua de sinais, apresentava-se de maneira ininteligível no ambiente familiar, excluindo-se deste contato;
- d. Falta de identidade Surda: pela falta de contato com outros Surdos ou até a negação da condição de pessoa com Surdez, ou alunos que participaram desta abordagem não tinham uma Identidade Surda nem participavam da Comunidade Surda, o que trazia inúmeros prejuízos psicológicos.

Nesse sentido os Surdos que foram adaptados ao oralismo apresentavam dificuldade na aprendizagem, pois a oralização não correspondia a sua realidade. Em consequência dessa dificuldade os alunos Surdos após 8 a 10 anos na abordagem nessa abordagem a maioria desses estudantes evadiam do ambiente escolar devido o fracasso na escola e por eles não aprenderem a leitura e nem a escrita, logo aprendiam na escola ou a fazer sapatos a fazer roupas. Os Surdos também enfrentavam dificuldades em na relação com sua família, por motivo de não ter uma língua oral e nem a utilização de sinais, ficava impossível ele se comunicar no seio de sua família por esse motivo excluía desse contato. Outra dificuldade que o Surdo enfrentava era a não Identidade Surda, ele não tinha aproximação com outro Surdo, pois as pessoas que faziam parte dessa abordagem não possuíam se quer uma Identidade Surda. Porém surge depois a abordagem comunicação total.

Sá (2010) tece que no Brasil e no mundo, ainda detém ampla força sobre a Filosofia Oralista. Oralista é a adjetivação dada à abordagem que dá destaque especial a fala bem como na ampliação da audição e que negam, de modo explícita e rigoroso a todo e qualquer tipo de uso da Língua de Sinais. No pensamento de Wrigley (1996, p. 15) diz que “o oralismo tanto é uma ideologia quanto um método”.

Nesse congresso participaram pessoas significantes da sociedade que lá se ajuntaram para debaterem três abordagens referente à educação de 06 (seis) Surdos: com base a Língua de Sinais e num método misto. Sendo que entre muitas temáticas a serem debatidas como vantagem/desvantagem dos internatos saúde e medidas curativas/preventivas, aspectos pedagógicos em meio a outros, contudo a atenção era voltada para o oralismo e a Língua de Sinais. Em uma votação de 160 votos a favor da oralização contra 4 a favor da Língua de Sinais, e como resultado ficou oficialmente impedido usar a Língua de Sinais definindo que deveriam ser aplicados métodos orais na educação de Surdos Perlin & Strobel (2006).

Gesser explica que a determinação do Congresso de Milão é só uma parte da história, porém deixou inúmeras de centenas de milhares de vida de pessoa Surda por todo o canto do mundo, ficando assim rastros de vergonha, lamúria, ódio, recalque e bastante vingança.

1.2.3 Filosofia Comunicação Total

Os sinais são usados através dos profissionais os quais têm aproximação com os surdos interno a estrutura da Língua Portuguesa. Esse sistema recebe o nome de português sinalizado, onde no seu ensinar não é centralizado no oralismo com exclusividade, contudo o bimodal acaba defendido e visto como a melhor opção no sentido de ensino para a pessoa com surdez. A proposta do bimodalismo tem sua particularidade à utilização simultânea dos sinais juntamente a fala, Duffy (1987).

Após a filosofia oralista surgiu a Comunicação Total que veio combinar tanto a fala quanto a utilização dos sinais desde que fosse apropriado a cada docente. Sá (2010) cita Wrigley nessa filosofia a utilização da Língua de Sinais nesses ambientes mostrou-se ser, na melhor das hipóteses, apenas “fala apoiada pelos sinais”, que é inadequada para ser compreendida por uma criança com Surdez comparada a uma mensagem completa. A comunicação total é qualquer coisa, menos total, e raramente comunica.

Na década de 60, com a não satisfação com os resultados do trabalho de reabilitação da pessoa Surda na linha oralista era bastante grande nos Estados Unidos da América EUA, modernos conhecimentos na área da teoria e a concretização de pesquisas induziram a perguntar o trabalho realizado até aquele presente momento, pois este não desenvolvia a fala como era o esperado, bem como o desenvolvimento da leitura orofacial, linguagem e habilidade de leitura.

Outra investigação importante foi a de William Stockoe, no ano de 1960 Sign Language Structure, que pesquisando sobre a Língua de Sinais comprovou que ela tinha o seu valor linguístico idêntico das línguas orais, obedecendo às mesmas funções, com probabilidade de expressão a qualquer nível de abstração. Ela não foi avaliada apenas como uma metodologia, contudo, como uma filosofia que satisfaz as formas de comunicação auditivas tanto manuais quanto orais adequada para dar segurança na comunicação efetiva com os sujeitos Surdos Schindler, (1988).

A primeira base da Comunicação Total é utilizar toda de qualquer maneira para se comunicar com o curumim Surdo, sendo nenhum método ou sistema particular não deve deixar de fazer ou enfatizado. Devem-se utilizar gestos naturais, Língua de Sinais, alfabeto digital, expressão facial, tudo juntamente com fala ouvida por meio de um aparelho de ampliação sonora individual. A idéia é fazer uso de qualquer forma que funcione para comunicar vocabulário, linguagem e conceitos de pensamentos entre a pessoa da língua oral e a criança Surda e o seu meio mais perto Northern & Downs, (1975).

Os indivíduos críticos aos sistemas combinados (outro nome dado para as formas realizadas aos trabalhos que utilizam os sinais junto à fala) discorrem que esta forma de trabalho não considera a Língua de Sinais igual uma língua que é real.

Em relação aos sistemas de comunicação da pessoa com Surdez o mais usado era o programa de comunicação total de Benson Schaefer, esse instrumento foi de suma importância para os Surdos e é destacado por ser simultâneo de dois códigos o oral e sinais. Nessa comunicação faz-se uso tanto da fala quanto do sinal. ASL

Gesser (2012) assegura que no Brasil a Comunicação Total começou a disseminar no ano de 1969, alguns anos após a publicação dos estudos do linguístico americano Stokoe, que assegurou o estudo linguístico da Língua de Sinais Americana - ASL. Essa filosofia educacional era chamada por uns de filosofia e por outros de método e propunha-se reconhecer a Língua de

Sinais sendo um direito indispensável a toda criança com Surdez. Nela o direito a comunicação é voltada para si de todo e qualquer tipo, acima de qualquer outra finalidade.

No primeiro instante, o movimento inventou uma nova ordem, a divulgar o insucesso exponencial sobre a formação das pessoas Surdas através da oralização. Aos poucos, todavia deixa de ser uma filosofia que fosse ao contrário ao oralismo, para se edificar em mais uma de suas técnicas, reconheciam a pessoa Surda em sua diferença linguístico-cultural, no entanto continuavam a usar os sinais junto com todas as formas de se comunicar com a intenção de aumentar a capacidade da fala vocalizadas nos Surdos, Gesser (2012).

Na visão de Skliar (1997, p. 44) faz uma análise:

O que podia ter sido e deveria ser uma estimulante transição terminou sendo um fim em si mesmo; o que deveria ser uma transição para a autonomia linguística dos Surdos terminou sendo uma eleição consciente e exclusiva dos ouvintes e, de certa forma uma eleição contra as necessidades sociolinguísticas e psicolinguísticas dos Surdos. Em síntese, uma nova estrutura comunicativa para os ouvintes, mas não um instrumento cultural significativo para os Surdos.

Nesse contexto, o que era pra ser uma autonomia voltada para a pessoa Surda, o que aconteceu na verdade foi o inverso a autonomia era focada para o ouvinte e mais uma vez o Surdo ficou de lado, assim como na Filosofia Oralista atenção era direcionada ao ouvinte na filosofia da Comunicação Total não foi diferente, tão igual o destaque ocasionado ouvinte e não ao Surdo.

Honora (2014) depois da visita de uma educadora de Surdos da Universidade de Gallaudet, que foi a Ivete Vasconcelos, na década de 1970, as escolas do Brasil deu inicio a uma nova abordagem de docentes aos discentes Surdos: a comunicação total.

A abordagem da Comunicação Total foi uma abordagem bastante utilizada na década de 1980, período em que estava ocorrendo o liberalismo da origem hippie. Essa abordagem era o oposto do oralismo quando só era aceito a oralização, nela valia todo o tipo de comunicação, ela tinha como meta considerar todas as maneiras aceitáveis de comunicação, com a liberdade a utilização da Língua Brasileira de Sinais, bem como português sinalizado, uso do alfabeto manual, amplificação do individual e em grupo, autorização da mímica leitura de lábios entre outros.

A abordagem da Comunicação Total não possuía uma estrutura específica e admitia toda e qualquer forma de comunicação possível, todavia não tendo favorecido o desempenho educacional aguardado, do mesmo modo caiu em desuso e foi extinta a partir do ano de 2000.

Entre as causas do fracasso a Comunicação Total foi à ausência de inserir na Comunidade Surda, da Identidade Surda e do uso correto da Língua Brasileira de Sinais, sendo de maneira ativa de comunicação dos sujeitos Surdos.

A utilização da Língua de Sinais somente foi aceita depois do ano de 1970, no momento que a Comunicação Total apareceu apresentando uma metodologia a qual tinha como início a própria utilização da língua oral assim como a Língua de Sinais que ambas podiam ser utilizadas ao mesmo tempo. Sendo que a Comunicação Total, é uma filosofia que nela vale todo o tipo de comunicação seja a através da fala, dos desenhos da mímica ou por meio da Língua de Sinais, essa filosofia é o contrário da Oralização onde o que é valorizado é apenas a fala.

É importante citar Ciccone (1990, p.70), o qual fez abordagem referente à Comunicação Total, que é uma “filosofia educacional que se baseia no respeito pela diferença, enfatizando que línguas de sinais e português são idiomas idênticos, e que equivalem em níveis de qualidade e importância”. Nesse direcionamento sobre a Comunicação Total, ela é uma filosofia voltada para a área de educação na qual o alicerce é o respeito no que tange o diferente, onde é demonstrado que tanto a língua de sinais quanto a Língua Portuguesa são idiomas muito parecidos.

Ainda com a afirmação da pesquisadora Ciccone (1990), a qual faz referência sobre a opção bimodal, onde nela utiliza o português sinalizado, sendo a prática na educação brasileira em determinadas escolas. Dessa maneira o oralismo faz parte da primeira fase, bem como o bimodalismo faz parte da segunda fase. Sobre essas duas primeiras fases, até nos dias de hoje pratica-se tanto o oralismo quanto o bimodalismo.

Sendo que essas duas primeiras fases formam a maior parte da educação de pessoa com surdez no Brasil. Até nos dias atuais, o oralismo ainda é desenvolvido, da mesma forma que o bimodalismo se expande nas escolas brasileiras. Embora diante essas duas fases os surdos estão cada vez mais certos que foram bastante prejudicados em presença as propostas de ensino. Levando os acreditar na importância e prestígio que tem a sua língua, a Língua Brasileira de Sinais, na visão de Chomsky & Lanisk (1991).

O bimodalismo é um sistema artificial que é tido como inapropriado, (Dufy 1987 & Ferreira Brito 1990), vale lembrar que o bimodalismo não tem nenhuma consideração com a

língua materna do surdo, no caso é a Língua de Sinais e tampouco se importa com a sua riqueza estrutural, desse modo afeta também desestruturando a Língua Portuguesa, não valoriza nem uma língua e nem outra.

1.2.4 Bilinguismo

É um movimento de aversão referente aos modelos passados traduz na sua essência como “conjunto de representante dos ouvintes, a partir do qual o Surdo está obrigado a olhar-se e narrar-se como se fosse ouvinte”, toma forma as discussões centradas para o fenômeno bilinguismo, que iremos abordar com mais detalhes no próximo tópico.

A definição da palavra bilíngüe segundo o dicionário Houaiss (2010, p. 136) é “1 que fala duas línguas <secretária b> 2 que ensina em duas línguas a oficial do país e a outra <escola b> 3 que é escrito ou apresentado em duas línguas <edição b de um texto”>.

De acordo com os dizeres de Houaiss (2010, p. 136) em seu dicionário bilingüismo é a “1 coexistência de duas línguas oficiais num país 2 uso regular de duas línguas por um falante ou grupo”.

Sendo que o bilingüismo é uma proposta que originou da Suécia em 2000, nessa direção essa proposta é usado nos países Uruguai e Suécia. Nessa perspectiva o Bilingue é uma proposta importada da Suécia no ano de 2000, sendo assim a abordagem bilíngüe propõe em educar os sujeitos surdos através de duas vertentes conforme divulga Honora (2014, p. 92): 1. Pela Língua Brasileira de Sinais - Libras, que é a sua língua materna por excelência (L1); 2. Pela Língua Portuguesa na sua forma escrita (L2).

Nesse sentido, depois que o estuante é matriculado regularmente em uma certa escola, e a mesma por sua vez seja adepta da metodologia bilíngüe, é quando essa metodologia propõe a gatarantia tanto as aulas como os conteúdos sejam ministrados em Língua Brasileira de Sinais - Libras outra duzida por uma pessoa que seja intérprete de Libras, do mesmo modo que o educando seja alfabetizado na língua oral no caso a Língua Portuguesa. Lembrando que o estudante surdo deve ser alfabetizado primeiro na sua língua natural que é a língua de sinais e em seguida na Língua oral.

Conforme Bernardino (2000 p. 29):

O bilingüismo considera que a língua oral não preenche todas as funções, sendo imprescindível o aprendizado de uma língua visual sinalizada desde tenra idade, possibilitando ao surdo o preenchimento das funções lingüísticas que a língua oral não preenche. Assim, as línguas de sinais são tanto o objetivo quanto o facilitador do aprendizado em geral, assim como do aprendizado da língua oral. Essas línguas, diversas das línguas orais, têm estrutura própria e são codificadoras de uma “visão de mundo” específica, sendo constituídas de uma gramática própria, apresentando especificidades em todos os níveis (fonológico, sintático, semântico e pragmático), apesar de parecerem utilizar princípios gerais, nas estruturas subjacentes, semelhantes aos das línguas orais.

Constata-se que a língua oral tão somente não conclui as outras funções, tendo em vista que, a precisão de usar a Língua de Sinais como, por exemplo, a Língua Brasileira de Sinais, pois quanto a criança mais cedo ela obter o contato com a sua língua natural, obviamente mais cedo ainda essa criança vai se familiarizar e ser beneficiada, uma vez que está aprendendo a língua que a identifica como sujeito surdo, além do que ela aprenderá em relações as funções lingüísticas que a língua oral por sua vez não conclui.

Diante a metarranativa sobre Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, lei essa que tem o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais tendo como língua mãe usada legal pelos sujeitos surdos genuinamente brasileiros. Em seu “Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais – Libras e outros recursos de expressão a ela associados”. Mais adiante precisamente em seu artigo 22 refere-se que as instituições federais de ensino têm a responsabilidade no que tange a educação de base, bem como garantir a inclusão de educandos surdos por meio da organização. Assim nos dizeres de Honora (2010, p. 62) que: “I - escolas e classes de educação bilíngue, abertas a alunos com surdez e ouvintes, com professores bilíngues, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental; II – escolas bilíngues ou escolas comuns a alunos com surdez e ouvintes, para os anos finais do ensino fundamental”.

Lembrando que essa abordagem é nova no Brasil, muito tem para elaborar, estudar pesquisar, assim como adaptar, ressaltando que é uma metodologia que veio de outro país o que difere totalmente na sua estrutura escolar e essencialmente na parte da política do Brasil.

Enfatizando que que essa metodologia está assegurada amparada por meio do Decreto Federal nº 5626, de 22 de dezembro do ano de 2005.

Na afirmação de Novaes (2014) argumenta sobre o “aprendizado da língua oral e da língua de sinais, reconhecendo o surdo na sua diferença e especificidade”.

De acordo com Novaes (2014) narra que quando se refere à análise do bilinguismo, a língua é considerada um elemento para desenvolver o ser humano em sua totalidade, com a capacidade de adequar a comunicação tanto dos sujeitos surdos juntamente com as pessoas que são ouvintes, do mesmo modo com os seus pares, além do quê exercer ao mesmo tempo o papel de suporte do acréscimo na cognição.

A proposta bilíngue entende o sujeito surdo como participante de duas realidades, como um estrangeiro no próprio país, vivendo ao mesmo tempo a realidade da língua materna, na qual tem sua visão de mundo construída e aprimorada, e a realidade de uma segunda língua, a utilizada no cotidiano da comunidade a que pertence. Nesta proposta, o ideal para o sujeito surdo não seria a sua adequação à realidade ouvinte, usuária da língua oral, mas sim assumir sua condição de surdez como parte de suas características e identidade. Além do caminho que a legislação brasileira abriu para a educação bilíngue para surdos, também são bases para a proposta, documentos internacionais e teorias adotadas e divulgadas pelo MEC do Brasil.

A proposta de educação bilíngue, "busca respeitar o direito do sujeito surdo, no que se refere ao acesso aos conhecimentos sociais e culturais em uma língua que tenha domínio" (Skliar (2010).

Ainda nesta direção está à recomendação da Unesco quanto ao direito de toda criança a aprender, na educação básica, em sua língua materna.

Para que a formação bilíngue ocorra, é indicado que haja um instrutor surdo responsável por ensinar e transmitir a cultura surda juntamente com a Libras, trabalhando em conjunto com o professor bilíngue, ouvinte.

A educação bilíngue de surdos no Brasil esta amparada pela Lei nº 10.436/2002 e é recomendada pelo Ministério Nacional da Educação - MEC, como sendo uma proposta válida e eficaz para o ensino das duas Línguas reconhecidas pelo país, Língua Portuguesa e Libras, necessárias para a inclusão social efetiva destes sujeitos e também essa lei em seu capítulo VI refere sobre a “A garantia do Direito à Educação das Pessoas Surdas ou com Deficiência Auditiva”. Novaes (2014, p. 73). Fica entendido que a lei acima é voltada exclusivamente a

pessoa com surdez ou quem tem Deficiência Auditiva - D.A. Ela é destinada especificamente ao sujeito quer seja surdo ou com deficiência na Audição, por esse motivo a torna específica.

O Decreto nº 5.626 de 22/12/2005, que regulamenta a Lei nº 10.436/2002, em seu capítulo VI, artigo 22 determina que se organize, para a inclusão escolar:

I escolas e classes de educação bilíngue, abertas a alunos surdos e ouvintes, com professores bilíngues, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental; II ?escolas bilíngues ou escolas comuns da rede regular de ensino, abertas a alunos surdos e ouvintes, para os anos finais do ensino fundamental, ensino médio ou educação profissional, com docentes de diferentes áreas do conhecimento, cientes da singularidade linguística dos alunos surdos, bem como a presença de tradutores e intérpretes de Libras ? (Língua Portuguesa Novaes,2010, p.73).

Ainda no artigo 22, parágrafo 1º, este Decreto descreve como escola ou classe de ensino bilíngue "aquelas em que a Libras e a modalidade escrita da Língua Portuguesa sejam língua de instrução utilizada no desenvolvimento de todo o processo educativo". O reconhecimento pela Lei brasileira nº 10.436/2002, da Libras como Língua Oficial, abriu o caminho para a educação bilíngue para os surdos e a aceitação da existência de uma "cultura surda".

O bilingüismo é considerado uma proposta onde seu ensino onde faz se a presença dele nas escolas é direcionada para pessoa com surdez, que tem como proposição ser possível a acessibilidade ao estudante aprender duas línguas duas línguas no meio escolar.

Nos dias atuais a preocupação é sobre o respeito quanto à autonomia com a língua de sinais e no que tange a estrutura de um plano educacional o qual não compromete a experiência psicossocial, assim como a lingüística do infante com surdez. Skliar et al (1995), relatam no que diz a respeito no desenvolvimento da aquisição da língua natural também enfatizam a necessidade da psicolingüística fazendo referencia a declaração da Organização das Nações Unidas para a Educação Ciência e Cultura - UNESCO.

“[...]”. É um axioma afirmar que a língua de materna língua natural - constitui a forma ideal para ensinar uma criança “[...]”. Obrigar um grupo a utilizar uma língua diferente da sua, mais do que assegurar a unidade nacional, contribui para que esse grupo, vítima de uma proibição, segregue-se a cada vez mais da vida nacional “[...]”, (UNESCO, 1994).

Tornaria algo sem nexos, uma vez que fosse tirada de um povo a sua língua mãe, também conhecida como língua materna, no caso a negação do ensino da língua de sinais para a pessoa de idade tenra e ensinar outra língua a qual não faz nenhum sentido para a sua vida e tampouco para o seu dia a dia. Levando assim em consideração que a língua de sinais é a língua natural e legalmente da comunidade surda, nessa razão o surdo tem por seu direito assegurado ser ensinado em sua própria língua natural, a língua de sinais.

Uma pesquisadora surda, a qual tem mais que uma contribuição nos estudos surdos, aborda a cerca da lingüística, Strobel (2016, p. 53) menciona:

A língua de sinais é uma das principais marcas da identidade de um povo surdo, pois é uma das peculiaridades da cultura surda, é uma forma de comunicação que capta as experiências visuais dos sujeitos surdos, e que vai levar o surdo a transmitir e proporcionar-lhe a aquisição de conhecimento universal.

Vale dizer que a língua de sinais, é uma língua que identifica fortemente o povo com surdez, percebe que por meio dela eles possuem uma cultura ímpar e porque não dizer uma característica que difere dos demais grupos. Essa língua é a única que se usa as mãos para se comunicar e seus usuários usufruem de um canal visual para seus conhecimentos.

No que tange a respeito dos direitos garantido que a pessoa surda bilíngüe tem como cidadã dentre eles Skutnabb-Kangas (1994, p. 152) focaliza no:

a) que todos os seres humanos têm direito de identificarem-se com uma língua materna (s) e de serem aceitos e respeitados por isso; b) que todos têm o direito de aprender a língua materna (s) completamente, nas suas formas oral (quando fisiologicamente possível) e escrita (pressupondo que a minoria lingüística seja educada na sua língua materna); que todos têm o direito de usar sua língua materna em todas as situações oficiais (inclusive na escola).

Diante desses aspectos citados acima que foram descritos pela declaração dos direitos humanos lingüísticos, vale enfatizar que todos os sujeitos têm assegurado o direito de ter uma língua mãe, sendo assim, é válido dizer que a importância de respeitar uma língua que genuinamente quer seja de um povo ou de um grupo mesmo que esse seja minoritário, tendo como exemplo as pessoas com surdez. Onde os mesmos em grande parte ou na maioria das vezes sua língua é desrespeitada e igualmente suprida pela língua majoritária, à língua oral. Sendo que

esse direito bilíngüe ampara o sujeito a usar tanto a sua língua materna quanto a língua oficial de seu país.

Embora fosse proibida a utilização da Língua de Sinais, a pessoa Surda não deixou de fazer os sinais mesmo que fosse de forma escondida para que não fossem avistados e conseqüentemente ser punidas, ressalta-se que esse foi um período muito difícil tanto na história quanto na vida pessoal do sujeito Surdo.

No decorrer do tempo depois do ano de 2000, a metodologia mais empregada mundialmente é o bilingüismo, o qual é centralizado no ensino de duas línguas, como por exemplo, a Línguas de Sinais sendo a língua mãe e a língua da pátria em sua forma escrita, igualmente no Brasil, a Língua Portuguesa. Ainda abordando sobre a lingüística em acordo com (Skliar 1995, p. 16), “respeitar a pessoa Surda e sua condição sociolingüística implica considerar seu desenvolvimento pleno como ser bi cultural a fim de que possa dar-se um processo psicolingüístico normal”. Nesse sentido, vale lembrar que respeitar o sujeito surdo significa dizer que ele terá um bom desenvolvimento quanto a sua língua materna que é a Língua de Sinais e posteriormente desenvolver na Língua Oral de origem do país que ele mora.

1.3 Conhecendo a respeito da surdez

A Surdez atinge certa parte da população que corresponde a 5% de acordo com pesquisa recente feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística o IBGE sendo que essa porcentagem equivale aproximadamente a dez milhões de pessoas. A seguir vamos detalhar mais sobre as particularidades biológicas do sujeito Surdo.

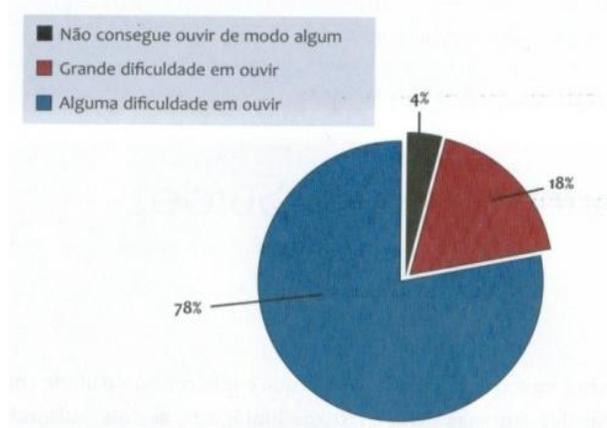
De acordo com o dicionário Aurélio Ferreira o conceito de Surdez é (ê) sf. *Med.* Enfraquecimento ou abolição do sentido da audição.

1.3.1 Sobre a deficiência auditiva

Honora (2014) relata que o censo demográfico de 2010, feito pelo IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, divulgaram que no Brasil, 19% de sua população apresentam algum tipo de deficiência das pesquisadas entre as quais: auditiva, visual, motora ou

intelectual. Lembrando que o Brasil possui uma população que 5% do seu povo possuem problemas auditivos.

FIGURA 05: Tipos de comunicação



Fonte: Honora (2014, p. 66)

De acordo com a LDB nº 5.296/04 afirma que a deficiência auditiva é a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais comprovada por audiograma nas frequências de 500 hertz, 1.000 hertz e 2.000 hertz, assim a lei descreve a respeito da deficiência.

1.3.2 Entendendo melhor sobre o sistema auditivo

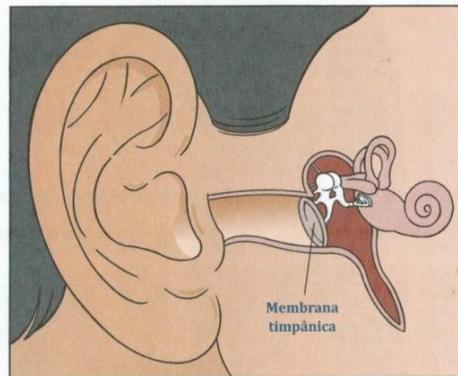
Honora (2010 p. 12) explica que o:

Sistema auditivo corresponde a uma das mais perfeitas obras da engenharia humana, capaz de identificar e reconhecer os mais diferentes sons do ambiente em que vivemos, além de possibilitar que nos diferenciamos de todos os animais da terra, devido à nossa capacidade de comunicação.

Desse modo, entende que o sentido da audição ela é responsável tanto pela audição quanto pelo equilíbrio do corpo humano.

Se por acaso estivéssemos perto do nosso aparelho auditivo, veríamos essa figura:

FIGURA 06: Orelha vista através de uma transparência da pele da bochecha

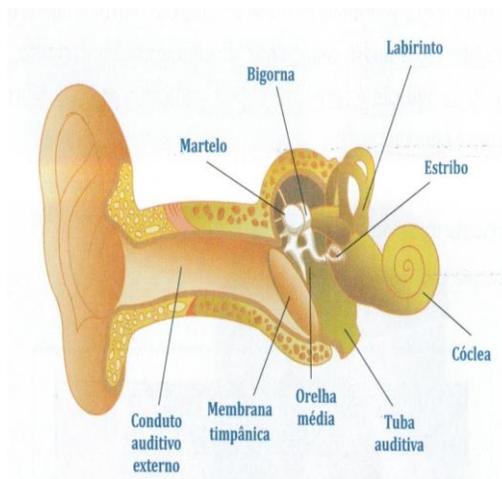


Fonte: Honora (2014, p.13)

A autora explica que no geral o sujeito tem em média uma distância de 2,5 centímetros que vem do início do canal do aparelho auditivo externo a membrana timpânica.

Sendo que a orelha é dividida em três partes que estão ligadas uma a outra que são: orelha externa, orelha média e orelha interna.

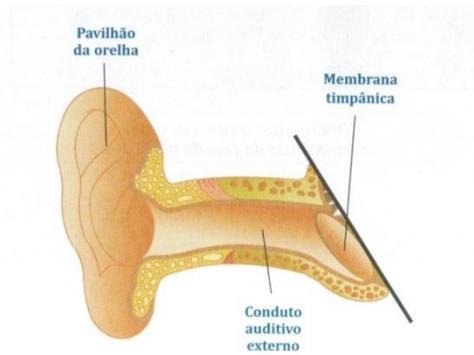
FIGURA 07: Orelha externa, média e interna



Fonte: Honora (2014, p. 14)

A orelha externa é formada por duas estruturas que são: o pavilhão auricular e o conduto auditivo externo

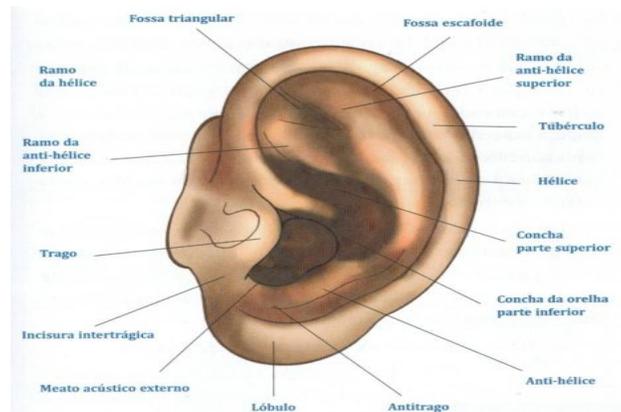
FIGURA 08: Conduto auditivo externo



Fonte: Honora (2014, p. 14)

Nesse termo o pavilhão auricular é uma estrutura externa comparado a um funil, arquitetada de cartilagem bem como a pele, a qual tem o papel de capturar as ondas do ruído com o objetivo de desviá-las para o interior do canal auditivo externo.

FIGURA 09: Orelha externa



Fonte: Honora (2014, p. 15)

A arquitetura da orelha de acordo com Honora (2014) nos faz lembrar uma concha cheia de nervos. Sendo que a cada um desses sulcos vai aumentando as ondas sonoras que são chegadas em nossas orelhas. Nesse sentido, nossas orelhas têm esta arquitetura com a finalidade de ampliar o som, bem como se estivéssemos pondo a mão detrás da orelha para ampliar o som que vem aos ouvidos.

O papel das estruturas é captar as ondas sonoras que anda por toda a parte da orelha e o leva o caminho para o conduto auditivo externo por meio de um canal tendo a presença de pêlos e sebáceas (que são secretoras de óleos) e assim como acompanhado por glândulas com cerúmen que juntas produz cera. Entende-se que as estruturas têm um papel primordial, que é o de capturar as ondas sonoras que circulam desde a parte da orelha até a chegada ao conduto externo através do canal no qual se encontra tanto pêlos quanto sebos.

A cera cria resistência embora ao contato direto com a água, bem como a antibacteriana e anti fungicida. Isso implica dizer que é muito importante na proteção assim como a preservação sobre a totalidade do conduto auditivo externo e desse modo diminui as possibilidades de causar infecção. Por isso, Honora (2014) alerta sobre, a higienização do uso intenso e exagerado neste local pode ocorrer danos, lesões até mesmo a pessoa vier a perder a sua audição. Dessa maneira, é de suma importância alarmar quanto à utilização das hastes flexíveis também conhecidos como cotonetes que não devem ser introduzidos na parte interna do ouvido, sendo usado apenas o pavilhão da orelha.

1.3.3 Perda da audição através do barulho

A exibição demorada por barulhos tais como: buzina, música em alto som, latido forte de cachorro, explosões de foguete, bomba dentre outros, pode importunar serias perdas de audição provocadas por meio de barulho, acabando assim aos poucos com as células nomeadas de ciliadas, que não resistem uma vez que essas células estão entrando em cansaço.

1.3.4 Deficiência auditiva contra Surdez

Algumas pessoas usam o termo sobre deficiência auditiva de modo errôneo ou até mesmo de jeito irônico ou pejorativo no sentido de querer menosprezar bem como diminuir a pessoa que apresenta tal deficiência não tenha capacidade de aprender nada, no entanto, são termos empregados não adequadamente e tão pouco discretamente.

Para as autoras Redondo & Carvalho (2001, p.5) afirma que:

A deficiência auditiva traz muitas limitações para o desenvolvimento do indivíduo. Considerando que a audição é essencial para a aquisição da linguagem

falada, sua deficiência influi no relacionamento da mãe com o filho e cria lacunas no processo psicológico de integração de experiências, afetando o equilíbrio e a capacidade normal de desenvolvimento da pessoa.

Há uma alteração biológica e especialmente no se refere à lingüística em dois termos que serão explorados logo adiante.

1.3.5 Pessoa com deficiência auditiva

É primeiro termo que vai ser explicado de acordo com Honora (2014, p. 25)

É aquela cuja audição está prejudicada a ponto de dificultar, mas não impedir a compreensão da fala. São pessoas que se comunicam de forma oral. Geralmente são pessoas que apresentam uma perda leve ou moderada.

Diante dessa explicação essas pessoas podem usar o Aparelho de Amplificação Sonora Individual e oferecer, em grande parte das vezes, quando há necessidade leitura dos lábios (ou leitura labial que é mais popularizada), o que de segundo a autora já citada facilita a acessibilidade à língua oral e na mesma proporção o processo de alfabetizar e de letramento.

1.3.6 Conceituando pessoa com Surdez

O segundo termo é pessoa com Surdez Honora (2014, p. 26) afirma que é:

Aquela cuja audição está prejudicada a ponto de impedir a compreensão da fala através do ouvido, com ou sem o uso de um Aparelho de Amplificação Sonora Individual. As pessoas com Surdez são pessoas usuárias da Língua de Sinais – No Brasil a Língua Brasileira de Sinais.

No geral pessoas Surdas são consideradas aquelas que apresentam uma perda auditiva seja ela profunda ou severa. Sendo que esses cidadãos podem ou não utilizarem a chamada leitura labial e de modo a se comunicarem através da língua oral, isso implica na maneira de como essa pessoa foi trabalhada no passado.

É essencial ficar sabendo que embora variados sujeitos usem a terminologia “Surdo-mudo”, este de acordo com Honora (2014) é totalmente inapropriado. Frente a isso a explicação que a autora nos dar é que as pessoas que são Surdas não falam pelo motivo de não ouvirem e

não por apresentarem qualquer tipo de impedimento nos órgãos fonoarticulatórios bem como algumas pessoas dizem. Desse modo, a terminologia correta a se usar é pessoa com Surdez.

1.3.7 Perdas auditivas e seus motivos

A questão da perda da audição é muito relativa, pois ela pode ocorrer em qualquer fase da vida do ser humano, sendo que ela pode se manifestar desde quando a mãe do bebê o espera dentro de seu útero, durante o seu nascimento ou na fase adulta e até mesmo na fase idosa. Logo adiante veremos cada causa sobre a perda auditiva no entendimento de Honora (2014).

1.3.8 Causas pré-natais

Acontecem desde o primeiro mês de gravidez até alguns minutos antes do parto ser concretizado. Nesse caso os problemas que podem suceder nessa fase de acordo com Honora (2014, p. 26) são:

1. Exposição da mãe com as drogas ototóxicas: determinados medicamentos podem causar a perda auditiva, entre os quais antibióticos aminoglicosídeos, gentamicina, amicacina, tobracina, netilmicina, espectinomicina”. Esses são exemplos de medicamentos que podem ser a causa da perda auditiva em uma criança antes do seu nascimento, se forem usados pela futura mãe sem ao menos passarem por um médico, por essa razão que devem passar por esse profissional para assim melhor orientar a mãe do bebê, que posteriormente não venha sofrer nenhuma consequência.
2. Honora (2014, p. 27) “Exposição da mãe a álcool, drogas ou monóxido de carbono: a ciência ainda não sabe qual a quantidade segura para as grávidas ingerirem álcool no período da gestação podem ser desastrosos, portanto, qualquer quantia pode prejudicar os bebês”. Nessa direção os efeitos do álcool concomitante com as drogas no momento da gestação talvez sejam determinantes para o desenvolvimento do bebê, em um período tão essencial e delicado.

3. Assim assegura Honora (2014, p. 27) a respeito dos “Fatores genéticos: os matrimônios consanguíneos, entre pessoas da mesma família, ou síndromes tem a possibilidade de gerar descendentes com deficiência auditiva”.
4. Honora (2014, p. 27) enfatiza sobre os “Fatores hereditários: quando temos antecedentes familiares como com perdas auditivas, temos maiores probabilidades de ter deficiência auditiva”.
5. Honora (2014, p. 27) alerta quanto a “Irradiação por Raio X: a mulher grávida deve permanecer longe de ambientes com exposição a Raio X.
6. Já a “Carências alimentares: grávidas que não se alimentam corretamente durante a gravidez podem ocasionar uma desnutrição excessiva nos bebês, podendo causar sua deficiência auditiva”, Honora (2014, p. 27).
7. Outro problema que na visão de Honora (2014, p. 27) são as “Alterações endócrinas: grávidas com diabetes ou com problemas na tireóide podem ter filhos com deficiência auditiva.
8. E o outro fator que pode causar deficiência auditiva Honora (2014, p. 27) esclarece que são as “Infecções contraídas pela mãe durante a gestação. Certos tipos de doenças tais como rubéola, sífilis, citomegalovírus, herpes simples e toxoplasmose, quando adquiridas durante a gravidez, podem causar deficiência auditiva no bebê.

Diante do elencamento acima, é válido lembrar que a causa da surdez são as mais variadas e todos esses cuidados são de fundamental importância para as futuras mães pra estarem bem preparadas e orientadas, no que tange a saúde de seus herdeiros, sendo desde a dose certa de vacinação para elas tomarem ainda na sua gravidez para uma segurança tanta a elas quanto as seus nenês. Vale dizer sobre realização do pré - natal para as grávidas, uma vez que nessa fase elas são acompanhadas por profissionais indispensáveis nesse período.

Uma das enfermidades que talvez comprometa as futuras mães e causar deficiência auditiva é a rubéola, essa doença pode ocasionar no bebê a Síndrome da Rubéola Congênita (SRC). Isso implica dizer que se o feto no período da gestação a sua mãe adquirir essa moléstia o a criança vem nascer com essa deficiência auditiva. Em consonância com Honora (2014, p. 28), uma mãe que contraiu a rubéola durante a gravidez há uma grande probabilidade de o seu filho nascer com:

- Alterações no coração (50%);
- Deficiência intelectual (40%);
- Catarata ou glaucoma (40%);
- Surdez (50%).

Uma vez infectados alguns bebês no período entre o segundo ou terceiro trimestre de gravidez, podem não apresentarem os sinais quando a criança nasce, no entanto, que se desenvolve no momento da sua primeira infância, é já com o sinal do progresso da perda auditiva, se a gestação tiver adiantada a possibilidade da criança adquirir seqüelas são mínimas no que se refere a rubéola contraída pela futura mamãe.

A pesquisadora Honora (2014) afirma que no Brasil, a rubéola congênita, ou seja, a qual a pessoas já nascem com ela, essa enfermidade é responsável que 18% dos que apresentam a respeito da Surdez, tendo perdas de grau severo bem como profundo.

Hoje o Brasil dispõe de uma educação preventiva no que diz respeito a essa doença, que é a vacina contra a rubéola constando no calendário vacina para crianças com faixa etária de doze meses de vida, sendo que o reforço é no período de quatro a seis anos de idade. Essa vacina igualmente é voltada para mulheres de com idade entre doze a quarenta e nove anos de idade, assim como para homens nas idades de doze a trinta e nove anos.

1.3.9 Causas perinatais

São as que podem acontecer durante o parto ou até mesmo um mês depois do nascimento do bebê, de acordo Honora (2014, p. 28) são elas:

1. Prematuridade: quando o bebê nasce fora do tempo, ou seja, prematuro, a probabilidade de conseqüências e bem como de desenvolver deficiência auditiva é maior.
2. Pós-maturidade: é o contrário da pré-maturidade, na pós-maturidade o bebê nasce depois do momento que era pra nascer, e pode suceder complicações, tais como a presença dificuldades para respirar e a própria deficiência auditiva.
3. Anóxia: é a ausência de oxigênio no cérebro e pode causar grandes conseqüências, dentre uma delas a deficiência auditiva.

4. Trauma de parto: algum uso de objeto na hora da mulher da a luz, tal como fórceps, assim como parto muito rápido ou até mesmo o que demora mais que o esperado, podem derivar deficiência na audição do bebê.

5. Incompatibilidade sanguínea: é quando os pais da criança recém-nascida possuem incompatibilidade no fator RH, também há a capacidade de desenvolver inúmeras deficiências, dentre elas a deficiência na audição.

É imperativo dizer no que tange sobre a surdez, uma de suas causas pode ser também a prematuridade que é o momento que o nenê nasce antes de seu tempo, e como resultado talvez venha a desenvolver aquela deficiência, do mesmo modo tem a possibilidade de adquirir na pós-maturidade que é o momento que o nenê nasce muito depois de seu tempo, por consequencia tenha surdez, sendo que a pós-maturidade é o oposto da prematuridade, já a anóxia é a falta de oxigênio no cérebro do bebê e por consequencia há possibilidade de ter uma surdez, o trauma de parto pode vim acompanhado de uso de algum objeto como o fórceps na hora da criança nascer, também ser um parto muito rápido ou bastante demorado pode resultar em surdez e por fim a incompatibilidade sanguínea quando o sangue dos pais do bebê é incompatível e por esse motivo a possibilidade de ser surdo.

1.3.9.1 Causas pós-natais

Elas podem decorrer dentre um mês depois que a criança tenha nascido até mesmo o último dia de sua vida. Eis umas das causas pós-natais: 1. Meningite, 2. Caxumba, 3. Sarampo, 4. Uso de ototóxicos (são medicamentos que talvez causem problemas na audição, 5. Idade avançada: no passar do tempo da idade, há maior probabilidade, de ter uma perda na audição, nomeada de presbiacusia, 6. Traumas acústicos ou cranianos são os causados através de acidentes, 7. Otites (são as infecções de ouvido) de repetir, 8. Ruídos por demorados tempos ou de imensa intensidade talvez resultem em uma deficiência auditiva e até a própria surdez. Conforme nos exemplos de Honora (2014, p. 30) algumas situações de perigo: uma incubadora o barulho interno chega a ter 100 dB, um brinquedo chega a ter um barulho de 100 dB e no ambiente escolar o barulho chega a 94 dB, com média 70 dB.

Nesse sentido, as causas pós-natais são as mais variadas partindo das doenças que podem levar por consequência a surdez, passando ao remédio indevido e com isso o surgimento da surdez, idade já ultrapassada a mãe do bebê, exposição a demorados barulhos intensos e até mesmo dentro de uma incubadora, pois o seu barulho é em torno entre 94 dB a 70 dB.

Pesquisas divulgam que após três anos em contato direto a sons intensos (acima de 85 dB por 8 h), talvez resulte em na perda de audição, bem como observamos no quadro a seguir, o qual nos alerta que quanto maior for o barulho, menos tempo devemos permanecer perto dele. Assim ilustra a autora já citada a autora.

TABELA 01: Nível de ruído

NÍVEL DE RUÍDO (dB)	MÁXIMA EXPOSIÇÃO DIÁRIA PERMISSÍVEL
85 Db	8 horas – h
90 dB	4 h
95 dB	1 hora - h e 45 minutos - min.
100 dB	1 h e 45 min.
110 dB	15 min.
115 dB	7 min.

Fonte: Honora (2014, p. 30)

Certas pessoas que devido a sua profissão ficam mais expostas ao barulho e com o decorrer do tempo elas talvez apresentem alguma deficiência na sua audição tais profissões são: metalúrgicos, siderúrgicos, gráficos, motoristas de ônibus, construção civil, vidraceiros, dentre outros empregos.

Determinadas complexidades talvez ajudem para o surgimento da deficiência auditiva. Nesse evento, mais de 100 síndromes podem originar a Surdez, as mais conhecidas

1.3.9.2 Classificando as deficiências auditivas

De acordo com os estudos de Honora (2014, p. 34), as classificações das perdas auditivas são: “Quanto à aquisição; Quanto à localização e Quanto ao grau do comprometimento”.

1.3.9.3 A respeito da aquisição

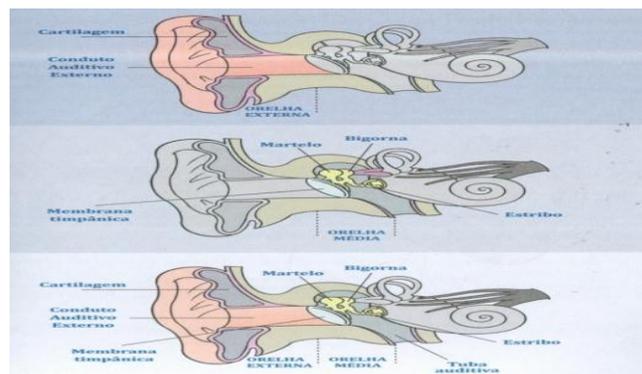
Congênita: é o momento quando a pessoa já nasce com essa deficiência. Nesse caso, a Surdez é pré-lingual, entendemos que ela se fazia presente na vida dessa pessoa antes de adquirir o conhecimento da linguagem.

Adquirida: é o momento que a pessoa nasce sem uma deficiência no sistema do aparelho auditivo e depois a perde como passar dos anos, por meio de doença ou até mesmo durante um acidente, pode ser a causa da Surdez. Nesse caso, a Surdez é pré-lingual ou pós-lingual, se por ventura a pessoa obteve a Surdez antes da linguagem é pré-lingual e se ela adquiriu depois da linguagem é pós-lingual.

1.3.9.4 A respeito da localização

Perda condutiva: quando apresenta dificuldade de saber de onde vem a origem do som. Sendo assim, grande parte fica inércia tanto de tratamento, medicamentos ou mesmo sobre cirurgias. Entre as causas mais importantes são: má-formações tanto da orelha externa quanto da orelha média e rolha de cera. No caso da rolha de cera é falta de higiene na orelha que resulta, pois a partir do momento que a pessoa deixa acumular a cera na orelha, a cera começa a criar uma barreira e o sujeito por consequência terá dificuldade para ouvir.

FIGURA 10: Perda Condutiva



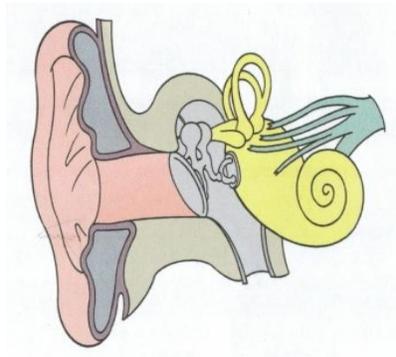
Fonte: Honora (2014, p. 350)

Infelizmente a perda condutiva pode acontecer tanto na orelha externa, quanto na orelha média ou nas duas orelhas.

Perda neurossensorial: segundo Honora (2014) ela é causada de lesões na parte da orelha interna e ou nível central, sendo irreversível. De acordo com a autora as causa mais importantes da perda auditiva introduzida por meio de barulhos presbiacusia, rubéola congênita entre outros.

Nesse sentido, a perda neuro sensorial um dos principais da perda auditiva induzida é apresentada na orelha interna ela é adquirida, sendo que esse adquirir é dos mais variados seja por meio de uma doença, por meio de um barulho muito intenso.

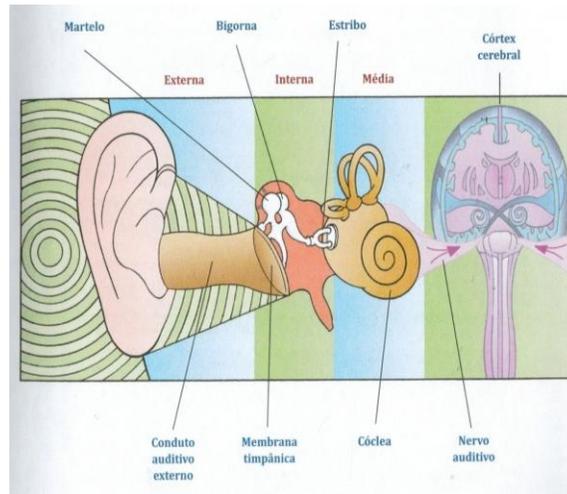
FIGURA 11: Perda neurossensorial



Fonte: Honora (2014, p. 36)

Perda central: na explicação de Honora (2014, p. 37) “ela atinge a via da audição central, isto é, uma parte do nervo coclear e de suas conexões as quais estão situadas dentro o núcleo coclear bem como o córtex do lobo temporal”. Nesse sentido, a perda central ataca direto ao nervo coclear, assim também suas conexões que são encontradas no interior do núcleo nomeado coclear.

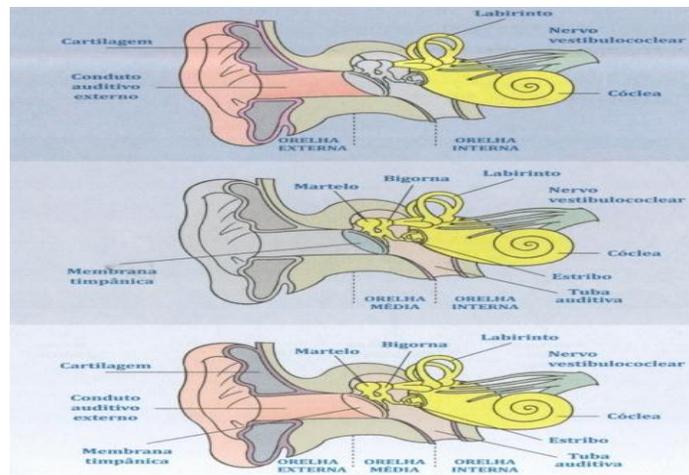
FIGURA 12: Perda central



Fonte: Honora (2014, p. 37)

Perda mista: Honora (2014) descreve a respeito dos problemas condutivos assim como os neurossensoriais associados.

FIGURA 13: Perda mista

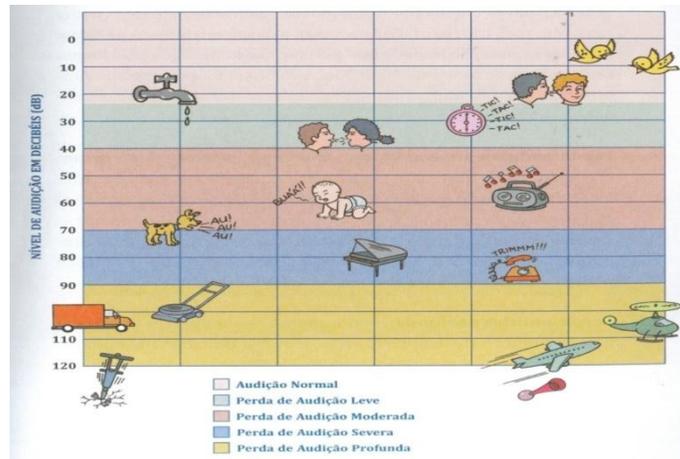


Fonte: Honora (2014, p. 38)

1.3.9.5 Em relação ao grau das perdas auditivas

Segundo a autora em estudo Honora (2014, p. 39) os graus das perdas auditivas podem ser divididos em: “Perda auditiva LEVE: em torno de 25 e 40 dB; Perda auditiva MODERADA: em torno de 40 e 70 dB; Perda auditiva SEVERA: em torno de 70 e 90 dB e Perda auditiva PROFUNDA: além de 90 dB”. Nesse contexto existem 04 (quatro) graus das perdas auditivas que são leve, moderada, severa e profunda, sendo que cada uma delas tem descrição uma da outra e são identificadas decibéis - dB.

TABELA 2: Nível de Audição em Decibéis (dB)



Fonte Honora (2014, p. 39)

1.3.9.6 Perda auditiva LEVE

Na perda auditiva leve: o sujeito pode ouvir todo e qualquer tipo de som, porém para isso ocorrer o som tem que está mais alto do que o normal. Sendo assim fica se verifica a deficiência da audição, a menos que faça um exame específico para saber se há algum tipo de deficiência ou não. Normalmente essa perda auditiva não afeta no desenvolvimento da criança e tão pouco significa que ela vai usar algum tipo de Aparelho de Amplificação Sonora Individual.

Nesse sentido, a perda auditiva leve ela não compromete o desenvolvimento da criança e muito menos ela vai precisar de um Aparelho de Amplificação Sonora Individual.

1.3.9.7 Perda auditiva MODERADA

Perda auditiva moderada: em um diálogo, conversa e até mesmo no telefone ou celular muitas das vezes a pessoa repete a palavra hein, deixando bem claro que não entendeu porque não ouviu o foi falado anteriormente a pessoa não ouve direito o que está sendo proferido, troca assim várias vezes a palavra que ouve sempre por fonemas que são parecidos como, por exemplo, (gato/rato, tão/não, pé/fé). Isso de acordo com a autora já citada. Talvez comprometa o desenvolvimento tanto da fala quanto da linguagem, no entanto, isso não implicará na sua comunicação oral. Se tiver uma intervenção de um fonoaudiólogo bem como ao uso de um Aparelho de Amplificação Sonora Individual, futuramente a criança vai ter um bom desenvolvimento.

Já a perda auditiva moderada, a pessoa com essa deficiência ela troca os fonemas que são parecidos, por razão de não escutar bem o que lhe é falado na hora de um telefonema, uma conversa, por isso talvez comprometa a sua linguagem e se usar um aparelho mais cedo melhor.

1.3.9.8 Perda auditiva SEVERA

Perda auditiva severa: alguns momentos a pessoa está exposta a ouvir sons altos é o exemplo de um latido de cachorro, caminhão, serra elétrica, porém não é incapaz de ouvir o som da voz de outra pessoa com clareza, fora do auxílio do Aparelho de Ampliação Sonora Individual. Essa perda auditiva de grau severo pode implicar no desenvolvimento tanto da fala quanto da linguagem. Honora (2014, p. 40) relata que a “utilização do Aparelho de Ampliação Sonora Individual assim como a reabilitação certa e mais cedo talvez definam os efeitos e causas da Surdez”.

Perda auditiva severa, a pessoa ouve barulho forte de coisas tais como avião, motor, foguete, bomba, contudo, na maioria das vezes não ouve a voz de uma pessoa perto de si, por essa justificativa precisa de um Aparelho de Ampliação Sonora Individual.

1.3.9.9 Perda auditiva PROFUNDA

Perda auditiva profunda: nesse caso a pessoa escuta apenas os sons graves os quais causam vibrações como, por exemplo: avião, helicóptero e trovão. Muito difícil a pessoa usar o Aparelho de Ampliação Sonora Individual, pois está associada a desconforto, a pessoa opta ao uso da Língua de Sinais no Brasil a Língua Brasileira de Sinais, pode também usar de uma técnica com o nome leitura oficial que é mais conhecida pelo nome de leitura labial.

Por fim, a perda auditiva profunda, a pessoa prefere usar, no caso aqui no Brasil a Língua Brasileira de Sinais, isto é, a Língua dos Sinais do que o aparelho, sendo que uma pessoa com essa perda profunda sente-se melhor com os sinais do quê com um aparelho, eles relatam que esse aparelho faz um barulho enlouquecedor na nas suas cabeças.

1.4 LÍNGUA DE SINAIS BRASILEIRA

É língua de sinais Brasileira, pois engloba do geral para o local, então nesse sentido a língua brasileira teve sua origem a partir da língua de sinais francesa, depois surgem em outros países como, por exemplo, no Brasil, com base nessa explicação coerente dizer língua de sinais brasileira, bem como Quadros e Karnopp (2007), intitulam em seu livro: Língua de Sinais Brasileira.

Para Gesser (2009) uma das crendices que mais circula é a respeito da Língua de Sinais que ela é uma língua universal. Uma que essa universalização é aportada no pensamento de que toda a Língua de Sinais é um “código” sendo bem simplificado e repassado aos Surdos de maneira geral, comumente refletir que na sua totalidade as pessoas Surdas falam igualmente em todo o universo. Sabemos que nos grupos de línguas orais, cada nação tem a sua própria língua.

Uma das características mais importante dos humanos e dos demais animais é a capacidade de comunicação, Honora (2014).

Quadros (2014) e Karnopp (2004, p. 28), “a língua é um sistema padronizado de sinais/sons arbitrários, caracterizados pela estrutura dependente, criatividade, deslocamento, dualidade e transmissão cultural. Isto é a verdade para todas as línguas no mundo”. Entende-se que quão igual é a Língua Portuguesa é considerada uma língua arbitrária, onde as pessoas que usam sinais têm que se adaptar a ela, pois é uma língua de majoritários.

Sendo que o comunicar ela se apresenta por meio de ruídos, sinais, imagem, mímica, escrita, desenho, fala e até por sons. Determinadas pesquisas apontam que nos comunicamos em grande parte do tempo através da fala, analisamos a representação do gráfico logo mais.

A autora afirma que para se comunicar usamos tanto a fala, como gestos e expressões faciais e corporais. Assim com o gráfico acima ilustra sobre os tipos de comunicação. Observa-se que para obter a comunicação emprega na maior parte a fala vem em primeiro lugar, seguida os gestos e expressões faciais bem como as corporais e em último lugar se usa a escrita.

Na maioria das vezes para usufruirmos a comunicação em outro idioma que é estranho o qual não temos o domínio em utilizar automático, isto é sem querer se vê fazendo seja gestos, mímicas ou expressão facial para que o outro que está próximo nos compreenda, entendendo bem essa é uma maneira de comunicar praticando os sinais.

Faz parte da origem da linguagem humana se comunicar também de forma sinalizada e não apenas de forma oral, Honora (2014).

Nesse sentido, quando nos deparamos com uma língua estrangeira não domada, utilizamos para que haja a comunicação tanto as mímicas, gestos e expressões tanto faciais quanto corporal. Bem como, é nato da pessoa humana interagir com o seu semelhante não somente através da oralidade, mas por meio dos sinais.

1.4.1 Conhecendo sobre a história da Libras

Por longo tempo na história tanto a vida quanto a língua do indivíduo com Surdez foi raro a pesquisa voltado a eles, ficando assim no anonimato bem como privados de uma educação que foi negado por séculos. O que se observa que os estudos referentes às pessoas Surdas são investigações não antigas e sim pesquisas atuais.

Groce (1985), a vida e a língua dos Surdos foram pouco pesquisadas, ficando no obscuro e distante de conhecer as pessoas por longos anos. De certo, grande parte dos estudos científicos remete a datas mais atualizadas. Os únicos registros descritos na literatura, por exemplo, em relação à possibilidade da existência de Línguas de Sinais sendo como línguas naturais nascem a partir de dois tipos de evidências: a primeira é conhecida descrição concretizada a partir de documentos acontecidos em Martha's Vineyard, que é uma ilha próxima da costa de Massachusetts, localizada nos Estados Unidos onde consta que há uma alta incidência hereditária

de Surdez dentre os séculos XVII e XX. Ainda de acordo com o autor citado acima a proporção era estimada de uma pessoa Surda para cada 155 recém-nascidos.

Naquele lugar, as pessoas Surdas não eram olhadas pela sua deficiência ou pela incapacidade, porque agiam na encurtada sociedade, assim como, que participavam as sujeitos que ouviam isto é os ouvintes e ainda igualmente tinham os mesmos direitos e responsabilidades Groce (1985).

E a segunda evidencia surge da Europa, mais preciso da França, narrada em um livro escrito no término do século XVIII por um Surdo com o nome de Pierre Desloges, intitulado *Observação de um surdo-mudo* e que fazia defesa de sua própria língua daqueles que queriam bani-la. Menos neste último acontecimento, anotado em data afastada por um Surdo, grande parte dos documentos e referenciais históricos foram manuscritos e contados por pessoas ouvintes. Os motivos para raras documentações devem-se, provavelmente, a idéia que se tinha da pessoa com Surdez e da sua linguagem. Assim descreve Sá (1999, p. 71):

A história dos surdos começa muda, apagada e triste. Começa semelhantemente a historia de diversos segmentos minoritários de pessoas que se caracterizaram por algum tipo de estranheza, como que denunciando a dificuldade que o homem tem de aceitar o diferente, o deficiente, o trabalhoso, o feio, o imperfeito.

Nesta direção, o registro no que se refere aos surdos é considerado um momento de não comunicação extinto e de não alegria, a historia dos surdos retoma a uma realidade na sociedade em que, nela na sua maioria as pessoas dificilmente aceitam outro ser quando esse apresenta seja uma imperfeição, uma deficiência, e até a própria dificuldade em receber o diferente.

Nos dizeres de Gesser (2012, p. 84):

Os sinais não passavam de gestos e formas primitivas de comunicação. Não foi reconhecido ou atribuído, antes da década de 1960, qualquer valor lingüístico às línguas de sinais. Os surdos eram todos vistos como débeis mentais, criminosos, loucos, selvagens, comparados até com animais. Os sinais eram tidos como formas obscenas e pecaminosas. Muitas vezes, quando utilizados pelos surdos, eram associados a um espírito possuído pelo mal. se limitavam somente a gestos e formas primitivas de se comunicar. Não foi reconhecido ou atribuído, antes da década de 1960, qualquer valor lingüístico às línguas de sinais. Os surdos eram olhados iguais débeis mentais, criminosos, loucos, selvagens, colacionados até aos

animais. Os sinais eram tidos como formas obscenas e pecaminosas. Muitas vezes, quando utilizados pelos surdos, eram associados a um espírito possuído pelo mal. Diante desse cenário, essas pessoas são empurradas para um contexto patológico, num enquadre ideológico dominante de viés *oralista*, cujo impacto teve proporções desastrosas na vida e formação educacional dos surdos, testemunhados até os dias de hoje.

Com base nisso, por mais que os surdos usassem os sinais as pessoas sempre diziam que eram gestos e não sinais, como se elas quisessem a todo o momento diminuir ou menosprezar a inteligência daqueles, sendo que sua referência a pessoa com surdez como se fossem incapazes de aprender a própria língua, além do que se não fosse o suficiente ainda passavam por loucos, idiotas, por usarem as mãos para ter comunicação eram considerados endemoninhados, quando na verdade os “predicados” citados acima, todos são inverdades, ao contrário do que se falava e acredita, os surdos são tão inteligentes quantos os ouvintes, lembrando que o cognitivo deles não tem nenhum problema.

1.4.2 Língua de Sinais

Desde o tempo dos primitivos a linguagem é e ainda continua sendo importante tão bem quanto indispensável para a comunicação, seja essa comunicação entre os humanos ou no meio dos animais os seres a utilizam para haver entendimento entre si, a comunicação pode ser automática ou não, lembrando desde que haja entendimento entre os seus usuários, nessa expectativa a língua tão igual faz parte da compreensão dentre as pessoas.

Para Sacks (1998, p.50) discorre que: “as línguas de sinais são completas entre si mesmas: possuem sintaxe, gramática e semântica própria, têm, porém, um caráter diferente do de qualquer língua falada ou escrita”. Sendo que as línguas de sinais elas não precisam de um complemento bem como parece para muitas pessoas, do contrário essas línguas são completas entre si apresentam por inteiro desde sua sintaxe à semântica, obviamente nada igual que as demais línguas, logo com sua própria peculiaridade. Conforme o autor, “não é possível transliterar uma língua falada para língua de sinais palavra por palavra ou frase por frase”, isto porque as “suas estruturas são essencialmente diferente”. Nesse entendimento, inexistente na

Língua de Sinais a tradução de palavra por palavra da Língua Oral, como por exemplo, a Língua Portuguesa.

O autor faz uma observação a respeito de transliterá-la de uma língua falada para uma língua escrita é impossível seja palavra por palavra ou frases por frases. Segundo ele é impraticável, porque a estrutura da língua de sinais é basicamente diferente da estrutura da língua falada.

Assim sendo, de acordo com histórico registrado a Língua de Sinais em todo o parte do mundo ainda não tem relatos concretos sobre a sua origem. Nesse contexto, o que consta é o registro iconográfico constatando no ano de 1579, acompanhado de um desenho um alfabeto digital, numa madeira, na Veneza, retirado da obra Cosmas Rosselius.

De acordo com os historiadores Novaes (2014, p. 51) narra:

O uso do alfabeto manual durante as aulas por pessoas surdas se deu no início do século XVII, na Espanha. Os monges também faziam uso desse tipo de comunicação nos mosteiros, por causa do voto do silêncio e passaram a ensinar o alfabeto dos surdos.

Assim sendo, no princípio do século XVII, na Espanha aconteceu que as pessoas surdas utilizaram o alfabeto manual. Do mesmo modo, os monges também usaram esse mesmo instrumento de comunicação, uma vez que eles estavam cumprindo o voto do silêncio e começaram a ensinar o alfabeto dos sinais.

Pesquisa conduzida sob a direção de Novaes (2014, p. 49) o qual diz que existe diferenciação entre língua e linguagem, e define que linguagem sendo igual: “um sistema de comunicação natural ou artificial, humano ou não”. Nesse sentido, “é qualquer forma utilizada com algum tipo de intenção comunicativa incluindo a própria língua”.

Nesta expectativa, a linguagem é uma forma de se comunicar que pode ser tanto natural quanto artificial. Que tanto, o ser humano quanto o animal utilizam-na para que haja comunicação entre eles homem/ homem animal /animal, assim como homem e animal. Sendo assim, existe algo que difere língua de linguagem, portanto, língua é diferente de linguagem.

Para Fernandes (2002, p.16), afirma que linguagem “é tudo que envolve significação, que pode ser humana (pintura, música, cinema), animal (abelhas, golfinhos, baleias) ou artificial (linguagem de computador, código Morse, código internacional de bandeiras)”. Nesse contexto, é considerada linguagem tudo o que possui um verdadeiro significado tanto para as pessoas

quanto para os animais no modo geral, pois esses também se comunicam entre si, da mesma forma que os seres humanos.

Em consonância, com Novaes (2014, p. 49) tratada em uma ordem de pureza lingüística, deve se entender que a língua é igual “um sistema lingüístico de infinitas frases de forma altamente criativa”. Nesse termo, a linguística em si é comparada a frases ilimitadas, bem como de um nível elevado.

Na visão interacionista, baseado num resgate histórico, temos atualmente no jurídico o que conceitua a Língua Brasileira de Sinais - Libras, sendo conforme a Lei nº 10.436, 24 de abril de 2002, sendo essa lei reconhece legalmente a Libras como a língua mãe para os sujeitos surdos do Brasil, Honora (2010).

Da mesma forma que assegura sobre “a forma de comunicação e expressão, com o sistema lingüístico de natureza visual-motora, e estrutura gramatical própria”, que “constituem um sistema lingüístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil”. Sendo dessa forma, a Língua Brasileira de Sinais, é uma língua oficial do Brasil a qual está amparada por uma lei.

As Línguas de Sinais podem ser colacionadas (comparada) no que se refere à outra língua oral, pois tão grande é o seu complexo bem como a expressividade, embora seja uma língua de modalidade distinta, isto é, não oral-auditiva igual nas línguas orais, e sim visual-motora por ser uma língua que precisa de um espaço seguido pelo movimento das mãos e percebido por meio dos olhos, ela se diferencia das outras línguas porque é a única que necessita de um espaço Honora (2014). Verifica-se que o espaço é inerente a Libras, pois a mesma precisa dele, para assim ter comunicação tanto entre surdos quanto ouvintes.

Retornando sobre a Língua de Sinais ela teve sua raiz lá nos Mosteiros mais preciso na Idade Média em meio aos monges que por motivo de terem feito voto do silêncio estavam afastados do convívio social, diante dessa situação eles criaram um meio de se comunicar entre si que no caso foram à mímica e o gesto. Pedro Ponce de León observando esse tipo de comunicação dentre os monges, resolveu adotar com os Surdos daquele tempo que residiam nos grandes castelos dos feudais, com o objetivo que houvesse conversação. Lembrando que o voto do silêncio significava que os monges não podiam ter comunicação com outras pessoas a não ser entre eles mesmos.

Sendo assim, tanto para Honora (2014) quanto para Novaes (2014) eles discorrem que a Língua Brasileira de Sinais em si necessita de um espaço para que ocorra a comunicação por meio dos sinais, uma vez que é uma língua visual-motora que ao mesmo tempo usa tanto as mãos quanto o espaço, por isso que ela é visuo-espacial, pois a informação linguística é recebida pelos olhos e produzida pelas mãos. Lembrando que as Línguas de Sinais não são tão pouco universais, que cada pátria tem a sua língua oralizada do mesmo modo possui sua língua de sinal particular. Portanto, a língua de sinais ela faz uma representação de cada povo.

Com o passar do tempo após inúmeras proibições, a língua de sinais foi reconhecida sendo a língua materna e natural das pessoas com surdez. O que significa dizer, que foi um começo fundamental no sentido de avanço para essas pessoas.

Em consonância com Honora (2014, p. 67):

Ao contrário do que muitas pessoas acreditam, as línguas de sinais são complexas, com semântica, sintaxe, morfologia e estrutura e gramática específica. As línguas de sinais em nada são inferiores às línguas orais. Através das línguas de sinais pode-se dialogar em qualquer assunto: política, economia, filosofia, literatura, ciência, sentimentos, poesias, teatro, filmes, entre outros.

Para isso, as línguas de sinais não são nada fáceis, assim como muitas pessoas pensam erroneamente ao seu respeito, pelo contrário ela é uma língua tão difícil quanto a língua oral, se e na maioria das vezes é muito mais complexa, na verdade, lembrando essa língua não é nem superior e tampouco inferior as línguas orais, ainda por meio das línguas de sinais aborda-se sobre todo o tipo de assunto desde economia a literatura.

As línguas de sinais não são universais, pois cada país tem a sua própria língua de sinais. Mesmo países com a mesma língua oral se utilizam de uma língua de sinais específica. Por mais que muitas pessoas achem isso uma desvantagem, acreditamos que a Língua de Sinais é uma representação lingüística de determinado povo, por este motivo é importante que todos os países tenham a sua língua de sinais Honora (2014).

Portanto, faz-se imperativo que cada país tenha a sua própria Língua de Sinais, pois ela não é uma língua única, embora a nação utilize a língua oral há necessidade de ter uma língua de sinal a qual identifica a pessoa com surdez.

De acordo com Honora (2014) no Brasil constata-se que a língua de sinais é nomeada de a Língua Brasileira de Sinais para identificar, porém em outros países contemos

No Brasil, a língua de sinais tem o nome de Língua Brasileira de Sinais e é usada a sigla Libras para identificá-la. Já em outros países contemos.

TABELA 3: Países e suas línguas de sinais

França	Langue de Signaux Française (LSF)
Espanha	Lengua de Signos Española (LSE)
Portugal	Língua Gestual Portuguesa (LGP)
México	Lengua de Senhas Mexicana (LSM)
Estados Unidos e Canadá	American Sign Language (ASL)
Alemanha	Deutsche Gebardensprache (DGS)

Fonte: Honora (2014, p. 68)

Além das pessoas de determinados país terem uma língua oficial para aquele país, temos o regionalismo, que é uma maneira diferenciada de cada estado, cada grupo de pessoas, cada bairro, cada região mostrar sua maneira diferente de fazer alguns sinais. Chamamos este fenômeno de regionalismo da Língua Brasileira de Sinais, assim como as línguas orais, são línguas vivas e é atualizado a cada minuto em que um novo sinal é criado, um velho sinal reformulado etc.

Verifica-se com isso, cada país tem sua própria língua independente da sua língua oral, além do mais assim como a língua oral tem as suas variações a língua brasileira não é diferente bem como no seu regionalismo, onde cada lugar terá alguns sinais diferentes dependendo de cada localidade.

Neste sentido Honora (2014, p. 69) “relata o que chamamos de palavras na língua falada já na língua de sinal é o próprio sinal. Algumas não semelhanças são encontradas tanto na Língua Portuguesa quanto na Língua de Sinais”, a seguir o exemplo:

TABELA 4: A diferença entre a Língua Portuguesa e a Língua Brasileira de Sinais

LÍNGUA PORTUGUESA	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS
Presença de conjugação Verbal	Ausência de conjugação verbal: quando necessário é Usado somente no passado, presente e futuro.
Presença da concordância De gênero	Ausência de concordância de gênero: quando necessário é usado somente os sinais de homem e mulher
Presença de artigo e Preposições	Ausência de artigos e poucos usos de preposições
Presença de um alfabeto fonêmico	Presença de um alfabeto manual: conjunto de Sinais que representam cada letra da Língua Portuguesa
Soletração	Datilologia

Fonte: Honora (2014, p. 69)

Sendo assim, tanto para Honora (2014) quanto para Novaes (2014) eles discorrem que a Língua Brasileira de Sinais em si necessita de um espaço para que ocorra a comunicação por meio dos sinais, uma vez que é uma língua visual-motora que ao mesmo tempo usa tanto as mãos quanto o espaço, por isso que ela é viso-espacial, pois a informação linguística é recebida pelos olhos e produzida pelas mãos. Lembrando que as Línguas de Sinais não são tão pouco universais, que cada pátria tem a sua língua oralizada do mesmo modo possui sua língua de sinal particular. Portanto, a língua de sinais ela faz uma representação de cada povo.

SINAIS entendemos que são gestos feitos com as mãos que "sinalizam" a palavra em questão. Pois Libras é uma língua sinalizada e não uma língua falada.

1.4.3 Tipos de Sinais

Sinais Icônicos: são os sinais que propriamente "sinalizam" a palavra em questão. Ex.: telefone, bebê e carro.

Exemplos:

Figuras 14, 15 e 16 - Exemplificando os Sinais Icôni

Figura 14: Telefone

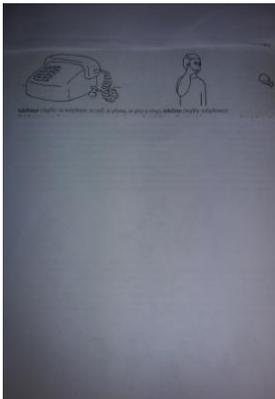
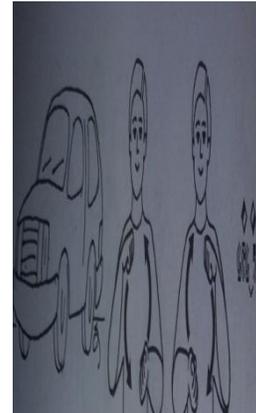


Figura 15: Bebê



Figura 16: Carro



Fonte: Capovilla & Rafael p.1236, p.283 e p.366

Sinais não Icônicos: são os sinais que não "sinalizam" a palavra em questão. Ex.: mãe, pai, trabalhar e namorar.

Figuras: 17, 18, 19 e 20 - Exemplificando os Sinais não Icônicos

Figura 17: Mãe



Figura 18: Pai



Fonte: Capovilla & Rafael

FIGURA 19: Trabalhar

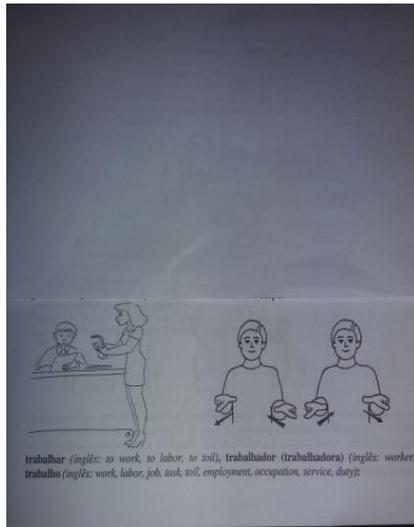
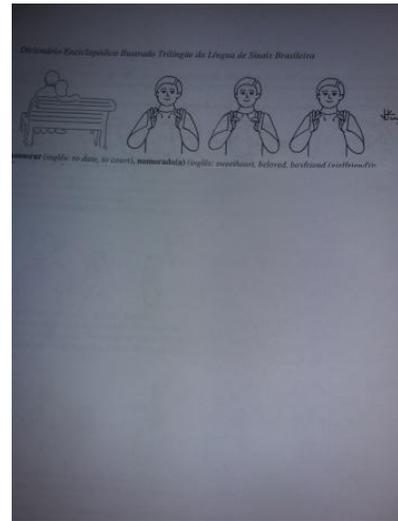


FIGURA 20: Namorar



Fonte: Capovilla & Rafael

Na década de 60 a 70, o investigador e professor da America Stokoe e seus colaboradores de pesquisas se votaram a pesquisar a respeito da Língua de Sinais comparando as estruturas bem como a organização dos dados das Línguas de Sinais junto das línguas orais. Encontraram que a narração e análise da estrutura da Língua de Sinais Americana (ASL) os sinais são percebidos da mesma forma de uma totalidade (fonemas que formam morfemas assim como sinais).

FIGURA 21: Alfabeto manual da Língua Brasileira de Sinais – Libras



1.4.4 A Legalização da Língua Brasileira de Sinais

Embora alguns estudiosos linguísticos bem como Quadros e Karnopp (2007) nomeiam de Língua de Sinais Brasileira, no entanto, Língua Brasileira de Sinais de acordo com a sua a lei número 10.436 de 24 de abril de 2002, é o termo que aparece na mesma a qual reconhecida como a segunda língua oficial do Brasil. Esta lei foi regulamentada pelo decreto número. 5.626 de 22 de dezembro de 2005 (Brasil, 2002). De acordo com a lei mencionada o Brasil é oficialmente bilíngüe sendo que a L1 a Língua Portuguesa e a L2 a Língua Brasileira de Sinais a Libras.

Desde a presente data a Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal - DF e dos Municípios.

Todos os cursos de licenciatura, nas diferentes áreas do conhecimento, o curso normal de nível médio, o curso normal superior, o curso de Pedagogia e o curso de Educação Especial são considerados cursos de formação de professores e profissionais da educação para o exercício do magistério.

De acordo com Quadros (2008) a Libras é Língua Brasileira de Sinais. É uma língua visual – espacial. Não é mímica e não é universal. É brasileira. Se fosse universal seria Língua Universal de Sinais Gesser (2010). Mas Libras é Língua Brasileira de Sinais. ASL - American Sign Language é a Língua Americana de Sinais. O alfabeto é quase universal, há algumas letras que diferem de um país para outro.

1.4.5 A respeito do intérprete de Libras

Os profissionais de tradução e intérprete de Língua de Sinais localizados em várias partes do mundo, sendo que a organização desses profissionais sucedeu através de trabalhos que não visava qualquer tipo de bem financeiro, isto é, esses trabalhos eram voluntários, que com o decorrer do tempo foi um trabalho de valor que foi abrindo espaço na mesma proporção que os Surdos conquistavam seu espaço na sociedade, embora fosse de maneira minuciosa, porém significativa e precisa.

A participação dos Surdos em eventos implica a presença de um intérprete na Língua de Sinais, outro componente de suma importância é o próprio valor e reconhecimento pela Língua

de Sinais que determinadas pátrias têm, no caso aqui no Brasil a Libras. Diante desse cenário as instituições por sua vez foram sujeitas a darem acesso aos Surdos por meio dos profissionais intérpretes de Língua de Sinais, nos acontecimentos que aquele indivíduo era inserido.

Perante apresentação dos momentos históricos considerados mais importantes referentes ao intérprete de Língua de Sinais em três diferentes países Suécia, Estados Unidos bem como o Brasil, de acordo com Quadros (2004):

Na Suécia

a) Em torno do final do século XIX no ano de 1875 em trabalhos religiosos surge a apresentação do intérprete de Língua de Sinais. Tendo em vista que a presença do intérprete nesse país foi dentro a religião.

b) Já no ano de 1938 foi criada pelos suecos no total de cinco cargos de conselheiros a pessoa com Surdez que prontamente não correspondeu a expectativa, no sentido de auxiliar os cidadãos Surdos.

c) No ano de 1947 foi além de 20 indivíduos que exerceram atuação de intérprete.

d) Já no ano de 1968 de acordo com a determinação dos Parlamentares os Surdos por direito seu teriam acessibilidade a um intérprete, sem a necessidade da pressão por meio da Associação dos Surdos. Ainda nessa data surgiu na Suécia realizada pela Associação Nacional dos Surdos unido a Comissão Nacional de Educação e mais Comissão Nacional para o Mercado de Trabalho o primeiro curso de exercitação para os intérpretes suecos.

e) foi criado no ano de 1981 que cada conselho do município tivesse sua própria unidade com intérprete.

Diante a trajetória histórica da Suécia, observa-se que com o passar do tempo ela tem um cada vez mais um desenvolvimento com reflexo de melhoria para aquele país e conseqüentemente para os Surdos que precisam do apoio do intérprete o qual é uma peça fundamental, para a acessibilidade da pessoa com Surdez.

Estados Unidos da América - EUA

a) No ano de 1815 Thomas Gallaudet foi o intérprete do Surdo Laurent Clerc, que era patriota da França, porém estava nos Estados Unidos da América com o objetivo de realizar Educação de Surdos.

b) No decorrer do tempo pessoas mais próximas dos Surdos os ajudavam na comunicação eram elas: filhos, família, amigos, parentes, vizinhos e religiosos. Sendo que eles se comunicavam com os Surdos de forma bem limitada.

c) A Organização Nacional de Intérpretes para Surdos que hoje é conhecida como RID, foi construída no ano de 1964, levando em consideração algumas condições para que o intérprete de fato atuasse.

d) A organização Nacional de Intérprete de Surdos no ano de 1972 iniciou a escolher profissionais intérpretes que após a avaliação apresentava um registro. Até os dias atuais o RID tem o papel de selecionar os intérpretes, certificar os qualificados, permanecer um registro, promover o código de ética, bem como proporcionar informações a respeito tanto da formação, quanto do aperfeiçoamento de intérpretes.

Nessa perspectiva, os Estados Unidos da América - EUA, com o passar do tempo teve também o seu desenvolvimento no que se refere ao profissional intérprete assim como a Suécia conquistou o seu. Momento significativo dos EUA foi no momento que ele obteve condições de ter seu próprio intérprete para ajudar Surdo que era de outro país, não precisando trazer interprete do seu lugar de origem.

No Brasil

a) Na década de 80 começa a atuação do intérprete de Libras referente a trabalhos religiosos.

b) O I Encontro Nacional de Intérprete de Língua de Sinais aconteceu no ano de 1988, realizado pela Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos FENEIS, que é uma entidade filantrópica que não visa o lucro, e tem como objetivo defender a política em educação, bem como a saúde e assistência social, em prol da comunidade Surda do Brasil. Em 1988 a FENEIS proporcionou pela primeira vez na sua história relação entre alguns intérpretes do Brasil e avaliação no que se refere à ética desses profissionais.

c) No ano de 1992, depois de quatro anos aconteceu o II Encontro Nacional de Intérpretes de Língua de Sinais, que foi também preparado pela FENEIS que por sua vez realizou a relação em meio às distintas diferenças dos intérpretes de do Brasil, foram feitos discursos assim como votação referente ao regimento interno do Departamento Nacional de Intérpretes, que foi constituído diante a sua aceitação.

d) Aconteceram alguns encontros do estado entre 1993 a 1994.

e) Dos anos de 90 em diante unidades foram fixadas unidades de intérpretes unidas aos escritórios regionais pertencentes à FENEIS. A Federação no ano de 2002 possuía escritórios em São Paulo, Belo Horizonte, São Paulo, Porto Alegre, Brasília, Recife e Teófilo Otoni, além do primeiro escritório situado no Rio de Janeiro.

f) A disponibilidade sobre a página dos intérpretes de Língua de Sinais www.interpretels.hpg.com.br aconteceu no de 2000, sendo que nesse mesmo período foi cedido espaço com a finalidade que os intérpretes participassem por meio de uma lista com discurso via email, uma vez que estava disponível o site referente a esses profissionais. A lista é aberta aos demais intérpretes que se interessem em obter informações a respeito do tema.

g) A lei federal que reconhece a Língua Brasileira de Sinais, sendo ela a língua oficializada das comunidades Surdas do Brasil no dia 24 de abril do ano de 2002. Essa lei simboliza um passo importante no processo tanto de reconhecer a formação dos profissionais intérpretes da Libras no Brasil, do mesmo modo, que abre oportunidades para os mesmos no mercado de emprego, é necessário ressaltar que essa profissão é legalizada.

1.5 FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Sabe se o quanto é importante a formação do professorado, a qual é tão antiga que sua existência fizera presente desde os tempos mais remotos da história, ainda naquela época já se tinha uma preocupação com que tipo de formação inicial esse profissional iria adquirir para depois poder exercitar em sala de aula com seu alunado, a formação inicial de docente foi colocada em prática a partir da idéia que outro ser pensou na outra pessoa que futuramente ia ensinar seu filho na escola, logo o porquê que teve a precisão de alguém formado, no sentido que a criança fosse bem instruída e essa instrução evidente seria através de uma pessoa que tivesse no nível de uma formação inicial.

Com vista de olhos no passado de acordo com os autores Sobrinho e Carvalho (2006) quando se faz referência à formação de professores mais especificamente no Brasil, desde o tempo colonial com a chegada dos jesuítas no país citado, começou então sobre o processo ensino-aprendizagem diante desse processo veio juntamente à inquietude a respeito da formação do docente que ia ensinar o aluno. Sublinhado que a respeito da educação formal no Brasil estava

concentrada na classe que tinha poder aquisitivo, nos dominantes considerados com dinheiro, ou seja, a considerada elite, os ricos.

Ainda de acordo com os autores, os profissionais da educação iam receber a formação com a finalidade para trabalharem no Ensino Elementar nome o qual se usava naquela época e atualmente esse ensino é nomeado de Ensino Fundamental. A formação de professores estava centrada na classe dominadora, na elite, a qual surgiu no ano de 1549, essa educação era única no país a qual perdurou até o momento dos padres jesuítas serem expulsos pelo então Marquês de Pombal no ano de 1759, a referida formação repassada pelos padres os quais faziam escolha desde dos livros até o ensinamento das áreas de Filosofia a Teologia aos docentes era muito exigida, pois eles cobravam um esforço maior de seus formandos. Tinha um critério para estudar, somente pessoas que tivessem completo 30 anos de idade, tinha possibilidade de ingressar no magistério (profissão de professor).

Posteriormente esse mesmo tipo de ensino, permaneceu depois da Proclamação da Independência Brasileira, ainda trazendo forte marca religiosa, por sua vez a aula era ensinada pelos capelães (que é o padre que tinha como função, além de celebrar as missas, também tinha a função de ensinar), os quais a qualidade de ensinar era completamente diferente da dos jesuítas, deixando assim muitas lacunas e distorções no processo de ensino-aprendizagem, ou seja, eles não tinham instrução para trabalhar com os estudantes.

Na data de 12 de agosto de 1834 foi repassada a responsabilidade tanto do ensino, quanto da formação do docente, direcionada a província ao governo das províncias, no entanto, a ausência de formação permanece obviamente a práxis de ensinar os educandos é a mesma, não muda nada, pois os professores estão sem ter sua formação quanto professor, resultado é que novamente na história da educação tem educador leigo, significa dizer após a expulsão dos jesuítas o país ficou carente de profissional com formação para ensinar os conteúdos em sala de aula, muito menos com uma formação específica, no sentido de ensinar disciplinas diferentes.

Quando os jesuítas foram obrigados a sair do país, por ordem do então Marquês de Pombal na mesma proporção esse ensino a classe dos professores foi obrigado a ser interrompida, como resposta a essa interrupção a formação a partir desse tempo o ensinar foi trocado pelas seguintes disciplinas tais como: Letras, Gramática, Latim e Grego, é importantes lembrar que devido a saída dos padres jesuítas, o ensinamento teve como consequência de ser

repassado por parte e não na sua totalidade, sem nenhuma organização e tampouco visando alguma finalidade.

Perante a construção das Escolas Normais, com o passar do tempo o poder público reassume sua responsabilidade no que se refere à formação para os profissionais da educação. Assim sendo a primeira escola a ser construída foi a de Niterói, Rio de Janeiro garantido pela Lei de 04 de abril de 1835, onde sua missão era formar os docentes para lecionarem no ensino primário (atualmente é nomeado de Ensino Fundamental), conforme o trabalho desenvolvido por Sobrinho (2002), conta que a escola normal no Brasil, teve sua primeira referência de escola a França a qual teve seu surgimento em um momento histórico que foi a Revolução Francesa, que teve papel considerado no que tange a difusão de da educação popular, sendo o modelo citado, Já por outro ângulo a exemplo de Portugal ficou conhecida sendo a primeira escola feita no Brasil a qual era reservada para que os docentes fossem formados, para assim poder ensinar aos seus estudantes com segurança e vigor.

Conforme Oliveira (2013) diante da revolução na década de 30 ficou conhecida de Era Vargas, a educação superior teve um olhar voltado para si, junto às reformas de 1920 e 1930, que por sua vez, o poder público ajudou no sentido que foi fundamental para a formação dos docentes, ainda no ano de 1930 surgiu através dos institutos a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras surgiram através dos institutos de educação, essas faculdades formavam os professores que os preparavam para darem aula no ensino secundário. Importante dizer que o Curso de Pedagogia foi oficializado através do Decreto-lei nº 1.190, da data 04 de abril de 1939, nesse sentido esse decreto-lei ele tem como finalidade efetivar o Curso de Pedagogia.

Avançando no tempo ainda de acordo com a autora mencionada acima, após o Golpe Militar no ano de 1964 aconteceram sucessões de reformas na educação, dentre ela a qual teve um destaque todo especial foi a Lei de nº 5.540/68 da Reforma Universitária, A lei de nº 5.692/71 a qual regulamentou o então nomeado ensino de 1º e 2º graus e a Lei nº 9.394/96 é a qual vigora no Brasil.

Estudos conduzidos sob orientação de Oliveira (2013, p. 28) Com referência a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB a Lei de nº 9.394/96 de dezembro de 1996 a qual explica com clareza em seu Título VI no que diz respeito aos profissionais da educação que garante em seu artigo 61 “a formação de profissionais da educação”. [...] “A associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviço”. Conforme estudos conduzidos

sob orientação de Oliveira (2013, p. 28). Observa nesse artigo, o direito assegurado por lei que o professores tem a uma formação, para assim desenvolverem um razoável trabalho com os seus educandos em classe.

Outro ponto também de fundamental importância é a relação entre a teoria e a prática que vem ser de fato a teoria são os conhecimentos adquiridos em sua formação e a prática é a sua prática pedagógica com os seus estudantes, bem como já dizia Freire (2002) [...], ação-reflexão-ação, que é o educador pensar duas vezes em sua ação que é a prática e Cipriano Luksi [...] que fala que a teoria é muito diferente da prática.

Oliveira (2013) explica com muita propriedade sobre o senso comum que formar e ter em mente, assim como significa compreender que algo foi concluído, por ser formado não tem necessidade alguma de ser terminado, ser acabado ou de ser continuado. Todavia é compreensível que a formação dos professores real dizer que é um processo, quando se fala em construção e reconstrução diante os desafios que surgem. Para tanto, se faz necessário a importância da formação inicial, pela certeza que ela vai dá uma sustentação na formação dos docentes, nessa formação o formado não é o bastante nem tampouco o suficiente e sim continuar nos estudos.

Com fundamento nos estudos de Imbernón (2009, p. 11) diz que “e é verdade, a formação inicial de mestres foi exercida de uma forma ou outra desde a antiguidade”. Considerando que desde os tempos mais remotos da história, por sua vez, a formação para docentes era algo fundamental no que se refere o alicerce no processo ensino aprendizagem em especial aquele que aprende, no caso é o estudante.

Ainda citando o referido autor afirma que nos dias atuais a educação muda, uma vez que os seus docentes também mudarem, pois não teria sentido se essa mudança não partisse daqueles que precisam mudar, que exemplificando são professores, ao mesmo tempo o contexto precisa ser diferente, pois há toda uma questão de conjunto um está envolvido com o outro, isto é, ter transformação do modo geral, pois todos estão ligados entre si.

Com fundamento no trabalho desenvolvido por Pimenta (2000), assegura que na França com a construção de institutos de educação por volta da década de 1970, possibilitou uma nova forma no que se refere à formação dos profissionais da educação, diante dessa inovação a qual trouxe como novas práticas pedagógicas para melhorar a qualidade dos docentes no processo ensino-aprendizagem, realçando que essa qualificação vem sendo acompanhada desde a

formação inicial (que é a licenciatura) até a formação continuada. Do mesmo modo, perante a novidade na educação foram feitos diversos institutos para realizar pesquisa de extensão nos cursos de pós-graduação sendo eles mestrado e doutorado.

Importante ressaltar que o sistema de educação sempre se voltou para a formação dos profissionais da educação. Em sua outra obra Imbernón (2011, p. 60) relata que “a formação inicial deve fornecer as bases para poder construir esse conhecimento pedagógico”. Entende que é nessa formação inicial, que o professor dará sustentação para o seu alunado no que se refere à garantia de conhecimento por meio de seu ensinamento, tendo como base a sua formação acadêmica. Logo se vê a importância de uma graduação para o docente, uma vez que se sentirá mais seguro em repassar os conteúdos a sua clientela.

1.5.1 A Formação Inicial

Ainda segundo o autor citado acima em sua pesquisa (2011) esclarece que na *formação inicial* deve ser evitado no que diz respeito a um padrão de modelo profissionalismo assistencial, passando assim a educação de passiva a ativa, sendo essa crítica em seus ensinamentos e dispendo também de indivíduos passando de acríticos a críticos os quais estão inseridos em um contexto social, desse modo o profissional da educação também por sua vez, se torna crítico no desenvolvimento de seu papel primordial a sociedade, que é formar cidadãos com autonomia.

O ponto essencial é a respeito da formação permanente do professorado, a qual é tão importante quanto à formação inicial, tendo em vista que a *formação permanente* surge em um dado período onde às coisas que acontecem é tudo muito rápido, ou seja, o novo de agora amanhã já é ultrapassado. Tendo em vista que as coisas acontecem com intensidade e no seu tempo é mais rápido ainda.

1.5.2 A formação permanente

A *formação permanente* também conhecida como formação continuada está vinculada ao contexto da sociedade assim sendo com propriedade Imbernón (2010, p. 55) informa que “na atualidade, temos certeza de que a educação só mudará se os professores mudarem, mas os

contextos em que esses interagem também deverão fazê-lo. Se o contexto não muda, podemos ter professores mais cultos e com mais conhecimentos pedagógicos, mas não [...] inovadores?''.

Nessa direção, hoje a formação permanente é tão importante quanto nos tempos passados, no entanto, nos nossos dias nada faz sentido se por sua vez o docente que já é formado não tomar uma atitude que seja inovadora para a sua prática pedagógica, que como resultado será uma boa aprendizagem de seus discentes em sala de aula, porque ele foi um facilitador por meio de seus métodos que anteriormente aprendeu em sua formação continuada.

A formação permanente que é também conhecida como formação continuada, tem dois eixos conforme a afirmação de Oliveira (2013, p. 32) sendo que:

Por um lado é o *contexto escolar* que através de políticas educacionais deve assegurar a qualidade do ensino, e, para isso, deve garantir aos professores uma constante atualização; por outro lado, é o da *competência dos professores* que devem buscar um constante aprimoramento profissional, a começar pelo contexto da prática docente. Esses dois eixos também são inseparáveis, um faz parte do outro com suas especificidades, complexidade e interatividade, pois em cada eixo as especificidades fazem parte de um todo, e o todo faz parte de cada especificidade.

Nesse sentido, os dois eixos referentes à formação continuada sendo que por sua vez o primeiro eixo é voltado para o contexto escolar, de lado a educação por meio a política focada no âmbito educacional vem garantir um ensino que tenha qualidade, também pela mesma razão os docentes devem permanecer atualizados no sentido de estudos, já o outro eixo que é o segundo está direcionado para a competência dos professores que requer que eles estejam sempre se aperfeiçoando na área de sua profissão. Importante lembrar que os referidos eixos um está ligado ao outro, ou seja, são embora cada qual com sua particularidade, mas juntos.

Ainda de acordo com o Imbernón (2011) a *formação permanente* um de seus papéis é também fazer perguntas ou mesmo legitimar a respeito do conhecimento profissional que é colocado na prática. Desse modo, a formação permanente tem uma função a qual compete a ela de descobrir a respeito à teoria para assim depois poder pôr em ordem, fundamentar, fazer a revisão e combater, quando for necessária. A finalidade da *formação permanente* é retirar a referência pedagógica comum, para abrir espaço pro equilíbrio no sentido o que é prático junto com o equilíbrio na teoria, que é ela que apoio a prática educativa.

Na obra de Imbernón (2011), esclarece que o professor através da sua formação permanente, ele tenha capacidade para analisar tanto o que é preciso na potencialidade quanto se fala de qualidade da inovação na educação, que deve ser levada em conta, desde o tipo de métodos que está sendo ensinado no âmbito educacional, qual o tipo de avaliação mais adequada para o alunado, qual diagnóstico é mais próximo a ele, qual a melhor metodologia que chama sua atenção para aprender, diante dessa realidade pode depois repensar na sua prática docente, com o intuito de mudar o modo de ensinar, no entanto só se pode ter essa visão, quando tem uma formação permanente.

Outra questão também de suma importância é a respeito da formação específica que aparece nos anos recentes, um novo movimento tanto político quanto social com direcionamento na área da Educação Especial, Oliveira (2013) fazendo assim de forma resumida algumas interrogações nesse campo, dentre elas: Qual é a política educacional que está direcionada a pessoa com deficiência? Como o enfoque educacional que é “inclusivo” pode ser a favor no desenvolver de políticas a que vem atender de fato a necessidade do discente que tem deficiência, quando esse está inserido em uma escola pública do Brasil? E mais especificamente, de que forma é inserida a pessoa surda e docente no contexto no que se refere tanto a formação bem como as políticas públicas?

Sendo que tais indagações são tecidas diretamente a educação citada, uma vez que se faz necessário analisar sobre a mesma, sendo que segundo o histórico no que diz respeito à Educação Especial ela sempre fora a pontaria de política precária, essa modalidade de ensino tem uma marca forte e direcionada as práticas tanto particulares quanto filantrópicas e, no entanto por sua vez o estado se faz ausente dela e não respeita, e quando ele se manifesta é pensando no seu próprio fim lucrativo, e tampouco garante os direitos sociais que deveriam ser assegurados a pessoa com deficiência.

Hoje em dia, entendem que a política a qual faz referência à Educação Especial requer compreensões com a intenção de se edificar outros consensos que sejam proporcionais aos profissionais dessa modalidade de educação, de forma que as ideologias que são colocadas do poder público pela classe que domina sejam de fato vencidas.

Segundo a mesma autora (2013), ela faz referência à formação do docente de Educação Especial precisa ser revelada. Pois, bem como no Brasil, por exemplo, foram escassos cursos de Pedagogia que eram direcionados para com habilitação específica na área de Educação Especial e

ainda os quais tinham preferiam usar nomes em desuso como “Educação de Excepcionais” ou Educação dos Deficientes da Audiocomunicação” e, em grande parte eles eram excluídos da discussão educacional maior. Nos dias atuais não tem mais esse tipo de habilitação, com isso, é muito raro tê-la nos cursos de formação de educador.

Com o passar do tempo, tinha se em mente que o preparo para exercer a profissão docência era para coordenar, supervisionar a prática pedagógica assim como para prestar orientação e administração no que se referem esses trabalhos à escola. Contudo, diante o recente cenário educacional a tendência é deixar na lateral não todas e sim algumas especificidades na profissão professorado, quando fala em especificidade significar enfatizar na educação da pessoa com surdez. Nesse sentido, foi se fez necessário construir uma política da inclusão, a qual tem como objetivo atingir todas as escolas, abrangendo dessa forma as diversidades e diferenças entre os sujeitos, sendo mais específica a pessoa surda.

Conforme a inclusão dos sujeitos que têm algum tipo de deficiência, no mesmo sentido surge a precisão de fazer leis, assim também de adequar constitucionalmente com a finalidade de oferecer uma qualidade de ensino melhor na rede regular de ensino, que fosse atender a todos os cidadãos independentes qual fosse sua diversidade no Brasil.

Com base na pesquisa de Ferreira (2003) chama atenção sobre a importância que desde a sua origem a inclusão é para todos que estão integrados à escola, independente de sua potencialidade ou que tipo de deficiência a pessoa venha apresentar, sendo que com a inclusão fica difícil dizer ela é somente para quem possui uma limitação, ao contrário, abrange os de altas habilidades na mesma proporção, diante dessa explicação ganha os professores, estudantes e o meio social evidentemente, pois os benefícios são revertidos. Com o passar do tempo as crianças aprendem a ter convívio tanto com as diferenças quanto com as semelhanças, lembrando que desse jeito as crianças tomam pra si sem serem indiferentes as experiências ocorridas no meio educacional.

Na visão de Oliveira (2013) quando se trata do estudante surdo vale dizer que incluir significa respeitar as suas necessidades específicas, do mesmo modo apoiar suas diversas possibilidades, a estudiosa indica que primeiro deve conhecer a pessoa com surdez como diferente e também como sujeito que se alicerça em um mundo visual, toda essa afirmação porque o cidadão surdo desfruta da visão tanto para ver o mundo quanto para o entender.

Ainda na visão da autora citada recentemente outro ponto que ela chama atenção o qual é essencial, na inclusão da pessoa com surdez em uma escola para todos é saber que o surdo tem uma língua própria que é a Língua de Sinais a qual é diferente da Língua Portuguesa, no entanto ele é capaz de aprender outra língua no caso a Língua Portuguesa e compreender tudo o que acontece em seu meio em especial no ambiente escolar, importante dizer que o surdo faz parte de uma minoria linguística e do mesmo modo tem o seu direito de fazer parte dos experimentos de aprendizagem na mediação dentre a Libras e a Língua Portuguesa na modalidade escrita.

A realidade é que na grande maioria na sala de aula o docente utiliza a língua oral e favorece a todo tempo o estudante ouvinte e não o estudante, sendo esse último é excluído quase sempre do processo ensino aprendizagem, embora ele esteja presente, pois a maior parte das informações em classe é por meio da língua oral e não língua de sinal, o foco é dentre professor e os educandos não surdos, logo direcionado o ensinamento para os ouvintes. Por sua vez o professor não sabe se comunicar com o estudante porque não sabe a Língua de Sinais Brasileira e o surdo ainda não aprendeu a Língua Portuguesa nem na modalidade oral e tampouco na modalidade escrita.

Oliveira (2013) afirma que apesar o estudante com surdez esteja inserido em uma escola a qual tem proposta para todos, mesmo assim a dificuldade em sala de aula é bastante presente, ele por motivo de não dominar ou saber pouco sobre sua própria língua de sinal recorre dessa maneira ora a leitura de lábios, ora a oralização que adquiriu com grande esforço para poder se comunicar com seu próximo, sendo que a leitura labial limita o entendimento do sujeito surdo, ele entende os fatos tudo pela metade, assim também a oralidade o restringe. Nesse cenário aparece o intérprete o qual é o profissional que vai interpretar da Língua Oral para Língua de Sinal para a pessoa com surdez, que é olhado como uma alternativa.

No entanto, quase sempre esse profissional também não tem formação específica para atender aquele estudante que é surdo, pois o docente está lá em classe transmitindo o seu conhecimento, contudo nem sempre o intérprete tem um curso que lhe respalde para trabalhar com esses educando, ainda mais quando a exigência feita é abordando a formação específica, em outras palavras na maioria das vezes esse profissional tem se quer um curso na área de formação.

CAPÍTULO II: MARCO METODOLÓGICO

Por sua vez o método científico conforme González, Fernández e Camargo (2014, p. 54), “serve para compreender um problema de caráter humano ou social, por meio da elaboração de um desenho complexo construído sobre palavras e desenvolvido num contexto natural”. Que pode ter sua definição sendo método de pesquisa como procedimento tanto racional e sistemático importante realçar que o método científico tem como sua finalidade ter com precisão resolver uma problemática seja ela de particularidade tanto humana quanto social.

Na ideia de Vergana (2003, p. 12) o “método científico é um caminho, uma forma, uma lógica de pensamento. Ou seja, permite a organização de forma sistemática das informações, em busca de respostas para o problema da pesquisa”

Mais um conceito que é demonstrado por Lakatos e Marconi (2006, p. 46), abordam que o método “é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimento válidos e verdadeiros, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões”.

Observa-se que embora os conceitos apresentados pelos autores González, Fernández e Camargo (2014), Vergana (2003) e Lakatos e Marconi (2006), sejam diversificados contudo eles se assemelham no sentido de terem o ponto de vista parecidos quando se referem que a finalidade do método científico é solucionar o problema, nesse sentido os pesquisadores acima tem ideias convergentes.

Assim como já supracitado método é estudo de uma ciência para obter um fim ao qual se pretende alcançar por meio de uma pesquisa. O presente capítulo narra a metodologia da tese conforme a sua construção a qual mostra a pesquisa científica com o título *À formação do educador que trabalha com educandos surdos nos 1º, 6º e 7º Ano na Escola Municipal de Ensino Fundamental Deputado Abel Figueiredo no Município de Mocajuba - Pará Brasil*, também apresenta como problemática *Qual é a formação do educador que trabalha com educandos surdos nos 1º, 6º e 7º Ano na Escola Municipal de Ensino Fundamental Deputado Abel Figueiredo no Município de Mocajuba - Pará Brasil?* “. Nesse direcionamento, a investigação

explica a respeito da delimitação do universo pesquisado, da mesma forma as técnicas para a coleta de dados, análise e por último a interpretação dos dados.

Assim sendo, uma vez apresentado o tipo da investigação, no mesmo sentido demarcar qual o universo a ser estudado, bem como as técnicas para realizar a coleta de dados, análise e também a interpretação dos dados.

A pesquisa tem como objetivo geral Identificar como esta sendo a formação do educador que trabalha com educandos surdos nos 1º, 6º e 7º ano na Escola Municipal de Ensino Fundamental Deputado Abel Figueiredo no Município de Mocajuba - Pará Brasil. Na tentativa de responder esse objetivo foi feita a elaboração dos objetivos específicos Avaliar a formação dos educadores que trabalham com educandos surdos; Conhecer as metodologias utilizadas pelos professores que trabalham com educandos surdos nos 1º, 6º e 7º ano; Correlacionar a política pública adotada pela escola para junto com os professores e frente ao trabalho com educandos surdos analisar a sua proposta de educação inclusiva.

Uma vez, os instrumentos da coleta de dados aprovados iniciou a coleta-los assim como processá-los desde o momento da estrutura para realizar a coleta de dados com antecipação determinadas sendo que os resultados estão todos agregados no capítulo que aborda a respeito da análise dos dados.

Para a realização dessa pesquisa foi usados a observação nas salas de aula nas quais os discentes surdos estudam e o guia de entrevista contendo 15 (quinze) perguntas abertas, perguntas essas direcionadas aos educadores que trabalham com educandos surdos nos 1º, 6º e 7º ano na EMEF Deputado Abel Figueiredo com a finalidade de alinhar referente as perguntas, respostas objetivos assim como a problemática. Adiante os questionários passaram por uma análise antes de serem validados pelo especialistas: bem como o professor doutor orientador desta pesquisa juntamente com mais dois doutores na área educacional.

2. Contextura do espaço sócio-econômico da investigação

A formação do educador que trabalha com educandos surdos nos 1º, 6º e 7º ano na EMEF Deputado Abel Figueiredo no município de Mocajuba - Pará Brasil, de modo que o objeto de estudo da supracitada tese de Mestrado, foi concretizado no município de Mocajuba localizada no estado do Pará. Com o intuito de estreitar mais sobre a investigação, foi necessário eleger uma

única escola da rede municipal, uma vez que têm outras nesse município. Nesse sentido, o estudo foi feito na EMEF Abel Deputado Figueiredo situada no município de Mocajuba.

O município de Mocajuba é edificado em um terreno de tabatinga com pedras, muito próxima a uma pedreira sendo elevada a 10 metros de altitude, passando assim do nível da preamar (maré cheia ou maré alta) nos meses de junho e setembro.

Mocajuba localiza-se no Nordeste do Estado do Pará, zona fisiográfica Tocantins situado a direita do Rio Tocantins.

2.1.1 Limite

Sendo o seu tamanho de acordo com Freitas (1999) é de 967 km² e a sua distância da capital é de 173 km em linha reta posiciona-se a 29º lugar em ordem de distanciamento da sua capital que é Belém e tem as seguintes coordenadas geográficas que são elas: “ 2º 34’ 46” de latitude sul e 49º 30’ 19” de longitude W. gr. Contendo 30 metros na sede de seu município, com 15º em ordem de altitude no estado do Pará.

O clima mocajubense é parecido ao da Amazônia, sendo equatorial e muito úmido. Com presença de chuvas constantes nos meses de janeiro a junho, é o 53º município do estado do Pará de imensidade territorial.

Para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE, Censo Demográfico (2010) Mocajuba tem uma população no total de 26, 731 habitantes, sendo distribuída dentre a população urbana que é de 18, 279 habitantes e a população rural que é 8, 452 habitantes. Destacando que a estimativa para a população mocajubense para o ano de 2016 segundo o IBGE é de 29.846 habitantes.

2.1.2 Economia

Com base nos estudos do IBGE de (1995) a economia de Mocajuba tem representação da agricultura. Por sua vez a pimenta-do-reino é o produto mais importante, sendo da última década o maior produto do Brasil. Porém, devido à duração da terra que não suportava mais de 07 (sete) anos para o plantio da pimenta a terra ficava fraca e tinha que esperar por muito tempo para plantar novamente, diante dessa realidade, essa cultura por vários anos teve seu declínio, enquanto

aguardava o repouso de sete anos daquela terra, haja vista que procurava assim outra terra para novas plantações tendo sua vez a plantação da mandioca e do milho, bem minuciosamente. Depois vem o cacau ficando em segundo lugar reconhecido como o maior produto que é cultivado, segundo IBGE (1995), tem em registro colheita de 905 toneladas desse produto, que chegou a superar a pimenta-do-reino do mesmo ano.

Nessa direção, outro produto de origem extrativista vegetal que tem peso nessa economia é o carvão também com base na pesquisa do IBGE (1995) foram produzidas 111 toneladas de carvão vegetal usufruindo 123.274 m³ de lenha e 196.69 m³ de madeira. Que hoje sentimos a grande ausência dessas árvores na cidade, pois naquela época podia não fazer tanta falta como faz nos dias atuais, no entanto esse vegetal fazia parte da economia local.

Nesse sentido, o principal acidente geográfico é o Rio Tocantins, que banha o território desse município tanto a sul quanto a norte e onde estão situadas as ilhas mais importantes que serão elencadas em ordem alfabética são elas: Angapijó, Camaleão, Jutuba ou Jacarecaia, Rosário, Rufino, Santana entre outras que fazem parte de outro município que é Cameté através do furo de Santana.

A topografia é plana de aparência de riso em frente ao Rio Tocantins e que desvia para o lado em terrenos tanto baixo quanto alagados, que rodeiam um bom campo para criar gados, desfruta também de uma fazenda imensa.

A sede municipal possui 32 ruas e 25 travessas, sendo todas elas no modo geral bem nivelada e com construções boas, tem cinco praças, duas com a presença de igrejas católicas (que são: A Praça de Nossa Senhora da Conceição e a outra a Praça de Nossa Senhora do Rosário), uma para estudantes, a outra próxima ao terminal rodoviário e a última nomeada de Praça da Caixa D'água. Todas com um trabalho bem arquitetado. Entre as boas construções existe a prefeitura que é um prédio de porte médio, assim como a Escola Almirante Barroso, Instituto Nossa Senhora das Graças, entre outros.

2.1.3 O nascimento do nome de Mocajuba

Mocajuba é um nome próprio de seu lugar genuinamente Tupi, sendo que ela originou da palavra Mocajá que quer dizer (fruta de palmeira acromia sclerocarpa, Mart) e uba significa (lugar de, abundância de), logo através da palavra Mocajá que deu surgimento a palavra

Mocajuba. Ambiente onde tem Mocajá. Mocajá por sua vez passa por várias decomposições etimológicas como por exemplo: Mo = mbo (fazer), cajá = cayá = a cajá (caroço cheio, a semente, a amêndoa). Que não parece correponder ao étimo.

Outro exemplo é: Mo = mboy (cobra), cajá (amêndoa), significa: “amêndoa de cobra”. É possível. E Mo = caá (mato) – yá (aquele que) que significa “aquele que faz mato” (?), pela abundância da palmeira no lugar.

No entanto, Mocajuba tem a mesma constituição da palavra Mocajatuba, ou Mocajuba, que em nhengatu (tupi guarani) quer dizer lugar abundante de mucajá, porque tem o seu significado “lugar de abundâncias”.

Mocajá é uma palmeira que apresenta tronco que medem em torno de 10 a 11 metros de altura, sendo que seus frutos são comestíveis e com um elevado teor, sendo que sua madeira é utilizada na utilização para fazer ripas e calhas de casas. Ora a palavra Mocajuba, surge da palavra Mocajatuba que em nhengatu (tupi guarani) que quer dizer lugar abundante de mucajás, por isso que “tuba” expressa “lugar de abundância”.

2.1.4 Origem do Municipio de Mocajuba

No tempo de colônia, o Rio Tauaré contando como afluente a sua margem direita o Rio também conhecido como Igartapé Maxi, constituiu formou-se gupo de um pequeno povoado, juntamente com uma igreja de tamanho pequeno de Taipa (a história de Mocajuba não registra os primeiros nomes de seu povoado daquele momento, com exceção do João Machado), sendo que o local foi chamdo de Maxi. Mocajuba devido o seu progresso no que se refere ao seu desenvolvimento veio também a precisão de ser elevada a classe da freguesia (que naquela época significava paróquia em experiência).

Por sua vez, a Assembléia Legislativa da Província que atendera o pedido da povoação, foi preciso criar a resolução nº 228 de 20 de dezembro do ano 1853, que nomeou de freguesia que é paroquia em experiência.

O espaço, contudo não era adequado quando se tratara para o futuro, sendo que seus moradores crescia cada vez mais e os mesmo não demoraram a procura de um local que o comportasse a sede de sua freguesia.

João Machado da Silva por sua vez, que propôs sobre a mudança que era dono de um sítio em boas condições para desdobrar o povoado para um significativo núcleo do povoado, depois veio a ele a ideia de transferir para o sítio a sede da freguesia de Maxi. Logo o sítio foi nomeado de Mocajuba, conforme o costume vem da palavra Mucajá, um tipo de palmeiras que dá vários frutos bem como já supracitado anteriormente. João Machado foi o donatário do sítio da nova sede das terras de Mocajuba para o povoado morar nela, que prontamente ofertou e pôs a disposição do Governo Provincial a zona precisa para gênese do novo povoado em Mocajuba, que foi bem aceita, haja vista que era doada, logo sem nenhum interesse financeiro.

A Lei nº 271 de 10 de outubro de 1854, definiu a mudança que desde o ano anterior já se concretizava em colocar em ação.

2.1.5 A gênese da câmara municipal

Desde a origem do município de Mocajuba fez-se necessário a construção da Câmara Municipal, sendo que ato de solenidade, em 03 de fevereiro de 1873, no momento que o Presidente da Província era ocupado pelo Vice-Presidente que foi nomeado de Barão de Santgarém, que por sua vez assumiram o juramento e em seguida foram empossados os primeiros vereadores do município.

2.1.6 Desenho, tipo e enfoque da investigação

O estudo realizado na presente pesquisa é o descritivo com enfoque qualitativo, uma vez que pretende concretizar a investigação sem manipular os dados que são peculiares aos professores que desenvolvem trabalhos com discentes surdos da escola bem como já fora citada antes, localizada no estado do Pará especificamente no município de Mocajuba.

Para os investigadores Hernández Sampieri et al (2006, p.100), a pesquisa descritiva tem como objetivo “em descrever situações, acontecimentos e feitos, isto é dizer como é se manifesta determinado fenômeno”.

Danhke (1989) demonstra outro objetivo que fora (referido por Hernández Sampieri, et al (2006, p.101), “os estudos descritivos procuram especificar as propriedades, as características e

os perfis importantes de pessoas, grupos, comunidades ou qualquer outro fenômeno que se submete à análise”.

Desse modo, a pesquisa pretende assim verificar de maneira descritiva as peculiaridades dos docentes que estão trabalhando em sala de aula com os educandos surdos da citada escola da rede municipal de ensino, assim como ocorre o a interação entre professor e aluno.

A pesquisa descritiva como o nome já indica é que vai narrar algo, na concepção de Alvarenga (2010, p. 40):

Os objetivos deste tipo de investigação são descrever situações. Estão direcionados a determinar como são ou como se manifestam as variáveis em uma determinada situação. Procuram descrever os fenômenos em estudo. A descrição pode ser mais ou menos profunda, se baseia na medição das variáveis.

Nesse tipo de investigação a sua finalidade é contar as situações, no mesmo sentido se explica de que maneira as variáveis podem se manifestarem em certa circunstância esse tipo de pesquisa procura descrever os acontecimentos os quais estão sendo explorados.

Na afirmação de Vergara (2003), a pesquisa descritiva mostra a peculiaridade seja de uma população ou de certo fenômeno que ocorrer, podendo ser ligado entre as variáveis e conceituando o seu próprio natural.

Já para Gil (2006), quando se fala em pesquisa descritiva ela por si tem como fim a fundamental em descrever as características tanto de uma população, quanto de um fenômeno, ou até mesmo a relação entre as próprias variáveis.

Contudo, segundo Andrade (2009, p. 114), “os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem que o pesquisador interfira neles. Isso significa dizer que os fenômenos do mundo físico e humanos são estudados, mas não são manipulados pelo pesquisador”.

Observa-se que há um confronto nas ideias conceituais referente à pesquisa descritiva entre os estudiosos Vergara (2003), Gil (2006) e Andrade (2009), sendo assim todas as concepções expõe a respeito das características tanto de uma população ou até mesmo o fenômeno, levando em conta as variáveis junto com a sua natureza. Todavia Andrade (2009) demonstra uma não igualdade dentre os dois autores citados ele enfatiza uma vez que os acontecimentos sejam observados, analisados, registrados, classificados ou interpretados os mesmos não têm que serem influenciado tão pouco manipulado pelo pesquisador.

A pesquisa procura fazer a descrição em relação aos aspectos que são eles social, histórico, cultural e econômico, sendo que os quais ajudaram no desenvolvimento quanto ao trabalho do profissional dos mais variados distintos professores que estão junto a esse tipo de serviço, tendo em vista a formação do docente sendo uma solução para a problemática.

É por meio da pesquisa que é feita a descrição dos temas organizados já citado acima, claramente adquirir resposta para o problema da presente investigação, do mesmo modo atingir o objetivo referente à mesma.

A investigação através da descrição dos referidos assuntos abordados acima, pretende buscar resposta para a problemática desta pesquisa, assim como o alcance dos objetivos traçados na mesma.

Essa investigação esboça um estudo descritivo onde ele tem como apoio para o crescimento científico tanto da descrição, análise, bem como as respostas aos eventos ou até mesmo outro tipo de fenômenos diferentes, se há dentre os docentes que trabalham com surdos e suas práticas pedagógicas escolhidas para atender esses estudantes.

A presente investigação usou o modelo de desenho de cunho não-experimental que também é nomeado de modelo ou desenho, tendo como estratégia para assim adquirir informações, do mesmo modo para atingir os objetivos bem como as possíveis respostas para o problema da pesquisa, que de acordo com Sampieri, Collado e Lucio (2006), a pesquisa do tipo não-experimental divide-se em dois modelos que são eles: transversais e longitudinais. Desse modo a investigação usa o modelo de tipo transversal.

Segundo o dicionário Ferreira desenho e a (2004, p. 240), “representação de formas sobre uma superfície, Por meio de linhas, pontos e manchas; a arte e a técnica de representar, com lápis pincel, etc., um tema real ou imaginário, expressando a forma; forma, feitiço configuração; traçado projeto”. Entende-se que desenho é a maneira de expressar o que se deseja futuramente atingir através do seu esboço.

Para Hernández Sampieri et al (2013, p. 140), “o termo desenho se refere ao plano de ação ou estratégia criado para obter a informação que se deseja”.

Na visão de Thiollent (2007, p. 75), plano de ação é “para corresponder ao conjunto dos seus objetivos, a pesquisa ação deve se concretizar em alguma forma de ação planejada, objeto de análise, deliberação e avaliação”. Sendo dessa maneira, a pesquisa por si deve satisfazer a expectativa de suas finalidades por meio de sua organização planejada.

Hernández Sampieri et al (2006, p. 154), “o pesquisador deve por sua vez pensar, qual a maneira prática e concreta de responder às questões de pesquisa e de atender aos seus objetivos ou interesses”.

Nesse sentido, em consonância com Collado e Lucio (2013) a investigação usou o desenho como tática para alcançar as informações bem como para atingir os objetivos e respostas para o problema da pesquisa.

Conforme Hernández Sampieri et al (2013, p. 140) desenho é “quando a formulação do problema se tornou mais precisa, o alcance inicial da pesquisa foi definido”. Sendo assim, é através da elaboração da problemática que a pesquisa fica mais clara para se investigar.

O termo não-experimental compreende-se quando que algo não necessariamente precise de uma experiência, por motivo de sua existência no momento atual, por essa razão lógica não se tem há necessidade de nenhum experimento.

Sendo que esta pesquisa tem um desenho de cunho não-experimental que de acordo com Hernández Sampieri et al (2013, p. 181), a investigação não-experimental é usada “para o avanço do conhecimento e às vezes um tipo é mais apropriado que outro, dependendo do problema de pesquisa que iremos abordar”. Sendo que a investigação não-experimental está dividida em dois modelos que são eles transversal e longitudinal, sendo que a mesma adotou o modelo transversal.

Desse modo esta pesquisa tem um desenho de cunho não-experimental que de acordo com Hernández Sampieri et al (2006, p. 223), definem que a investigação é não-experimental no momento “que se realiza sem manipular deliberadamente as variáveis, ou seja, trata-se da pesquisa em que não fazemos variar intencionalmente as variáveis independentes”. Sendo que nesse tipo de investigação as variáveis não são induzidas, do mesmo modo que em hipótese alguma elas são dependentes.

Citando novamente os autores (2006), no que se referem à pesquisa não-experimental eles indicam que deve ser feito a observação dos fenômenos e de que forma eles se produzem, para assim em seguida serem analisados, pelo pesquisador que está observando.

Para Kerlinger (2002, p. 420), “na pesquisa não-experimental não é possível manipular as variáveis ou distribuir aleatoriamente os participantes ou tratamentos”. Visto que na pesquisa não-experimental as variáveis não podem sofrer qualquer tipo de manipulação.

A investigação é prestigiada na ótica dos autores Sampieri, Collado e Lucio (2013), quando ela é realizada sem a presença de variáveis, isto é, no momento que os estudos não tenham variação de forma com intencionalidade as variáveis não dependem para que seus efeitos sejam refletidos em outras variáveis.

Em suma a investigação não-experimental na concepção de Sampieri, Collado e Lucio (2013), é usada para o desenvolvimento do entendimento e também para um tipo bem mais adequado, levando em consideração qual o tipo de problema à pesquisa vai ser explorada.

Para Hernández Sampieri et al (2013), estudos descritivos e geralmente a meta do pesquisador é descrever fenômenos, situações, contextos e eventos; ou seja, detalhar como são e se manifestam. Os estudos descritivos buscam especificar as propriedades, as características e os perfis de pessoas, grupos, comunidades, processos, objetos ou qualquer outro fenômeno que se submete a uma análise. Ou seja, unicamente medir ou coletar informação de maneira independente ou conjunta sobre os conceitos ou as variáveis a que se referem, isto é, seu objetivo não é indicar como estas se relacionam.

Hernández Sampieri et al (2006, p. 224), afirmam que:

Ao contrário, em um estudo não-experimental não se constrói uma situação, mas se observam as situações já existentes, não provocadas intencionalmente pelo pesquisador. Na pesquisa não-experimental as variáveis independentes já ocorreram e não é possível manipulá-las; o pesquisador não tem controle direto sobre essas variáveis nem pode influí-las sobre, porque já aconteceram, assim como seus efeitos.

Nesse sentido, na pesquisa não-experimental o oposto do que se pensam os fatos não são construídos, mas sim eles são observados, ou seja, eles já existem e o pesquisador vai apenas observar os fatos na realidade. Ele o pesquisador, por sua vez não vai causar nenhuma novidade uma vez que já existe.

Transversal, entende-se que é algo ou alguma coisa que se desloca de um local para o outro, é aquele que se dispõe por meio de través, é o que se encontra por meio de algo.

A distinção em relação ao modelo transversal para os estudiosos Hernández Sampieri et al (2006, p. 226), é quando “coletam dados em um só momento, em um tempo único [...], seu objetivo é descrever comunidades, eventos, fenômenos ou contextos”. É o que pretende analisar sua incidência e inter-relação em dado momento.

A investigação para Alvarenga (2010, p. 49- 50):

Os estudos se realizam em ambientes naturais donde se encontra o problema a investigar, sem manipular variáveis. Não se supõe técnicas experimentais. A técnica de estudo preferentemente utilizada é a observação no contexto natural sobre fenômenos reais: fatos, fenômenos, entidades em geral. O investigador observa o fenômeno, motivo de seu estudo. O fenômeno já existia, é um estudo post facto, Examina e analisa as relações que se dão entre as variáveis. A observação se realiza em forma direta, porque os fenômenos observados estão presentes diante dos olhos do observador. O investigador observa a realidade para interpretar e compreender como acontecem os fenômenos e que sentidos têm esses acontecimentos. A observação se realiza de maneira programada de acordo os objetivos previstos. Para registrar as informações se pode fazer uso de instrumentos, tais como: caderno de registro, gravadora, filmadora, câmera fotográfica, etc.

Nesta direção, na pesquisa não-experimental no momento que o pesquisador for a realizar a sua investigação ele em tempo algum vai fazer algum tipo de experimento, pois não precisa uma vez que o que vai à verdade fazer é no geral observar a respeito dos fenômenos ou fatos que já existe, o estudioso irá verificar a problemática que lá se encontra, sem se quer precisar fazer alguma experiência.

Nessa perspectiva, buscou coletar informações no que se refere aos sujeitos que trabalha com educandos surdos na escola Deputado Abel Figueiredo no município de Mocajuba, qual o perfil desses profissionais, quais as suas práticas e metodologias no que se referem aqueles estudantes já mencionados e como é a relação de professor e aluno com surdez tanto no processo ensino-aprendizagem quanto como cidadãos.

O estudo realizado na presente pesquisa é o descritivo com enfoque qualitativo, uma vez que pretende concretizar a investigação sem manipular os dados que são peculiares aos professores que desenvolvem trabalhos com discentes surdos da escola bem como já fora citada antes, localizada no estado do Pará especificamente no município de Mocajuba.

Para os investigadores Hernández Sampieri et al (2006, p.100), a pesquisa descritiva tem como objetivo “em descrever situações, acontecimentos e feitos, isto é dizer como é se manifesta

determinado fenômeno”. Logo a finalidade da investigação que é fazer a descrição de um acontecimento da mesma forma fazer a descrição de um determinado acontecimento.

Danhke (1989) demonstra outro objetivo que fora (referido por Hernández Sampieri et al (2006, p.101), “os estudos descritivos procuram especificar as propriedades, as características e os perfis importantes de pessoas, grupos, comunidades ou qualquer outro fenômeno que se submete à análise”.

Desse modo, a pesquisa pretende assim verificar de maneira descritiva as peculiaridades dos docentes que estão trabalhando em sala de aula com os educandos surdos da referida escola supracitada da rede municipal de ensino, assim como ocorre o a interação entre professor e educando.

A pesquisa descritiva como o nome já indica é que vai narrar algo, na concepção de Alvarenga (2010, p. 40): “Os objetivos deste tipo de investigação são descrever situações. Estão direcionados a determinar como são ou como se manifestam as variáveis em uma determinada situação. Procura descrever os fenômenos em estudo, a descrição pode ser mais ou menos profunda”. Sendo assim esse tipo de investigação a sua finalidade é contar as situações, é característica dessa pesquisa procurar descrever os acontecimentos os quais estão sendo explorados.

Na afirmação de Vergana (2003), a pesquisa descritiva mostra a peculiaridade seja de uma população ou de certo fenômeno que ocorrer, podendo ser ligado entre as variáveis e conceituando o seu próprio natural.

Quando se fala em pesquisa Gil (2006), descritiva ela por si tem como fim fundamental em descrever as características tanto de uma população, quanto de um fenômeno.

Contudo, segundo Andrade (2009, p. 114), “os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem que o pesquisador interfira neles. Isso significa dizer que os fenômenos do mundo físico e humano são estudados, mas não são manipulados pelo pesquisador”.

Observam-se mesmo cada autor expando suas ideias com palavras diferentes, contudo há um determinado sentido na aproximação em seus conceitos, referente à pesquisa descritiva entre eles os estudiosos Vergara (2003), Gil (2006) e Andrade (2009), sendo assim todas as concepções expõe a respeito das características tanto de uma população ou até mesmo o fenômeno, levando em conta as variáveis junto com a sua natureza. Todavia Andrade (2009)

demonstra uma não igualdade dentre os dois autores citados ele enfatiza uma vez que os acontecimentos sejam observados, analisados, registrados, classificados ou interpretados os mesmo não têm que serem influenciado tão pouco manipulado pelo pesquisador.

A pesquisa procura fazer a descrição em relação aos aspectos que são eles social, histórico, cultural e econômico, sendo que os quais ajudaram no desenvolvimento quanto ao trabalho do profissional dos mais variados distinto professores que estão junto a esse tipo de serviço, tendo em vista a formação do docente sendo uma solução para a problemática.

É por meio da pesquisa que é feita a descrição dos temas organizados já citado acima, claramente adquirir resposta para o problema da presente investigação, do mesmo modo atingir o objetivo referente à mesma.

A investigação através da descrição dos referidos assuntos abordados acima, pretende buscar resposta para a problemática desta pesquisa, assim como o alcance dos objetivos traçados na mesma.

Essa investigação esboça um estudo descritivo onde ele tem como apoio para o crescimento científico tanto da descrição, análise, bem como as respostas aos eventos ou até mesmo outro tipo de fenômenos diferentes, se há dentre os docentes que trabalham com surdos e suas práticas pedagógicas escolhidas para atender esses estudantes.

De acordo com Hernández Sampieri et al (2006), definir qual a melhor forma correta de coletar os dados de acordo com o tipo de enfoque juntamente com o contexto que está envolvendo a pesquisa, implica em organizar os instrumentos ou método de fazer a coleta dos dados e em seguida aplicar esses instrumentos.

Na opinião científica descrever significa coleta dos dados para os qualitativos, coletar informações. “Isto é, em um estudo descritivo seleciona-se uma série de questões e mede-se ou coleta-se informação sobre cada uma delas, para assim (vale a redundância) descrever o que se pesquisa”, Hernández Sampieri et al (2006, p. 101). Nesse sentido, no estudo descritivo primeiramente faz a seleção de uma determinada quantia de questão e em seguida, para poder medir e até mesmo coletar as informações no que diz respeito a cada uma delas.

Nesse direcionamento, a pesquisa usou o enfoque qualitativo, do mesmo modo que os dados qualitativos tiveram que seguir um processo e organização de jeito esclarecedor, facilitando aos leitores o entendimento a respeito da temática uma vez quando estiverem em contato com a leitura associada.

A investigação utiliza a abordagem qualitativa que foi eleita para a concretização da mesma, tendo como pretensão de conhecer meios para o crescimento a respeito do problema, assim também justificar a concretude dessa pesquisa.

O presente trabalho tem a intenção de apurar mais de perto constatar com detalhe e saber em relação às pessoas que estão relacionadas com os educando surdos, como acontece em seu ambiente natural (que no caso é a escola), para assim adquirir conhecimentos no que se refere ao estudo do fenômeno investigado.

Para Alvarenga (2010, p. 50):

A investigação qualitativa geralmente se dá em um ambiente natural, onde se encontram os indivíduos envolvidos no estudo, a fim de obter um conhecimento profundo do fenômeno estudado. Realizam-se descrições detalhadas das manifestações de conduta das pessoas, das interações entre as mesmas, das situações, do ambiente, é dizer, do contexto que rodeia aos sujeitos estudados, levando em conta o padrão cultural.

Sendo assim a pesquisa qualitativa no modo geral ela torna concreta, quando a mesma acontece em um ambiente natural, nesse sentido com a presença de pessoas os quais estejam interagindo diretamente com o estudo proposto, tendo como finalidade adquirir um conhecimento com mais profundidade no que tange o fenômeno que está em estudo.

Investigação qualitativa bem como define Patton (1980, 1990, p.11), “define os dados qualitativos como descrições detalhadas de situações, eventos, pessoas, interações, condutas observadas e suas manifestações”. A pesquisa qualitativa, ela dá à definição como se fosse fazer de cada fenômeno uma descrição particular referente a um por vez, seja de pessoas, eventos dentre outros.

A pesquisa é qualitativa de acordo com os dizeres de Hernández Sampieri et al (2006, p. 10):

Envolvem a coleta de dados utilizando técnicas que não pretendem medir nem associar as medições a números, tais como observação não-estruturada, entrevistas abertas, revisão de documentos, discussão em grupo, avaliação de experiências pessoais, inspeção de histórias de vida, análise semântica e de discursos cotidianos, interação com grupos ou comunidades e introspecção.

No tipo de pesquisa qualitativa nela as técnicas em momento algum têm a finalidade medir e tão pouco fazer relação com as medidas no que se refere a números, ou seja, o que estiver aproximação com quantidade, assim como o nome já indica, ela é qualitativa e não quantitativa.

De tal modo, tendo consideração aos pensamentos convergem entre si demonstrados pelos autores, bem como Hernández Sampieri et al (2006), Alvarenga (2010) e Patton (1980, 1990), a relativa pesquisa usou o enfoque qualitativo que por meio da coleta dos dados, empenhou-se a entender sobre os fenômenos que sucedem entre os professores que trabalham com educandos surdos no ambiente escolar, tendo em vista o que lhes cabem o perfil, metodologia, relação dele com o discente, postura e formação.

Um dos elementos que são de suma importância na metodologia é o chamado modelo que por sua vez está voltado no que diz respeito ao plano que vai ser postas em execução ou até mesmo táticas para atingir sua finalidade.

Na visão dos autores Hernández Sampieri et al (2016, p. 154):

O termo modelo se refere ao plano de ação ou estratégia criado para obter a informação que se deseja. O modelo mostra ao pesquisador o que ele deve fazer para alcançar seus objetivos de estudo e para responder às questões de conhecimento propostas.

Nesse direcionamento, no que se refere ao modelo que pode ser nomeado tanto de plano ação quanto de estratégia, ele serve de demonstração para que a pessoa investigadora obtenha as suas finalidades na pesquisa a qual está desenvolvendo, do mesmo modo respondendo as perguntas que foram elaboradas.

Com base nos autores supracitados, a presente investigação usou o modelo de desenho de cunho não-experimental que também é nomeado de modelo ou desenho, tendo como estratégia para assim adquirir informações, do mesmo modo para atingir os objetivos, bem como as possíveis respostas para o problema da pesquisa, que de acordo com Sampieri, Collado e Lucio (2006), a pesquisa do tipo não-experimental divide-se em dois modelos que são eles: transversais e longitudinais. Desse modo a investigação usa o modelo de tipo transversal.

Hernández Sampieri et al (2006, p. 154), “o pesquisador deve por sua vez pensar, qual a maneira prática e concreta de responder às questões de pesquisa e de atender aos seus objetivos ou interesses”.

Entende-se por desenho segundo o dicionário Ferreira (2004, p. 240), “representação de formas sobre uma superfície, Por meio de linhas, pontos e manchas; a arte e a técnica de representar, com lápis pincel, etc., um tema real ou imaginário, expressando a forma; forma, feição configuração; traçado projeto”. Entende-se que desenho é a maneira de expressar o que se deseja futuramente atingir através do seu esboço.

Para Hernández Sampieri et al (2013, p. 140), “o termo desenho se refere ao plano de ação ou estratégia criado para obter a informação que se deseja”.

Na visão de Thiollent (2007, p. 75), plano de ação é “para corresponder ao conjunto dos seus objetivos, a pesquisa ação deve se concretizar em alguma forma de ação planejada, objeto de análise, deliberação e avaliação”. Sendo dessa maneira, a pesquisa por si deve satisfazer a expectativa de suas finalidades por meio de sua organização planejada.

Nesse sentido, em consonância com Collado e Lucio (2013) a investigação usou o desenho como tática para alcançar as informações bem como para atingir os objetivos e respostas para o problema da pesquisa.

Conforme Hernández Sampieri et al (2013, p. 140) desenho é “ quando a formulação do problema se tornou mais precisa, o alcance inicial da pesquisa foi definido”. Sendo assim, é através da elaboração da problemática que a pesquisa fica mais clara para se investigar.

Sendo que esta pesquisa tem um desenho de cunho não-experimental que de acordo com Hernández Sampieri (2013, p. 181), a investigação não-experimental é usada “para o avanço do conhecimento e às vezes um tipo é mais apropriado que outro, dependendo do problema de pesquisa que iremos abordar”. Sendo que a investigação não-experimental está dividida em dois modelos que são eles transversal e longitudinal, sendo que a mesma tem modelo transversal.

Assim sendo esta pesquisa tem um desenho de cunho não-experimental que de acordo com Hernández Sampieri et al (2006, p. 223), definem que a investigação é não-experimental no momento “ que se realiza sem manipular deliberadamente as variáveis, ou seja, trata-se da pesquisa em que não fazemos variar intencionalmente as variáveis independentes”. Sendo que nesse tipo de investigação as variáveis não são induzidas, do mesmo modo que em hipótese alguma elas são dependentes.

Citando novamente Hernández Sampieri et al (2006), no que se referem à pesquisa não-experimental eles indicam que deve ser feito a observação dos fenômenos e de que forma eles se produzem, para assim em seguida serem analisados, pelo pesquisador que está observando.

Para Kerlinger (2002, p. 420), “na pesquisa não-experimental não é possível manipular as variáveis ou distribuir aleatoriamente os participantes ou tratamentos”. Visto que na pesquisa não-experimental as variáveis não podem sofrer qualquer tipo de manipulação.

A investigação é prestigiada na ótica dos autores Hernández Sampieri et al (2013), quando ela é realizada com a ausência de variáveis, isto é, no momento que os estudos não tenham variação de forma com intencionalidade as variáveis não dependem para que seus efeitos sejam refletidos em outras variáveis.

Em suma a investigação não-experimental na concepção de Hernández Sampieri et al (2013), é usada para o desenvolvimento do entendimento e também para um tipo bem mais adequado, levando em consideração qual o tipo de problema à pesquisa vai ser explorada.

Estudos descritivos, na visão de Hernández Sampieri et al (2013, p. 102):

Geralmente, a meta do pesquisador é descrever fenômenos, situações, contextos e eventos; ou seja, detalhar como são e se manifestam. Os estudos descritivos buscam especificar as propriedades, as características e os perfis de pessoas, grupos, comunidades, processos, objetos ou qualquer outro fenômeno que se submete a uma análise. Ou seja, unicamente medir ou coletar informação de maneira independente ou conjunta sobre os conceitos ou as variáveis a que se referem, isto é, seu objetivo não é indicar como estas se relacionam.

Sendo assim a pessoa que faz pesquisa descritiva, ela tem em mente como fazer a descrição dos acontecimentos bem como dos fenômenos que ocorrerá e também detalhar sobre o seu acontecimento, quem são eles e como se apresentam, nesse sentido os estudos descritivos procuram fazer a especificação quando se refere à propriedade, do mesmo modo as características e perfis das pessoas, grupos e até objetos.

Hernández Sampieri et al (2006, p. 224), afirmam que:

Ao contrário, em um estudo não-experimental não se constrói uma situação, mas se observam as situações já existentes, não provocadas intencionalmente pelo pesquisador. Na pesquisa não-experimental as variáveis independentes já ocorreram e não é possível manipulá-las; o pesquisador não tem controle direto sobre essas variáveis nem pode influí-las sobre, porque já aconteceram, assim como seus efeitos.

Nesse sentido, na pesquisa não-experimental o oposto do que se pensam os fatos não são construídos, mas sim eles são observados, ou seja, eles já existem e o pesquisador vai apenas observar os fatos na realidade. Ele o pesquisador, por sua vez não vai causar nenhuma novidade uma vez que já existe.

A distinção em relação ao modelo transversal para os estudiosos Hernández Sampieri et al (2006, p. 226), é quando “coletam dados em um só momento, em um tempo único [...] seu objetivo é descrever comunidades, eventos, fenômenos ou contextos”. Outra finalidade é analisar sua incidência e inter-relação em dado momento.

A investigação para Alvarenga (2010, p. 49- 50):

Os estudos se realizam em ambientes naturais donde se encontra o problema a investigar, sem manipular variáveis. Não se supõe técnicas experimentais. A técnica de estudo preferentemente utilizada é a observação no contexto natural sobre fenômenos reais: fatos, fenômenos, entidades em geral. O investigador observa o fenômeno, motivo de seu estudo. O fenômeno já existia, é um estudo post facto, Examina e analisa as relações que se dão entre as variáveis. A observação se realiza em forma direta, porque os fenômenos observados estão presentes diante dos olhos do observador. O investigador observa a realidade para interpretar e compreender como acontecem os fenômenos e que sentidos têm esses acontecimentos. A observação se realiza de maneira programada de acordo a objetivos previstos. Para registrar as informações se pode fazer uso de instrumentos, tais como: caderno de registro, gravadora, filmadora, câmera fotográfica, etc.

Nesta direção, na pesquisa não-experimental no momento que o pesquisador for a realizar a sua investigação ele em tempo algum vai fazer algum tipo de experimento, pois não precisa uma vez que o que vai à verdade fazer é no geral observar a respeito dos fenômenos ou fatos que já existe, o estudioso irá verificar a problemática que lá se encontra, sem se quer precisar fazer alguma experiência.

Nessa perspectiva, buscou coletar informações no que se refere aos sujeitos que trabalha com educandos surdos na escola Deputado Abel Figueiredo no município de Mocajuba, qual o perfil desses profissionais, quais as suas práticas e metodologias no que se referem aqueles

estudantes já mencionados aqui por várias vezes e como é a relação de professor e aluno com surdez tanto no processo ensino-aprendizagem quanto como cidadãos.

O estudo realizado na presente pesquisa é o descritivo com enfoque qualitativo, uma vez que pretende concretizar a investigação sem manipular os dados que são peculiares aos professores que desenvolvem trabalhos com discentes surdos da escola bem como já fora citada antes, localizada no estado do Pará especificamente no município de Mocajuba.

Para os estudiosos nessa área do conhecimento Hernández Sampieri et al (2006, p.100), a pesquisa descritiva tem como objetivo “em descrever situações, acontecimentos e feitos, isto é dizer como é se manifesta determinado fenômeno”. Nesse sentido, se faz necessário a descrição dos acontecimentos e explicar com clareza e segurança, de que forma acontece certo fenômeno.

Danhke (1989) demonstra outro objetivo que fora (referido por Hernández Sampieri et al (2006, p.101), “os estudos descritivos procuram especificar as propriedades, as características e os perfis importantes de pessoas, grupos, comunidades ou qualquer outro fenômeno que se submete à análise”.

Desse modo, a pesquisa pretende assim verificar de maneira descritiva as peculiaridades dos docentes que estão trabalhando em sala de aula com os educandos surdos da referida supracitada da rede municipal de ensino, assim como ocorre o a interação entre professor e aluno.

A pesquisa descritiva como o nome já indica é que vai narrar algo, na concepção de Alvarenga (2010, p. 40):

Os objetivos deste tipo de investigação são descrever situações. Estão direcionados a determinar como são ou como se manifestam as variáveis em uma determinada situação. Procuram descrever os fenômenos em estudo. A descrição pode ser mais ou menos profunda, se baseia na medição das variáveis.

Nesse tipo de investigação a sua finalidade é contar as situações, no mesmo sentido se explica de que maneira as variáveis podem se manifestarem em certa circunstância esse tipo de pesquisa procura descrever os acontecimentos os quais estão sendo explorados.

Na afirmação de Vergana (2003), a pesquisa descritiva mostra a peculiaridade seja de uma população ou de certo fenômeno que ocorrer, podendo ser ligado entre as variáveis e conceituando o seu próprio natural.

Já para Gil (2006), quando se fala em pesquisa descritiva ela por si tem como fim a fundamental em descrever as características tanto de uma população, quanto de um fenômeno, ou até mesmo a relação entre as próprias variáveis.

Contudo, segundo Andrade (2009, p. 114):

Os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem que o pesquisador interfira neles. Isso significa dizer que os fenômenos do mundo físico e humano são estudados, mas não são manipulados pelo pesquisador.

Nesse direcionamento os fatos que são observados, registrados, analisados, classificados e tão iguais interpretados, onde o pesquisador em momento algum pode ter algum tipo de interferência. Embora os fenômenos físicos e também humanos possam ser estudados, porém nunca manipulados pelo seu investigador.

Observa-se que há um confronto nas ideias conceituais referente à pesquisa descritiva entre os estudiosos Vergara (2003), Gil (2006) e Andrade (2009), sendo assim todas as concepções expõe a respeito das características tanto de uma população ou até mesmo o fenômeno, levando em conta as variáveis junto com a sua natureza. Todavia Andrade (2009) demonstra uma não igualdade dentre os dois autores citados ele enfatiza uma vez que os acontecimentos sejam observados, analisados, registrados, classificados ou interpretados os mesmo não têm que serem influenciado tão pouco manipulado pelo pesquisador.

A pesquisa procura fazer a descrição em relação aos aspectos que são eles social, histórico, cultural e econômico, sendo que os quais ajudaram no desenvolvimento quanto ao trabalho do profissional dos mais variados distintos professores que estão junto a esse tipo de serviço, tendo em vista a formação do docente sendo uma solução para a problemática.

É por meio da pesquisa que é feita a descrição dos temas organizados já citado acima, claramente adquirir resposta para o problema da presente investigação, do mesmo modo atingir o objetivo referente à mesma.

A investigação através da descrição dos referidos assuntos abordados acima, pretende buscar resposta para a problemática desta pesquisa, assim como o alcance dos objetivos traçados na mesma.

Essa investigação esboça um estudo descritivo onde ele tem como apoio para o crescimento científico tanto da descrição, análise, bem como as respostas aos eventos ou até

mesmo outro tipo de fenômenos diferentes, se há dentre os docentes que trabalham com surdos e suas práticas pedagógicas escolhidas para atender esses estudantes.

De acordo com Sampieri, Collado e Lucio (2006), definir qual a melhor forma correta de coletar dados de acordo com o tipo de enfoque juntamente com o contexto que está envolvendo a pesquisa, implica em organizar os instrumentos ou método de fazer a coleta dos dados e em seguida aplicar esses instrumentos.

Nos dizeres de Sampieri, Collado e Lucio (2006, p. 101):

Na opinião científica descrever significa coleta dos dados para os qualitativos, coletar informações. Isto é, em um estudo descritivo seleciona-se uma série de questões e mede-se ou coleta-se informação sobre cada uma delas, para assim (vale a redundância) descrever o que se pesquisa.

Nesse direcionamento, a pesquisa usou o enfoque qualitativo, do mesmo modo que os dados qualitativos tiveram que seguir um processo e organização de jeito esclarecedor, facilitando aos leitores o entendimento a respeito da temática uma vez quando estiverem em contato com a leitura associada.

Nessa investigação é utilizada a abordagem qualitativa que foi eleita para a concretização da mesma, tendo como pretensão de conhecer meios para o crescimento a respeito do problema, sendo assim também justificar a concretude dessa pesquisa.

O presente trabalho tem a intenção de apurar mais de perto constatar com detalhe e saber em relação aos educadores que estão relacionadas com os educando surdos, como acontece em seu ambiente natural (que no caso é a escola), para posteriormente adquirir conhecimentos no que se refere ao estudo do fenômeno investigado.

Para Alvarenga (2010, p. 50):

A investigação qualitativa geralmente se dá em um ambiente natural, onde se encontram os indivíduos envolvidos no estudo, a fim de obter um conhecimento profundo do fenômeno estudado. Realizam-se descrições detalhadas das manifestações de conduta das pessoas, das interações entre as mesmas, das situações, do ambiente, é dizer, do contexto que rodeia aos sujeitos estudados, levando em conta o padrão cultural.

Investigação qualitativa bem como define (Patton, 1980 1990, p.11), “define os dados qualitativos como descrições detalhadas de situações, eventos, pessoas, interações, condutas

observadas e suas manifestações”. A pesquisa qualitativa, ela da à definição como se fosse fazer de cada fenômeno uma descrição particular referente um por vez, seja de pessoas, eventos dentre outros.

A pesquisa é qualitativa na visão de Sampieri, Collado e Lucio (2006, p. 10) porque:

Envolvem a coleta de dados utilizando técnicas que não pretendem medir nem associar as mediações a números, tais como observação não-estruturada, entrevistas abertas, revisão de documentos, discussão em grupo, avaliação de experiências pessoais, inspeção de histórias de vida, análise semântica e de discursos cotidianos, interação com grupos ou comunidades e introspecção.

No tipo de pesquisa qualitativa nela as técnicas em momento algum têm a finalidade medir e tão pouco fazer relação com as medidas no que se refere a números, ou seja, o que estiver aproximação com quantidade, assim como o nome já indica, ela é qualitativa e não quantitativa.

De tal modo, tendo consideração aos pensamentos convergem entre si demonstrados pelos autores, bem como Sampieri; Collado; Lucio (2006), Alvarenga (2010) e Patton (1980, 1990), a relativa pesquisa usou o enfoque qualitativo que por meio da coleta dos dados, empenhou-se a entender sobre os fenômenos que sucedem entre os professores que trabalham com educandos surdos no ambiente escolar, tendo em vista o que lhes cabem o perfil, metodologia, relação dele com o discente, postura e formação.

2.1.7 Delimitando sobre a pesquisa

A investigação foi concretizada no Brasil, mas especificamente no estado do Pará no município de Mocajuba na unidade de ensino denominada Escola Municipal de Ensino Fundamental Deputado Abel Figueiredo, localizada na Rua, 15 de novembro, nº 191 no bairro da cidade nova, Cep 68420-000. Sendo que a foto acima representa a escola bem como onde permanece.

A Escola Deputado Abel Figueiredo é uma instituição da rede do município, que é mantida pelo órgão da prefeitura local juntamente com a Secretaria Municipal de Educação - Semed, com os informes dos repasses da merenda escolar e demais recursos financeiros os quais a escola luta para consegui-los. Nesse sentido, uma vez ao ano ela recebe verba do Programa

Dinheiro Direto na Escola - PDDE, que é um recurso reservado para fazer compras de objetivos tanto de permanência quanto de uso diário, além do quê, só no ano de 2010 que começou a fazer a parte do outro recurso que é nomeado de Plano de Desenvolvimento da Escola - PDE, dirigido a concretização de ações com planejamentos quanto de prioridades no que cita no desenvolvimento do processo de ensino dos educandos. Do mesmo modo, que a escola conta com demais recursos extras que são obtidos por meio de seus próprios eventos internos que é a festa junina, que são as vendas internas de comidas típicas que sucedem dentro da mesma exemplificando.

A referida escola da iniciativa que a educação é uma peça fundamental quanto a formação da pessoa, contudo para que seja de fato concretizado se faz imperativo levar em conta o contexto o qual envolve o proceso educacional, realizando um perfil pedagógico que esteja em sintonia com a sua própria identidade junto a colaboração dos segmentos voltada para o diálogo repassando assim obrigação no sentido de assumir um acordo no que se volta a proposta pedagógica da relatada instituição.

Em 03 de abril de 1982 sucedeu a fundação dessa unidade de ensino, nesse sentido a instituição de ensino foi reconhecida no dia 20 de novembro de 1996, atualmente trabalha com o Ensino Fundamental que é do 1º ao 9º Ano, o antigo de 1ª a 8ª série, adjacente com as modalidades da Educação Especial - Ed. Esp. e Educação de Jovens e Adultos - EJA, recebendo em média 780 (setecentos e oitenta) estudantes, sendo que são distribuídos por turmas, nas quais 26 (vinte e seis) delas está no ensino regular, 02 são direcionadas para o atendimento de educandos com necessidades especiais que na Educação Especial e 02 estudam na EJA e 46 (quarenta e seis) docentes. Diante dessa repartição a referida escola, vem assim desenvolvendo o seu trabalho de maneira organizada, uma vez que os seu quadro de funcionário desenvolvem suas atividades, sendo cada um na sua categoria.

A referida instituição é nomeada de Escola Deputado Abel Figueiredo teve esse nome em homenagem ao educador paraense, que foi o Dr. Abel Nunes de Figueiredo, por esse motivo que tem essa denominação, sendo que a tal homenagem foi feita pela sua filha Marilda Nunes que era esposa do governador Alacid Nunes daquela época.

A escola tem como filosofia Formação Cidadã, recebe esse nome pois tem como objetivo formar cidadãos críticos, sendo autores de sua própria história, sabendo dos seus direitos e deveres bem como de estudantes assim como de cidadão, repassando nesse sentido para que os

mesmos sejam capazes de serem sujeitos ativos e não passivos. Se baseia no pensador brasileiro e educador Paulo Freire, tanto que a frase Formação Cidadã, surge do livro do referido autor que é intitulado de Pedagogia da Autonomia.

A instituição adotou a metodologia renovadora, porque acredita que é importante trabalhar no ensinamento da mesma, porém não abandona a tradicional pois através dela cultiva o respeito e os bons princípios que são fundamentais para os estudantes exercerem quanto mais cedo melhor para o relacionamento harmonioso dentro a comunidade escolar.

A escola Deputado Abel Figueiredo dispõe de alguns projetos dentre eles está o Projeto Piloto que é destinado aos 4º e 5º ano e tem como finalidade desenvolver a habilidade da escrita, sendo que o educando desenvolva o lado da escrita, que no momento que estiver na 6º ano que é a antiga 5ª série ele saiba escrever bem sem ter dificuldade no momento que for utilizar a escrita. Tendo em vista, que é nessa série que eles enfrentam grande barreira.

Outro projeto que faz parte desse fragmento é o Trilha da Leitura , assim como a Leitura e Escrita que vai despertar o estudante o prazer de ler e escrever e o projeto mais recenté é o do Esporte o qual exige de regra para que interessados participem , sendo que os participantes por sua vez tem que ter boas notas e mante-las. Nesse projeto o objetivo dele é para diminuir o número de evasão escolar, sabendo que a escola passou por um tempo com um número de evasores, o número de repetência e reprovação sejam menores.

Nesse direcionamento, observa que a escola possui além de uma responsabilidade e comprometimento no que se refere ao ensino, da mesma ela também se preocupa em ter a implementação de outros projetos que por meio deles os estudantes são beneficiados aprendendo com mais ênfase na leitura e escrita, assim como saber mais sobre regra e valores que estão posto nos projetos.

Por meio da pesquisa na EMEF Deputado Abel Figueiredo tem o objetivo de analisar quais as contribuições da Língua Brasileira de Sinais Libras na formação dos educadores que trabalham com educandos Surdos localizado no município de Mocajuba, levando em consideração expectativa, metodologia, relação entre docente e discente, desse profissional em sala de aula.

O trabalho concretizado tem como alvo os professores que trabalham com educandos surdos da EMEF Deputado Abel Figueiredo no município de Mocajuba no estado do Pará, que possui diversos tipos de funcionários no seu quadro de profissionalismo, admitindo assim suas

particularidades, limites, perspectiva, formação específica e necessidades de cada um. Tendo como finalidade analisar as contribuições da Língua Brasileira de Sinais - na formação dos educadores que trabalham com educandos surdos.

Figuras 22, 23 e 24: Da Escola Municipal Deputado Abel Figueiredo



Fonte: Luciane Lopes, 2017.

2.2 POPULAÇÃO PARTICIPANTE

A presente pesquisa é do tipo descritivo e acompanha o enfoque qualitativo, logo a população foi selecionada os docentes que trabalham com educandos surdos nos 1º, 6º e 7º Ano,

na EMEF Deputado Abel Figueiredo situada no município de Mocajuba no estado do Pará Região Norte, esses docentes são os sujeitos desse trabalho.

De acordo com Sampieri, Collado e Lucio (2006, p. 253) afirma sobre população que “um estudo não será melhor por ter uma população maior, a qualidade de um trabalho baseia-se em delimitar claramente a população com base nos objetivos do estudo”. Nesse sentido, não necessariamente é preciso ter uma população numerosa, sendo o que importa é saber defini – lá e por conseguinte ter um excelente trabalho. Alvarenga (2010, p. 65) colabora quando ressalta no momento “quando a população é pequena não se toma amostra, trabalha-se com a população total”. Nesse entendimento, embora a população não seja tão grande, o recomendado é considerar a sua totalidade.

Conforme Alvarenga (2010, p. 64 - 65) população “que comporá o estudo, na qual se apresentam as características que se deseja estudar, e a qual se generalizará o resultado do estudo. É formado pelo conjunto de pessoas ou casos que integra a comunidade a ser estudada”. Sendo assim, é por meio da população que se tem o resultado do estudo.

Segundo Gonzaléz, Fernández e Camargo (2010, p. 22) no que tange população “é qualquer conjunto de elementos, finito ou infinito, definido por uma ou mais características, que tem todos os elementos em comum que os compõem somente entre eles”. Com a contribuição de Lakatos e Marconi (2011, p. 27) afirma que população é “o conjunto de seres animados ou inanimados que apresentam pelo menos uma característica em comum”. Sendo dessa maneira, população é um conjunto seja esse finito ou infinito e da mesma forma fazem parte dela, tato seres animado quanto inanimado.

Desse modo, tendo em vista em responder os objetivos da pesquisa, temos como população participante:

Todos os 19 (dezenove) educadores, sendo assim, as respostas atingidas serão de grande confiabilidade e validade diante da análise aqui em proposta. A seleção dos sujeitos em estudo a pesquisa foi com os docentes que trabalham com educandos surdos nos 1º, 6º e 7º Ano na EMEF Deputado Abel Figueiredo. Dessa forma estudo dirigido por Sampieri, Collado e Lucio (2006, p. 253), aborda que “para o enfoque qualitativo, as populações devem situar-se claramente ao redor de suas características de conteúdo, de lugar e no tempo”. Nesse direcionamento, é importante realçar que de acordo o enfoque qualitativo a população deve ser clara, no que se refere a sua peculiaridade

Dessa maneira, a pesquisa foi concretizada no corrente ano letivo no segundo semestre de novembro de 2017, onde os 19 (dezenove) docentes que trabalham com educandos surdos nos 1º, 6º e 7º Ano responderam o que lhes foram solicitados sendo participantes espontâneos, nesse sentido, logo sem nenhum fim lucrativo. Tendo como finalidade de adquirir informação através da coleta de informações proporcionada pelo sujeito em pesquisa. A referida escola tem no total 46 (quarenta e seis) docentes que nela trabalham no modo geral, contudo, dos 19 (dezenove) docentes sujeitos da investigação somente 08 (oito), participaram dela responderam ao instrumento de maneira espontânea e dentro do ambiente escolar e os demais ausentes 11 (onze) deles, fui até a casa para levar o documento e assim depois marcavam pra buscá-los já respondidos.

2.3 TÉCNICAS E INSTRUMENTOS DA COLETA DE DADOS

Para concretizar a coleta de dados da pesquisa, foi utilizada a técnica de observação estruturada/sistemática e o guia de entrevista com perguntas abertas, assim construídas de acordo o (apêndice 01).

Sendo que a validação dos instrumentos de coleta de dados, forma feitos tanto guia de entrevista como o guia de questões somente fechadas direcionadas a população participante que são os docentes que trabalham com discentes surdos nos 1º, 6º e 7º ano, conforme o tema, a problemática, o objetivo geral, da mesma forma os objetivos específicos desta investigação.

Em seguida, a análise foi encaminhada para os doutores em educação sendo o Professor Dr. Ph.D. em Pedagogia Antonio Hernández Fernández, o Professor Dr. Ph.D. em Pedagogia José Antonio Torres González e mais outro professor doutor igualmente na área educacional, com o intuito de verificar no que tange a adequação e coerência nas questões formuladas da mesma forma os objetivos que faz referência a cada uma delas, assim também a clareza na elaboração de uma por uma da pergunta. Para lembrar os docentes que tiveram participação sobre a validação dos instrumentos de coleta de dados têm vasto conhecimento, da mesma forma trabalham e investigam em relação ao tema dessa pesquisa.

Nesse sentido, segue abaixo o apêndice 01 (um), da mesma forma os guias de entrevistas direcionados aos educadores que trabalham com educandos surdos nos 1º, 6º e 7º ano.

Neste trabalho desenvolveu a utilização da técnica de observação foi feita para averiguar a metodologia que o docente usa é coerente a realidade do estudante surdo, sendo que a observação foi realizada nas salas que os educandos com surdez estavam estudando, lembrando que eles estavam em turnos diferentes sendo que 02 (dois) estudavam pela manhã e 01 (um) estudava no período da tarde. A observação foi de grande importância, pois foi um momento em que foram observados em sala de aula a respeito que tipo de metodologia o professor trabalha para ensinar o estudante surdo.

2.3.1 Técnica de observação estruturada/sistemática

Observar é algo muito importante e exige uma extrema atenção, atenção essa que requer do observador um olhar bem atentamente, solicita também a dele fazer a observação o máximo de detalhes a respeito do estudo em questão. Observar é quando o pesquisador se une ao que está sendo estudado e se aproxima mais do.

Conforme González, Fernández e Camargo (2014, p. 28), observação “é um procedimento seguido quando os dados são obtidos em contextos naturais com mínimo controle”. Sendo assim, a observação ela surge em sua contextualização o mais natural possível, aparecendo da forma adequada, sem quase nenhuma interferência.

Quando se refere à observação estruturada/sistemática no que tange aos estudos de Lakatos e Marconi (2003, p. 193), afirmam que “o observador sabe o que procura e o que carece de importância em determinada situação; deve ser objetivo, reconhecer possíveis erros e eliminar sua influência sobre o que vê ou recolhe”. Na visão de Kauark, Manhães e Medeiros (2010, p. 104) ainda sobre a observação, afirmam que “tem planejamento, é realizada em condições controladas para responder aos propósitos preestabelecidos. É utilizada com frequência em pesquisas que têm como objetivo a descrição precisa dos fenômenos ou o teste de hipóteses”.

Nesse sentido, a pessoa que vai fazer a observação antes de ir para o campo de pesquisa ela já sabe qual é a sua finalidade ao usufruir essa técnica, está ciente e do mesmo modo saber a relevância em certos momentos, a possibilidade de identificar o que não é certo e posteriormente excluir-lo. Assim também, a observação requer um planejamento antes de sua concretização e igualmente é de sua característica descrever em relação aos acontecimentos.

Usou para a coleta de dados a técnica de observação que foi realizada em sala de aula as quais os surdos estavam inseridos, para observar que metodologia o professor usa em sala de aula quando ele tem um estudante com surdez, assim também o relacionamento entre estudante não surdo com estudante surdo e professor com os discentes seja surdo ou ouvinte, visualizar por meio da observação o que acontece de fato no ambiente da sala escolar no momento que eles estão estudando. Enfatizando que no período da observação foi anotado tudo o que sucedeu e no tempo real das coisas, a observação feita em 03 (três) salas distintas sendo a primeira observação foi na sala do 6º Ano, pela manhã, depois de feita a observação nessa classe, foi realizada a segunda observação que foi na turma do 1º Ano na Educação Inclusiva, no horário da manhã e por fim, a terceira observação concretizada no 7º Ano no turno da tarde, logo duas turmas no turno da manhã e uma no turno do tarde, uma vez que os surdos estavam estudando em salas diferentes, pois cada um estava em série e sala não igual.

Sobre as finalidades da observação de acordo com Grinnell (1997), ela tem a finalidade de estudar ambientes, assim como contextos e para Platoon (2002), é descrever comunidades, do mesmo modo as atividades desenvolvidas neste, as pessoas que fazem participam das atividades e o que significa.

Estudos sob a orientação de Alvarenga (2010, p. 83) afirmam que:

A observação é um registro visual do que ocorre em uma situação real. A observação é um método de investigação e, ao mesmo tempo, técnica de coleta de dados. Como método, orienta de maneira teórica e racional como proceder no momento da observação. Como técnica, refere-se à maneira prática da coleta de dados.

Assim sendo, a observação sucede por meio da visão, pois ela vai visualizar e tudo o que está acontecendo no mesmo instante que as coisas vão procedendo, ou seja, em tempo real dos fatos, adiante exemplo do o que foi observado em sala de aula, a professora escreveu sobre o assunto na lousa e em seguida ela explicou para os estudantes de modo que os mesmos viessem entender sobre a explanação, os quais iam prestando atenção e ao mesmo tempo interagindo dando exemplos nas frases dos tempos verbais. E o educando surdo por sua vez também prestava atenção na explicação. Logo após a explanação sobre a temática a docente passou atividades para assim deixar bem entendido sobre a mesma. A atividade foi de acordo com o assunto já citado, sendo para conjugar os três tempos: presente, passado e futuro, usando os verbos: cantar e falar.

Nos dizeres de Sampieri, Collado e Lucio (2006, p. 383), afirma que:

Trata-se de uma técnica de coleta de dados (denominada de observação de campo, observação direta ou observação participante, apesar de que essa última elimina a observação não-participante) cujos objetivos são: explorar ambientes, contextos, subculturas [...]. Sendo que na observação foram usados os seguintes instrumentos: papel no qual anotou o que aconteceu em classe de aula e caneta.

Nesse sentido, a observação tem o foco em registrar diante de uma circunstância real que é observar a respeito da formação dos docentes que atuam com educandos surdos na Escola Deputado Abel Figueiredo no município de Mocajuba, onde a mesma é realizada com esses profissionais, com o foco em saber a formação dos mesmos.

2.3.2 Guia de Entrevista

O guia de entrevista é uma das ferramentas de pesquisa, que por sua vez focaliza em traduzir os objetivos específicos da investigação nos itens muito bem escritos em forma de perguntas elaboradas as quais são necessárias a ser respondidas pela pessoa que foi entrevistada.

A entrevista é o encontro que está combinado em certo lugar com antecipação entre duas ou mais pessoas, com o objetivo de responder algumas perguntas que são feitas pelo entrevistado e resolver um fato. É o encontro entre os sujeitos, sendo que esse encontro existe uma finalidade comum.

Dessa forma, utilizou para essa pesquisa dois tipos de técnicas o guia de entrevista com perguntas abertas e a observação, lembrando que são 15 (quinze) perguntas abertas, de acordo com González, Fernández e Camargo (2010, p. 31) afirmam que perguntas abertas “permitem à pessoa consultada expor opiniões e detalhar sua resposta, e que servem sobre tudo nas investigações qualitativas”. Nesse sentido, essas perguntas abertas estão mais presentes na pesquisa qualitativa, pois o entrevistado tem uma maior liberdade pra dizer o que pensa, por meio das suas respostas discursivas. Assim sendo que essas perguntas abertas estão no (apêndice 01) direcionadas para os educadores que lecionam para os surdos da escola já supracitada, perguntas essas que é sobre sua formação, metodologia.

2.3.3 Entrevista

A entrevista é o encontro que está combinado em certo lugar com antecipação entre duas ou mais pessoas, com o objetivo de responder algumas perguntas que são feitas pelo entrevistado e resolver um fato. É o encontro entre os sujeitos, sendo que esse encontro existe uma finalidade comum.

De acordo com os teóricos González, Fernández e Camargo (2010, p. 34):

A palavra entrevista é derivada do latim cuja significação é “Aqueles que se vêm entre si”. Uma entrevista consiste num diálogo entre duas ou mais pessoas: uns que interrogam e outros que respondem. Trata-se de uma técnica ou ferramenta utilizada em diversas investigações. Uma entrevista não é casual, mas sim um diálogo onde haja um interesse, deve existir um acordo previamente, e interesse em uma das partes. Resumindo, é uma conversação que tem como finalidade obter informação.

A entrevista por si, parte do princípio que um dos elementos indispensáveis é o entrevistador e o entrevistado, sendo que o entrevistador vai fazer perguntas ao entrevistado e esse lhe cabe responder ao primeiro o que foi perguntado. A entrevista é um das coletas mais utilizadas nas pesquisas. Na conversação existe a presença de um bem comum dentre entrevistado e entrevistador.

O estudioso Martins, (2006, p. 27), descreve que:

A entrevista tem como finalidade de “entender e compreender o significado que os entrevistados atribuem a questões e situações, em contextos que não foram estruturados anteriormente, com base nas suposições e conjecturas do pesquisador”.

Nesse sentido a entrevista abre esse leque quanto à explicação no momento em que as perguntas não tiverem organizadas, ela encarrega-se de fazer os esclarecimentos cabíveis se caso for preciso.

2.4 PROCEDIMENTOS PARA COLETA DOS DADOS

Sendo que o procedimento feito para a concretização da coleta de dados sucedeu-se primeiramente por meio do contato físico com o gestor vigente, vice-diretora e coordenação pedagógica vigente naquele momento. Da mesma forma foram apresentados os objetivos da investigação e suas finalidades, mostrando assim a devida importância, no que tange a respeito da formação do educador que trabalha com educandos surdos naquela escola. Por sua vez, segundo Andrade (2009, p. 115) procedimento afirma ser “a maneira pela qual se obtêm os dados necessários”.

Ilustrando a respeito do tempo de duração, sobre a coleta dos dados, lembrando que são iguais fases, fora demonstradas antes, de maneira presencial obviamente com a minha presença no ambiente escolar, sendo que nos meses novembro e dezembro do ano de 2017 e março (pois nesse mês estavam todos os professores presentes em sala de aula que nos períodos de janeiro e fevereiro a maioria deles cursa Parfor - Plano Nacional de Formação de Professores, buscando assim uma formação em grande parte na área de graduação, para melhor ser a sua prática pedagógica para com os seus estudantes, em abril e maio de 2018 aconteceria à análise e igualmente a interpretação dos dados uma vez coletados.

Dessa maneira, nos meses de novembro e dezembro do ano de 2017, foram elaborados os guias de entrevistas voltados para os docentes que trabalham com discentes surdos e posteriormente, os guias de entrevista foram enviados aos professores doutores, os quais têm estudos aprofundados na área educacional, para assim serem validados esses instrumentos.

Perante as validações desses instrumentos, deu-se início a coleta dos dados concretizando assim um de cada vez: foi feita a observação em sala de aula da turma do 6º Ano B, nela estava estudando uma pessoa surda, horário da manhã, uma vez concluída essa observação naquela sala, seguiu para a sala da turma do 7º Ano E onde estava estudando outra pessoa surda e por fim no 1º Ano Único tinha outro educando surdo estudando no turno da manhã, sendo assim termina a observação em uma turma, para depois prosseguir para outra turma no turno da tarde. Focalizando na formação do docente que trabalha com discente surdo.

Assim sendo, as técnicas bem como os procedimentos apresentados acordam os objetivos da pesquisa, proporcionam contribuição para realizar a análise com respaldo nas informações que foram adquirida e observada.

2.5 TÉCNICAS DE ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

No pensamento dos autores Sampieri, Collado e Lucio (2006, p. 489):

O primeiro desafio da análise qualitativa é que geralmente nos deparamos com grande volume de dados [...]. Por isso, o material deve estar muito bem organizado (classificado por temas, ordem de coleta etc.)

Nessa direção, faz-se necessário que o investigador por sua vez deve estruturar bem quanto aos seus materiais classificando-os por temáticas, bem como subtemáticas, em suas ordens de coletar, desse modo no momento de sua análise ele não tenha tanta dificuldade para executar - lá.

Desse modo, o objetivo de analisar os dados da pesquisa, eles serão manipulados igualmente organizados de forma coerente e na seqüência. Conforme diz Gil (2008, p. 175):

A análise tem como objetivo organizar e resumir os dados de forma tal que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação. Já a interpretação tem como objetivo, a procura do sentido mais amplo das respostas, o que é feito mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriormente obtidos.

Nos dizeres de Creswell (1998, p. 489) “simboliza o desenvolvimento da análise qualitativa como um espiral, que cobre várias facetas ou diversos ângulos do mesmo objeto de estudo”. Observa-se que o autor faz um comparativo no que diz respeito ao espiral quando correlaciona que o mesmo tem diversas formas de encobrir um único objeto no ato é estudado.

Contudo, a análise qualitativa possui objetivos centrais: organizar os dados conforme Patton, (1990), Organizar as unidades, as categorias, os temas e os padrões (Patton, 1990; Grinnell, 1997). Compreender profundamente o contexto dos dados.

A coleta dos dados no momento da investigação eles foram narrados, acareados e analisados diante dos seus conteúdos. De acordo com Gil (1999) aborda sobre as fases do projeto de investigação baseiam-se na organização e indicar os pontos principais as evidências no sentido de ser provável alcançar por meio das respostas a respeito do problema que foi anteriormente indicado.

No debruçar do trabalho de Vergara (2006, p. 10) ressalta que compete somente ao investigador da pesquisa qual tipo de método é apropriado que seja “mais adequado à teoria que suporta seu estudo, ao problema que suscitou sua investigação e o fará dentro de seus pressupostos epistemológico”.

Nesse direcionamento, sobre a análise dessa pesquisa seguida pelos demais processos de categorização bem como é delineado por Sampieri, Collado e Lucio (2006) que são eles codificação primária, interpretação dos dados e contextualização do evento que é pesquisado.

Segundo Sampieri, Collado e Lucio (2006), no que abordam na questão dos dados coletados eles são segmentares na unidade de análise e em seguida são qualificados em categoria e assim definição pelos autores citados acima. Nesse significado, é imperativo dizer sobre a importância a unidade a respeito análise da presente tarefa, assim como a observação e o guia de entrevista. A interpretação dos dados realizara após os mesmos serem agrupados na reunião do primeiro nível.

Na análise qualitativa é necessário dar o verdadeiro significado “as descrições de cada categoria. Isso implica oferecer uma descrição completa de cada categoria e incluí-la no fenômeno que estudamos” Sampieri, Collado e Lucio (2006, p. 504). Entende-se que cada categoria é preciso ter a sua própria narração referente a si e cada categoria difere das demais, desse modo a investigação que é voltada para Qual é a formação do educador que trabalha com educandos surdos no 1º, 6º e 7º ano na escola municipal de ensino fundamental Deputado Abel Figueiredo no município de Mocajuba - Pará Brasil.

Segundo Sampieri, Collado e Lucio (2006, p. 507), após descrever “as categorias e os temas, assim como sua frequência, significado e relações, sendo ajudados por esquemas gráficos, devemos enquadrar o contexto, a situação ou o evento no qual ocorrem”. Nessa expectativa, as particularidades do todo são feitas de acordo onde os acontecimentos são observados, contando assim no que refere aos sujeitos que fizeram parte do evento, sempre voltando para os mínimos detalhes, para que ao analisar seja feita da melhor forma possível, com a intenção que a análise seja realizada com categoria.

Assim sendo, os dados por si foram identificados, descritos e também confrontados de acordo segundo os informes levantados desde o momento da referência teórica, nas informações da observação e o guia de entrevista. Que foram assim ainda tiradas as respostas para o problema e da mesma forma atingir os objetivos sugeridos na pesquisa.

2.5.1 Revisar o material

Pode-se confirma nas palavras de Sampieri, Collado e Lucio (2006, p. 492),

O primeiro passo da análise qualitativa, independentemente do método de coleta de dados selecionados, consiste em revisar que os dados preparados de maneira adequada para a análise, isto é, que estejam organizados e classificados por um critério lógico (temas, atores relevantes etc).

Quando se fala em revisar o material, significa dizer em rever mais de uma vez os dados que foi organizados de maneira apropriada para realizar a análise, ter certificação em relação que os mesmos estão tão bem organizados quanto classificados, no sentido coerente seja por meio de temas e também por atores de suma importância.

2.5.2 Estabelecer um plano de trabalho inicial

Estudos direcionados sob o direcionamento de Sampieri, Collado e Lucio (2006, p. 492), no que tange a respeito da análise qualitativa:

O pesquisador possui maior liberdade pra trabalhar os dados, mas essa forma também representa um esforço sistemático e rigoroso que requer regras que orientem as tarefas analíticas e um plano de trabalho, que tem alterações ou mudanças, dependendo da evolução a própria análise.

Sendo assim, o plano de trabalho inicial, o qual é conhecido também como apresentação, ele permite a pessoa que pesquisa, ficar mais a vontade pra desempenhar um trabalho consistente com os dados, mesmo que seja um esforço mais intenso e que exige mais do sujeito pesquisador, da mesma forma requer que faça mudanças conforme o desenvolvimento da análise. Faz parte também do plano inicial rever todos os dados, bem como “entrevistas, sessões, documentos, anotações de observação [...]. Revisar o registro elaborado durante a etapa de coleta dos dados, as anotações e os memorandos de campo” (Sampieri, Collado e Lucio 2006, p. 492).

2.5.3 Codificar os dados em um primeiro nível ou plano

Em grande parte das pesquisas qualitativas codificarem os dados para ter sua descrição que seja total, resumir e descartar as informações que não sejam importantes. Codificar implica dizer “classificar e, essencialmente, determinar unidades de análise para categorias de análise” conforme a afirmação de (Sampieri, Collado e Lucio 2006, p. 494).

Adiante, as respostas foram escolhidas conforme a temática, que por sua vez estavam interligados com os objetivos específicos que são eles, exemplificando: Avaliar a formação dos educadores que trabalham com educandos surdos; as metodologias utilizadas pelos professores que trabalham com educandos surdos nos 1º, 6º e 7º ano; a política pública adotada pela escola para junto com os professores e frente ao trabalho com educandos surdos analisar a sua proposta de educação inclusiva.

2.5.4 Codificar os dados em um segundo nível ou plano

Para os pesquisadores (Sampieri, Collado e Lucio 2006, p. 503), dizem que “a codificação dos dados em um segundo plano implica refinar a codificação e envolve a interpretação do significado das categorias obtidas no primeiro nível.

Assim sendo, a codificação dos dados estabelece relação no que tange ao interpretar o que significa as categorias que foram adquiridas no primeiro nível.

Dessa maneira, foram preparadas e separadas as entrevistas assim como as guias de entrevistas dos participantes, exemplificando os docentes que trabalham com os discentes com surdez, sendo que, uma vez codificado os conforme a sua própria função.

2.5.5 interpretar os dados

Para Sampieri, Collado e Lúcio (2006, p. 504), nessa etapa da “pesquisa qualitativa e fundamental dar sentido a: descrições de cada categoria, para isso quer dizer que os significados de cada categoria para os indivíduos, a presença de cada categoria e as relações entre categorias”.Assim, nessa fase, a população participante foi descrita e os dados

interpretados, destacando as opiniões, observações e relações entre as respostas obtidas nas entrevistas dos professores.

2.5.6 Interpretar contexto(s)

Segundo Sampieri, Collado e Lucio (2006, p. 507) descrição de contexto é a “atividade na qual se retomam as anotações, os memorandos e o registro de campo, obtidos durante a coleta de dados”.

Dessa forma, após a interpretação dos dados referidos anteriormente, foi realizado enquadramento das análises ao contexto das coletas de dados.

2.5.7 Assegurar a confiabilidade e validade dos resultados

Sampieri, Collado e Lucio (2006, p. 510) Ambos afirmam que “ é importante assegurar a confiabilidade e validade de nossa análise, perante nós mesmos e perante os usuários estudo”. Os autores ainda, acrescentam que em 1º lugar devemos “avaliar se obtivemos suficiente informação de acordo com nossa apresentação do problema”[...] em 2º lugar é recomendável realizar o exercício de triangulação da análise [...] em 3º lugar consiste em obter retroalimentação direta dos indivíduos da pesquisa (pelo menos uma amostra deles), o que significa pedir-lhe que confirmem ou contestem interpretações e ver se capturamos os significados que eles tentaram transmitir” (Sampieri, Collado e Lucio, 2006, p. 510 - 511).

Nesta etapa da pesquisa foi realizada uma revisão sobre todos os procedimentos para a realização da análise e coleta e interpretação dos dados, a fim de identificar se foram corretos, completos e válidos.

2.5.8 Resolver, corrigir e voltar ao campo

Como afirma Sampieri, Collado e Lucio (2006, p. 511), nessa fase podemos ver se “as conclusões respondem á apresentação do problema inicial ou nos ajudaram a modificá-lo, mas com o objetivo de conseguir o avanço do conhecimento [...] nesses momentos devemos

fazer “uma parada no caminho” (metáfora), parar e avaliar nossas metas ou quais obstáculos tivemos”.

Nesta fase há uma intenção de completar melhor o resultado da pesquisa, sendo que foi necessário retomar os participantes e objetivos iniciais. No entanto, que esse tipo de desenho de análises e interpretação de dados, sugerido pelos autores acima citado, seja um procedimento claro e objetivo para o entendimento e resultados da referida pesquisa.

CAPÍTULO III: ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo será apresentado à análise dos resultados o qual foram observados durante todo o processo da pesquisa investigativa, a partir dos resultados concretizados na EMEF Abel Figueiredo. Descrevem-se também os resultados particulares da pesquisa sendo que, os mesmos foram desenvolvidos através de um levantamento de dados e como técnicas e instrumentos de dados foram utilizados bem como a observação e o guia de entrevista.

Vale dizer que a metodologia adotada no decorrer da pesquisa serviu de base no ato da descrição do objeto em pesquisa, o qual satisfaz cada um dos objetivos específicos deste trabalho. É importante enfatizar que a análise foi feita minuciosamente com muita ética para proteger os sujeitos da pesquisa. Nesse sentido, houve possibilidade de ocasionar tanto interpretação quanto reflexão referente os dados uma vez já coletados, os quais foram de fundamental importância para o desfecho dessa pesquisa.

É de suma importância mostrar os processos que foram utilizados para a realização da análise dos resultados. São eles abaixo relacionados:

- a) Levantamento no que se refere à parte teórica. A formação do educador que trabalha com educando surdo na EMEF Deputado Abel Figueiredo.
- b) Relatório concretizado através da observação no lócus da investigação.
- c) Guia de entrevista com os professores que atuaram com estudantes surdos do Lócus da pesquisa.

No que se refere a formação do professor que trabalha com educandos surdos, sabe-se da importância do mesmo ter uma formação acadêmica voltada para essa especificidade, para assim desenvolver um trabalho satisfatório no ambiente educacional.

Nessa direção é respeitável falar em relação à precisão da formação do educador quanto pesquisador, tendo em vista que a formação é para garantir ao formado uma sustentação referente ao conhecimento científico que é envolvido pelo conhecimento teórico, conseguinte vem à prática, embora ambas sejam distintas, contudo Gamboa (2003) destaca que é impossível separar a teoria da prática, pois é na afinidade com a prática que surge a teoria, porque por sua vez a

teoria é inexistente sozinha. De fato ela existe por ser a teoria de alguma prática já existente. E a prática na mesma razão, obviamente existe por ser a prática de uma determinada teoria. E a relação dentre teoria e prática fortalece sua existência nos dias de hoje.

É imperativa, a importância sobre a compreensão entre teoria e prática no que tange sobre o trabalho do formador Lima (2014, p. 38) descreve que: “a ação de ensinar exige uma formação específica, o pleno domínio do conhecimento teórico e da realidade prática da profissão”. Dessa forma, entende-se que antes de ensinar alguém é necessário ter uma formação a qual seja específica na área pretendida, ainda mais quando se refere para trabalhar com estudantes surdos, como por exemplo, exige que o profissional esteja de fato muito bem qualificado para atender essa clientela.

Com base no trabalho de Veiga (2009), a docência exige uma formação profissional para que o formado por sua vez colocar em prática o que aprendeu decorrer do curso, ou seja, o conhecimento mais especificamente e depois o exercitar corretamente no seu método de ensino, direcionado aos seus aprendizes.

Vale realçar que a Educação Inclusiva mais especificamente a Educação Especial ainda é algo assustador, no sentido de ser novidade para a população educacional e essa educação por ser recente ela causa muita das vezes insegurança assim como tensão aos educadores por sua vez não sabem a maneira correta de lidar com o estudante que tem algum tipo de deficiência. Lembrando também que no geral, os professores que atuam com esse tipo de aluno por não ter uma formação na área logo fica difícil o processo de inclusão desses sujeitos.

Quando se fala em inclusão parte do princípio que são todos os discentes seja qual for à deficiência que ele tem, pois na escola esse mesmo sujeito tem o direito de aprender a parte pedagógica com a mesma qualidade e nível dos demais que estão inseridos em sala de aula, nessa proporção incluir significa dar um alicerce para a pessoa que está de verdadeiramente precisando desse apoio, vale dizer que cada estudante é diferente um do outro, assim como no potencial, diversidade dentre outros aspectos.

Para tanto, se faz necessário que haja mudanças tanto no modo de pensar quanto na práxis, sendo assim as escolas também estejam preparadas para receber e incluir os alunos nas diferenças e diversidades, ressaltando no município precisão da propagação de escolas bem mais apta e inclusiva, para receber e desenvolver um trabalho de alicerce nos educandos com deficiência, referente à aprendizagem e autonomia.

Nos parágrafos que seguem apresentação das tabulações da mesma forma, e as análises da investigação concretizada no campo contada capítulo precedente. Exibição em relação à análise dos resultados da pesquisa que brotaram por meio do guia de entrevista o qual contém 15 (quinze) perguntas abertas direcionadas aos professores que trabalham com discentes surdos na Escola Deputado Abel Figueiredo onde ocorre a pesquisa.

3.1. EXAMINAR QUE TIPO DE FORMAÇÃO ACADÊMICA TEM O EDUCADOR QUE TRABALHA COM EDUCANDO SURDO.

No que se refere à formação de docente o autor Francisco Imbernón (2009), chama atenção no momento que relata a respeito da formação de professores que teve sim um avanço tanto no conhecimento teórico quanto na prática e que a prática de formar docentes é muito mais antiga, pois desde a antiguidade já se tinha o costume da formação inicial para os mestres. Entende-se no que pulsa a respeito da importância da formação de educador entre teoria e prática ambas distintas, no entanto indispensável para o conhecimento desses profissionais.

Com fundamento nos estudos de Imbernón (2009, p. 11) diz que “é verdade, a formação inicial de mestres foi exercida de uma forma ou outra desde a antiguidade”. Considerando que desde os tempos mais remotos da história, por sua vez, a formação para docentes era algo fundamental no que se refere o alicerce no processo ensino aprendizagem em especial aquele que aprende, no caso é o estudante.

Tabela 5: Formação acadêmica dos docentes

Docentes	Formação
A	Pedagogia
B+C+D	Língua Portuguesa-Letras
E	Teologia
F	Ciências Naturais
G+H+I	Matemática
J+K	Geografia
L+M+N	História
O+P	Língua Espanhola

Q+R	Educação Física
-----	-----------------

Fonte: Luciane Lopes, 2017.

As informações inseridas na tabela acima representam o número de todos os professores que trabalham com estudantes surdos na escola já mencionada, onde esses profissionais da educação são na maioria de hora aula (cumprem a carga horária de 45 quarenta e cinco minutos por aula, já outros professores trabalham no tempo integral que totaliza 04 (quatro) horas por dia no geral. É importante enfatizar que grande parte dos docentes sua formação é na área de Pedagogia, embora eles estejam na distribuídos nas turmas de hora aula.

Com fundamento nos estudos de Imbernón (2009, p. 11) diz que “e é verdade, a formação inicial de mestres foi exercida de uma forma ou outra desde a antiguidade”. Considerando que desde os tempos mais remotos da história, por sua vez, a formação para docentes era algo fundamental no que se refere o alicerce no processo ensino aprendizagem em especial aquele que aprende, no caso é o estudante.

De acordo com a tabela acima se certifica sobre as mais distintas formações acadêmicas que cada docente possui, no total foram 19 (dezenove), sendo que 01 (uma) é formada em Pedagogia, 03 (três) em Língua Portuguesa- Letras 01 (um) em Teologia, 01 (um) em Ciências Naturais, 03 (três) em Matemática, 02 (duas) em Geografia, 03 (três) em História, 02 (dois) em Língua Espanhola e 02 (duas) e 01 (um) em Educação Física. Através da tabela é notável visualizar, no que tange a formação acadêmica de cada professor e é a das mais variadas uma da outra, embora o número igualado fosse os cursos de Língua Portuguesa, Matemática e História.

Oliveira (2013) enfatiza que a formação inicial independe tanto da área quanto do nível que atua como educador, ele necessita chegar até uma formação permanente, a qual o fará a repensar em sua prática na docência, do mesmo modo os elementos que a ela são subjacentes. Observa a importância de ter uma formação inicial e mais ainda é a formação permanente, pois ela está diretamente ligada no pensar novamente no que diz respeito à práxis daquele profissional.

É importante realçar sobre a formação dos docentes que trabalham com estudante surdo, todos têm nível superior, dentre os que atuam em hora aula ou quem está na sala do Atendimento Educacional Especializado - AEE - principalmente.

Outro fator importante quando se refere à formação de docente que trabalha com discente surdo, é a respeito da regência em sala de aula com os seus aprendizes, sendo que essa regência significa dizer, sobre o tempo de serviço desses profissionais responsáveis por esse trabalho com a classe do alunado. Nessa direção, se faz preciso verificar o tempo de serviço, porém enfatizando que não é o tempo que esse profissional trabalhou em sua totalidade, mas somente o período que trabalhou com a pessoa surda. Conforme, a tabela abaixo mostra com mais clareza e propriedade onde o ano de serviço dos professores com estudante surdo oscila dentre 01 a 18 anos.

Tabela 06: Tempo de trabalho do docente em sala de aula com estudante surdo

Docente	Período
Docente A	01 ano
Docente B	02 anos
Docente C	03 anos
Docentes D e F	10 anos
Docente E	18 anos

Fonte: Luciane Lopes, 2017.

A tabela acima apresenta informações sobre o tempo de atuação dos docentes em sala de aula com estudantes com surdez, não considerando o tempo total de atuação como docente em geral. Percebe no indicativo da tabela sobre a grande diferença dos anos de atuação que esses profissionais têm várias dentre 01 a 18 anos de prática em classe. Nesse sentido, como podemos observar a Docente A (2017) tem 01 (um) ano de experiência com estudante com surdez, significa dizer que é uma experiência nova para ela, embora já venha atuando na profissão por mais tempo, mas com aluno ouvinte, o Docente B (2017) 02 (dois) anos verifica que possui mais experiência com estudante surdo, Docente C (2017) 03 (três) anos, compreendemos que nesse caso a experiência é maior em relação ao B, os docentes D e F (2017) 10 (dez) os dois têm experimento bem maior, os anos desenvolvendo atividades com os surdos e por fim, a Docente E (2017) que tem 18 (dezoito) anos que vem atuando com estudante surdo, verifica-se que essa profissional tem uma gama de experiência considerável significativa, pois verificou que ela tem

uma preparação para receber esse alunado, levando em consideração a sua certificação na área da Língua Brasileira de Sinais – Libras.

Com a intenção de enriquecer mais a respeito do tempo de trabalhado do docente em sala de aula com estudante surdo, selecionou apenas a fala de duas educadoras, para adquirir informações foi direcionada a esses docentes que são os sujeitos dessa pesquisa, foi feita a eles a seguinte pergunta: “Há quanto tempo trabalhas com educando surdo?”, sendo que dos sujeitos da pesquisa que fizeram parte da entrevista, eles responderam sobre o tempo de atuação com os discentes surdos, foram as mais distintas respostas de cada um deles, no entanto, dentre esses participantes duas professoras chamou atenção nas suas falas, sendo que a resposta da Docente A (2017): “Primeira vez que trabalhei com aluno surdo, devido à inclusão”. E já a Docente E (2017) deu de resposta: “Trabalho a 18 anos alunos surdos”.

Percebe-se que nas falas das duas professoras quanto sua atuação e experiência as duas colocaram seus motivos, o qual a primeira atua nessa inclusão com pessoa surda há a um ano de experiência enquanto que a segunda professora já atua há dezoito anos com estudantes surdos, vale dizer sobre essa profissional que a sua gama de conhecimento e vivência na educação dos mesmos, é bastante relevante, pois ela já adquiriu um maior conhecimento e habilidade quanto ao aluno surdo.

Com esse embasamento nas falas bastante ricas das professoras, a respeito de quanto tempo trabalham com educando surdo, percebe o uso de alguma palavra importante realçar tais como “primeira vez que trabalhei”, “inclusão”, “trabalho a 18 anos”, “alunos surdos”.

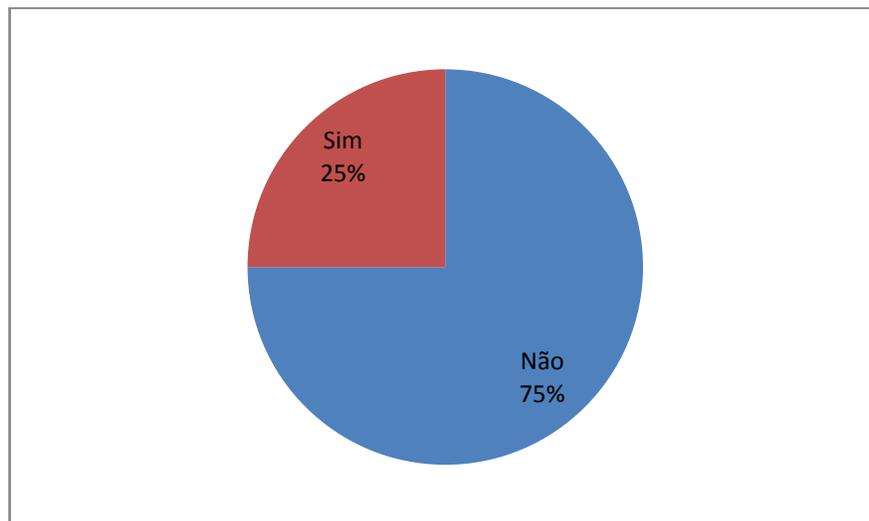
Com referência a Docente A (2017) que falou: “[...] trabalhei com aluno surdo, devido à inclusão”. Deixa entendido que antes esses alunos não eram incluídos nas salas regulares, estudavam em outro ambiente escolar diferente dessa, estudavam na sala da Educação Especial, por exemplo.

Carneiro (2012) em seu artigo 58 afirma que: “entende-se por Educação Especial, [...] a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para portadores de necessidades especiais”. Nesse sentido, de acordo com a lei brasileira o estudante que tem alguma deficiência é preferível que esse estude em um ensino regular, e quando for preciso será ofertado um trabalho especializado ao mesmo. Lembrando que essa mesma lei considera os educandos portadores de necessidades especiais dentre eles: alunos com deficiência auditiva.

Ainda nos dizeres de Carneiro (2012) a inclusão teve sua origem a partir da década de 80, quando os sistemas de ensino do mundo em geral começaram a desenvolver tanto a política quanto a diretrizes para propagar sistemas de educacionais inclusivos, com a intenção de impedir a toda maneira o afastamento das crianças na rede escolar. Entende-se que a Educação Inclusiva não é de acordo que aquelas crianças estejam em uma sala diferente da sala regular. E sim, estejam estudando juntos estudantes com e sem deficiência na mesma sala de aula regular.

Diante a exposição das falas das professoras que trabalham com educandos surdos compreende que os mesmos antes da inclusão estavam sendo atendidos somente na sala de Educação Especial com a professora que desenvolvera esse tipo de trabalho com eles. Porém, com a implantação da inclusão por sua vez é uma lei mundial, tem como objetivo fazer com que o discente com algum tipo de deficiência estude em sala regular e não em sala distinta daquela. Sendo com a implantação dessa educação, o aluno que antes estava em um ambiente diferente da sala comum, ele passa a ser inserido juntamente com os que têm ou não algum tipo de deficiência.

GRÁFICO 01. No que refere se o professorado possui curso de Língua Brasileira de Sinais Libras, e se almeja adquirir caso ainda não tenham.



Fonte: Luciane Lopes, 2017.

Dos entrevistados participantes da entrevista são 12 (doze) docentes sujeitos pesquisados, é perceptível verificar que 75% dos entrevistados representam 09 (nove) sujeitos que não tem

nenhum tipo de curso em Língua Brasileira de Sinais e 25% das pessoas entrevistadas que representam 03 (três) participantes da entrevista que possuem o curso em Língua Brasileira de Sinais.

O que consta que a maioria dos docentes que atuam com estudantes surdos não possui um curso o qual lhe ofereça alicerce para desenvolver todo tipo de trabalho e atividades realizadas em sala de aula e até mesmo fora dela, e já os professores que têm o curso na área é uma minoria, bem como pode certificar através dos gráficos acima.

Assim como a aborda a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB a Lei de nº 9.394/96 de dezembro de 1996 a qual explica com clareza em seu Título VI no que diz respeito aos profissionais da educação que garante em seu artigo 61 “a formação de profissionais da educação”. [...] “A associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviço”. A essência do profissional da educação ter uma formação, com a intenção de poder trabalhar de forma mais coesa em sala de aula.

Entre as falas dos participantes pode-se constatar se o professorado possui curso de Língua Brasileira de Sinais Libras, e se almeja adquirir caso ainda não tenham. Docente A (2017) “Não! Já participei como disciplina, mas pretendo fazer um curso”. Docente B (2017) “Não tenho, pretendo ter”. Docente C (2017) “Não tenho nenhum curso nessa área, mas pretendo ter”. Docente D (2017) “Pretendo ter”. Docente E (2017) “Não tenho, mas gostaria de fazer um dia”. Docente F (2017) “Não. (Pretendo ter)”. Docente G (2017) “Não, pretendo sim”. Docente H (2017) “Tenho curso básico, entretanto sinto necessidade de fazer uma Pós Graduação em Libras, pois hoje, ter conhecimento dentro desta área é uma necessidade para desenvolver o trabalho educacional como um todo”. Docente I (2017) “Não! Devido a inclusão acho que é necessário que todos educadores passem por essa formação já que essa é uma realidade p/ todos”. Docente J (2017) “Capacitação em Língua Brasileira de Sinais – Libras”. Docente K (2017) “só mini curso pretendo fazer mais alguns”. Docente L (2017) “Não tenho curso em Libras. Mas assim que tiver uma oportunidade e próximo de onde trabalho pretendo fazer sim”.

3.2 TIPO DE METODOLOGIAS USADAS PELOS DOCENTES QUE TRABALHAM COM DISCENTES SURDOS.

Com embasamento na pesquisa de Ferreira (2014, p. 40), “Os saberes não chegam prontos aos professores, eles precisam resignificá-los de acordo com a realidade que permeia sua atividade docente”.

Isto implica dizer que cada profissional deverá buscar sua formação para sua área de atuação para que em seguida ele possa atuar com segurança nas modalidades que lhes é cabível, pois os conhecimentos não chegam tão fáceis e precisa ir à busca e trazer para sua prática e torná-los significativos.

Uma das falas de uma professora em relação a pergunta a mesma afirma que não! Ela não tem formação na área de Libras, mas devido à inclusão ela acha necessário que todos os educadores passem por essa formação já que essa é uma realidade para todos. Com isso pode-se perceber que há necessidade de uma formação de Libras para todos os professores, pois se faz necessário para que todos façam parte dessa inclusão, mesmo que não esteja nos planos da professora, mas pela obrigatoriedade da inclusão.

A outra professora em análise respondeu também que não! Ainda não possui formação em Libras, mas pretende fazer um curso específico para atender esses alunos.

Foi perceptível na fala da professora a necessidade e a vontade para fazer um curso de formação em Libras, porque além de ajudar com o aluno também importante para o conhecimento de outra língua.

Para tanto a autora Oliveira (2013, p. 230) afirma que:

É preciso que a formação inicial proporcione condições para que o futuro profissional reflita sobre a prática docente, como professor direciona o seu olhar para o seu educando e assim poder melhorar atuar e intervir melhor na sua realidade.

Nessa especificidade, a formação inicial aos professores se faz precisa para que esses profissionais da educação tenham a base em sua formação e possam refletir a respeito de sua prática pedagógica, bem como já mencionara Freire quando aborda sobre a ação, reflexão e ação que cada educador necessita fazer, é refletir sobre sua ação, o seu refletir e novamente a sua ação,

possibilitando assim novamente, refletir duas vezes na ação que fez. Uma vez tendo a formação o docente tende a ter uma melhor atuação em sala de aula com seus discentes.

3.3. DESVELAR QUE TIPOS DE METODOLOGIA SÃO UTILIZADOS PELOS PROFESSORES QUE ATUAM COM EDUCANDOS SURDOS.

De acordo com Souza & Góes (1999) abordam a respeito de incluir os estudantes surdos a qual é realizada através de docentes assim como profissionais da educação que não tem uma preparação e muito menos sabem a Língua Brasileira de Sinais - Libras e a presente realidade da pessoa surda é saber a Língua de Sinais sendo a sua primeira língua materna, ou língua mãe, sendo ambas usadas de forma preferencial. Diante esse fato da não preparação ou até mesmo o não conhecimento referente à Língua Brasileira de Sinais que o professorado na maioria das vezes que trabalham com aqueles sujeitos não a tem, vale dizer que tipo de metodologia é usada em sala de aula na educação de estudantes com surdez.

GRÁFICO 2 . Supostes recorrido em sua metodologias para desenvolver trabalho com discente surdo.



Fonte: Luciane Lopes, 2017.

É possível por meio do gráfico observar que dentre o total de 07 (sete) participantes da pesquisa onde os mesmos responderam igualmente 14% a acerca do supostos recorrido em sua metodologias para desenvolver trabalho com discente surdo, 14% que corresponde a (01) uma pessoa falou bem pouco usa, 14% que representa (01) um sujeito disse que recorrer a estratégias de comunicação, 14% afirmou tem dificuldade, 14% por meio de novas estratégias e métodos, 14% pesquisas e atividades, 14% planejando a aula, 14% falou que não usa nenhum suporte.

O gráfico acima vem mostrar o tipo da metodologia que é utilizada pelos professores de alunos surdos e o que se tem observado nas falas dos professores é que o primeiro docente “procura da melhor forma possível com que esse estudante sinta-se incluído passando atividades envolvendo todos ao mesmo tempo”. O segundo docente respondeu que “sente muita dificuldade em transmitir o conhecimento, pois não tive uma disciplina na minha graduação”. A terceira docente respondeu que “trabalho com o que tenho como instrumento principal os alunos, pesquisas e atividades”. Observa-se nas falas dos professores que todos trabalham com aluno surdo, mas com poucos recursos metodológicos, isto porque ainda não possuem um curso

específico para esse tipo de educando surdo. Percebe-se que há uma grande necessidade de ter um curso de Libras, pois uma boa metodologia ajuda muito no desenvolvimento dos educandos. Isto equivale dizer que uma boa metodologia torna o aluno incluso, porque a metodologia faz parte da inclusão. Percebeu-se também que os educadores fazem o possível para incluir os alunos em todas as atividades juntos com a turma e também em atividades de diversas formas propostas.

Quando se fala no processo ensino aprendizagem, é importante entender com maior finalidade os três pilares os quais estão inseridos nesse processo: saber sábio, saber a ensinar e saber ensinado. Conforme Oliveira (2013) afirma a respeito do saber sábio o qual é nomeado de científico e é produzido por meio de cientistas, intelectuais, pesquisadores os quais seus trabalhos são autenticados pela academia. Entende-se nesse sentido que o pesquisador mesmo depois de ter completado seu trabalho acadêmico, precisa do alvará da academia.

Saber ensinado direciona ao saber que é ensinado de maneira especial em sala de aula tendo como embasamento o saber científico o qual é encontrado nos artigos científicos, livros dentre outros materiais - Sendo assim, nesse pilar o docente ao organizar suas aulas precisa situar relação entre o que se vai ensinar sobre a comunidade da escola tais qual gestor, educador, pais e estudantes - do mesmo modo aspectos didáticos de sua práxis. Desse jeito, aparece uma segunda transposição no mundo da didática que é modificar o saber ensinar em “saber ensinado”.

No ponto de vista de Freire, a Pedagogia da Autonomia (2008) está baseada no diálogo, que na verdade é uma relação horizontal na qual tanto educador quanto educando são os sujeitos de sua própria história construindo e reconstruindo. Nessa Pedagogia considera com grande respeito às experiências trazidas pelos estudantes e proporcionar a eles um trabalho de maior colaboração. Ainda assim crê em uma prática docência onde a mesma valorize a cada discente e em especial tenha um trabalho detalhadamente no processo ensino e aprendizagem.

Ainda no apoio de Freire (2008, p. 29) o exercício dialógico nos leva ao processo de pesquisa, considerando a importância ensinar exige pesquisar [...] “tornando-se mais e mais metodicamente rigorosa, transita da ingenuidade para o que se chama de curiosidade epistemológica”.

Ensinar exige pesquisa, na afirmação de Freire (1999, p. 32) “não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino”, o professor deve está sempre estudando, pois é natural da prática docência ir indagação à busca, a pesquisar, com o objetivo de melhorar cada vez sua prática de

ensinar. É próprio de o educador ser pesquisador, pela certeza de está sempre inovando a respeito de sua formação permanente, porque o professor é um pesquisador.

Na percepção de Oliveira (2013, p. 224) revela que:

O cenário de precariedade na formação inicial e continuada de professores e o discurso insistente da educação inclusiva aguçaram o interesse em voltar o nosso olhar para a formação de professores de pessoas surdas, haja vista também nossa experiência na área.

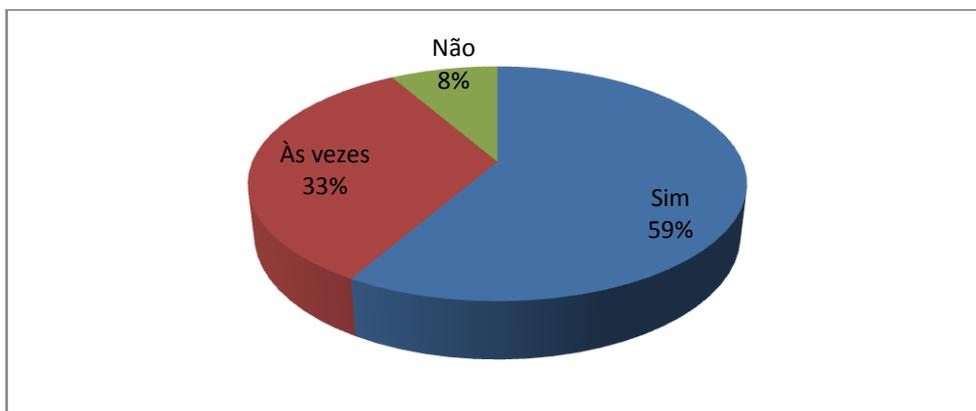
Entende-se que uma vez os professores não tendo uma formação adequada para desenvolver trabalho com seus estudantes, mas especificamente quando esses são surdos, nesse sentido o olhar à educação especial é mais acentuado, porque se trata a educando que tem um tipo de deficiência a qual não o impede de aprender, mas deve ela (deficiência), deve ser levada em consideração e igualmente respeitada.

Nessa direção, a especificidade sobre a formação de um recente movimento político assim como o social no campo da educação de pessoa com surdez aparece nos últimos anos, com a finalidade de providenciar no que tange ao verdadeiro papel da formação dos docentes que trabalham com esses discentes, como se refere Oliveira (2013). No que se refere se os docentes sentem dificuldades ao ensinar o discente surdo constata por meio de sãs afirmações fala.

Confere a fala dos sujeitos participantes da pesquisa no que tange ao Supostes recorrido em sua metodologias para desenvolver trabalho com discente surdo, Docente A (2017) “Trabalho com o que tenho, como instrumento principal os alunos, pesquisas e atividades”. Docente B (2017) “O trabalho docente deve levar em conta que os alunos surdos têm ritmos de aprendizagem diferente e que isso precisa ser respeitado. Sendo necessário e fundamental uma constante avaliação do planejamento e sua readequação se necessário” Docente C (2017) “Procuro de melhor forma possível fazer com que esse aluno sinta-se incluído passando atividades envolvendo todos ao mesmo tempo”. Docente D (2017) “A presença do aluno Surdo em sala exige que o professor reconheça a necessidade da elaboração de novas estratégias e métodos de ensino que sejam adequados à forma de aprendizagem deste aluno Surdo, o aluno Surdo está na escola, então cabe aos professores criarem condições para que este espaço promova transformações e avanços a fim de dar continuidade aos objetivos da escola, ou seja, ser um espaço que promove a inclusão escolar. Como professora de educação física trabalho mais com o lúdico, jogos e a expressão visual, além de sinais o que proporciona condições para uma

aprendizagem satisfatória entro do conteúdo da disciplina educação física”. Docente E (2017) “Tento usar os meios que disponho como estratégias de comunicação através de gestos, imagens, figuras e um apoio das professoras que são formadas na devida área”. Docente F (2017) “Bem pouca metodologia”. Docente G (2017) “Planejar minha para que possa oferecer ao aluno surdo possibilidades reais de aprendizagem”. Docente H (2017) “Nenhum suporte”. Docente I (2017) “Embora sem formação na área, procura dar atenção diferenciada pra eles”. Docente J (2017) “Primeiramente peço para que o aluno procure sentar-se nas carteiras da frente, e ao explicar os assuntos procuro me posicionar na frente do aluno surdo, dando lhe sempre uma atenção especial”. Docente K (2017) “sinto muita dificuldade em transmitir o conhecimento, pois não tive uma disciplina na graduação”. Docente L (2017) Não respondeu a pergunta.

GRÁFICO 03. Sente dificuldade para ensinar o estudante surdo



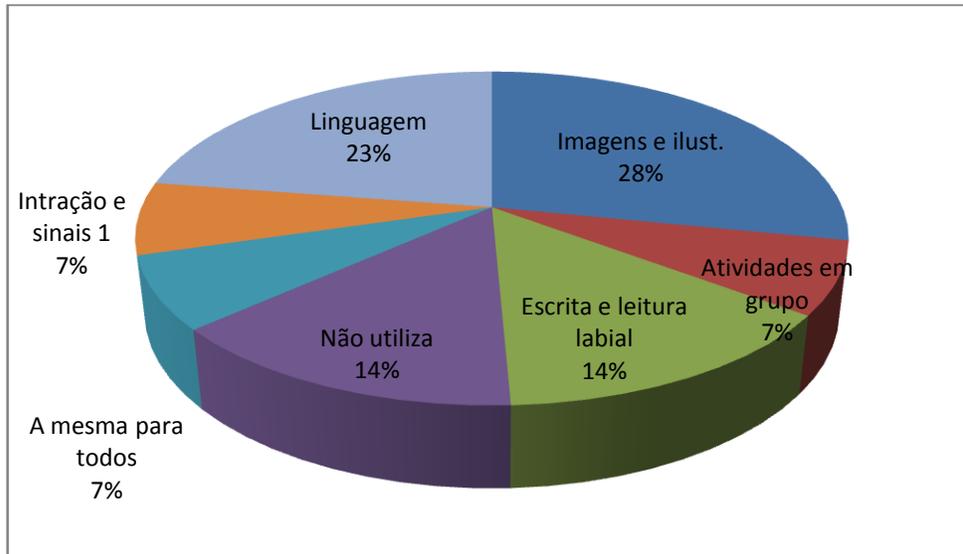
Fonte: Luciane Lopes, 2017.

Os entrevistados no total de 12 (doze) educadores ao responderam a pergunta se sente dificuldade para ensinar o estudante surdo bem como demonstra o gráfico pode perceber que 59% que equivale a 07 (sete) pessoas disseram que sim, sente dificuldade ao ensinar aquele discente, 33% que equivale a 04 (quatro) sujeitos disseram afirmaram algumas vezes sente dificuldade ao ensinar e, por fim, 8% que representa 01 (uma) pessoa, falou sobre não sentir dificuldade no ensinamento ao educando.

Em meio às respostas dos pesquisados observa que 59% das pessoas que participaram da pesquisa tem dificuldade ao ensinar o estudante surdo, isso significa dizer que a maioria deles embora, eles trabalhem com esse alunos não tem nenhuma formação para desenvolver trabalhos com esses.

Com base nos estudos Oliveira (2017, p. 131) O saber a ensinar “ o que mais se acentua no saber ensinar diz respeito à criatividade do professor para de forma didática [...] e realizar seu trabalho de ensino que está baseado nos programas, textos e livros didáticos”. Nessa direção, é de suma importância que o educador por sua vez, seja bastante criativo em sala de aula usando as mais diversificadas didáticas com os discentes com surdez e também que esse ensinamento esteja sempre coerente aos livros didáticos. Com a finalidade de haver interação entre quem ensina e aprende.

No que se refere se os docentes sentem dificuldades ao ensinar o discente surdo constata por meio de suas afirmações certifica se que Docente A (2017) “Sim! Porque não entendo muito a linguagem de sinais, mas procuro aprender junto com ele com ajuda da professora de Ed. Especial”. Docente B (2017) “As vezes sim, pois a complexidade de determinado assunto, leva o educando a dificuldade de compreensão, pois a falta de recurso disponível na escola, impossibilita, o professor a facilitar ao aluno, além disso o aluno surdo não sabe todos os sinais em Libras sobre o assunto proposto”. Docente C (2017) “Sim, não sabemos a nível de conhecimentos deles em relação a disciplina então sempre peço ajuda para os colegas e professores que dominam as linguagens dos sinais”. Docente D (2017) “Sim, minha dificuldade e proporcionar atividades que prendam atenção do aluno surdo e dos alunos que não são portadores de necessidades especiais”. Docente E (2017) “Sim, porque nem todas às vezes consigo estabelecer uma comunicação eficiente. Principalmente na hora da exposição do conteúdo”. Docente F (2017) “Através de sinais usado no cotidiano”. Docente G (2017) “Sim. Porque é difícil chamar atenção deles e também porque não tenho uma formação específica na área”. Docente H (2017) “Sim”. Docente I (2017) “Sim, devido a falta de formação na área de Libras”. Docente J (2017) “Cada caso é diferente, mas o desempenho desses alunos nas minhas aulas sempre foram bons, a minha metodologia tem dado certo”. Docente K (2017) “Sim tenho muita dificuldade. Me esqueço de quando estou explicando esta virado de frente para ele (a)”. Docente L (2017) “não”.

GRÁFICO 04. Metodologia usada em sala de aula para educando surdo

Fonte: Luciane Lopes, 2017.

Ao responderem a pergunta totalizando 12 (doze) professores os mesmos responderam a seguinte pergunta que metodologia usa em sala de aula para educando surdo, onde as respostas foram as mais diferenciadas e variadas 28% diz respeito a 04 (quatro) sujeitos responderam que usam em sua metodologia imagens e ilustração, já 23% corresponde a 03 (três) dos entrevistados falaram que usam a linguagem, 14% que equivale a 02 (duas) pessoas não utilizam metodologia, 14% utilizam escrita e leitura labial, 7% é atividades em grupo, 7% interação e sinais e por fim, 7% são a mesma para todos.

Nas falas dos docentes participantes da investigação percebe quando eles responderam no que se refere a Metodologia usada em sala de aula para educando surdo discorriam Docente A (2017) “promovo atividade em grupo para o entrosamento do aluno, falo bem perto do aluno para ele fazer a leitura labial e levo a prof. para a sala de aula para a turma toda participar”. Docente B (2017) “leitura, análise de textos, análise visual de figuras gravuras e mapas e produção de textos e desenhos. Docente C (2017) “Passar o conteúdo na lousa para que ele visualize e copie e explicar sempre de frente para esse aluno já que eles leem os nossos lábios”. Docente D (2017) “Procuro interagir com o aluno Surdo com sinais de expressões básicas como: compreender, vídeo, prova, repetir, presença/chamada e dando prioridade ao cotidiano dos alunos”. Docente E (2017) “Não respondeu a pergunta”. Docente F (2017) “A mesma usada

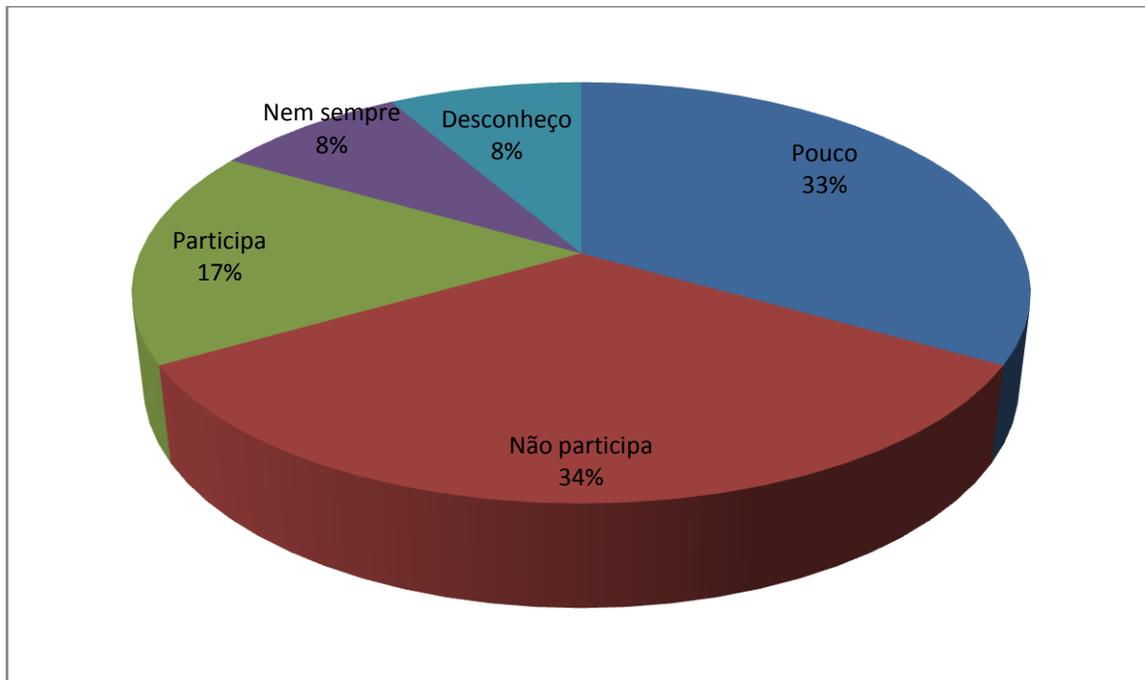
para outros alunos”. Docente G (2017) “Recursos visuais, cartazes, desenhos, mapas etc”. Docente H (2017) “Apenas me comunico por escrita e através da leitura labial”. Docente I (2017) “Não utilizo metodologia específica para os surdos, eles são orientados pela sua tradutora”. Docente J (2017) “Além de falar sempre posicionada na frente do aluno, eu evito escrever e falar ao mesmo tempo, uso bastante imagem e ilustrações”. Docente K (2017) “tento estabelecer um linguagem onde ele possa me entender, pois como foi dito não tenho uma formação pra isso”. Docente L (2017) “cartazes com figuras, leitura em libras, o próprio ambiente da escola”.

Segundo Freire (2006, p. 28) expõe que “Uma de suas tarefas primordiais é trabalhar com os educandos a rigorosidade metódica com que devem se “aproximar” dos objetos cognoscíveis”. Para isso, é necessário por sua vez o docente, ter uma metodologia literal para desenvolver com os seus estudantes em sala de aula, com a finalidade de obter conhecimento do que está sendo repassado ao educando através da metodologia utilizada para os mesmos. Além do mais o professor que é considerado democrático nunca deve negar o dever de sua prática, e sempre realçar na que o educando tem aptidão a ser crítico, assim como a sua curiosidade.

3.4 QUE APOIO A ESCOLA PROPÕE AOS EDUCADORES QUE DESENVOLVEM TRABALHO COM EDUCANDO SURDO QUANDO SE REFERE INCLUÍ-LO NA SALA REGULAR

É de extrema importância, quando o apoio surge da própria escola, no sentido de incentivar e dar base seja ela pedagógica didática e até mesmo no emocional para o seu professorado, pois o resultado vem acompanhado de aprendizagens de seus discentes os quais na sua maioria desejam o saber com mais sabor em sua vida, e esse sabor pode advim de seu educador ou não, depende muito do perfil de cada um (docente). Como já falara Freire (2006) à escola é lugar de gente de gente que um entenda o outro, a escola não é uma parede fria onde sua temperatura é cada vez mais fria e tampouco ele é uma ilha, onde cada um vive isolado em seu mundo. Retornando ao ensino, ainda mais quando esse requer de seu profissional que é trabalhar em sala regular com discente que possui uma deficiência em especial o surdo. Será que de fato ele está preparado profissionalmente para receber esse educando?

GRÁFICO 05. Suporte escolar aos docentes da sala regular que desenvolvem trabalhos com discente surdo.



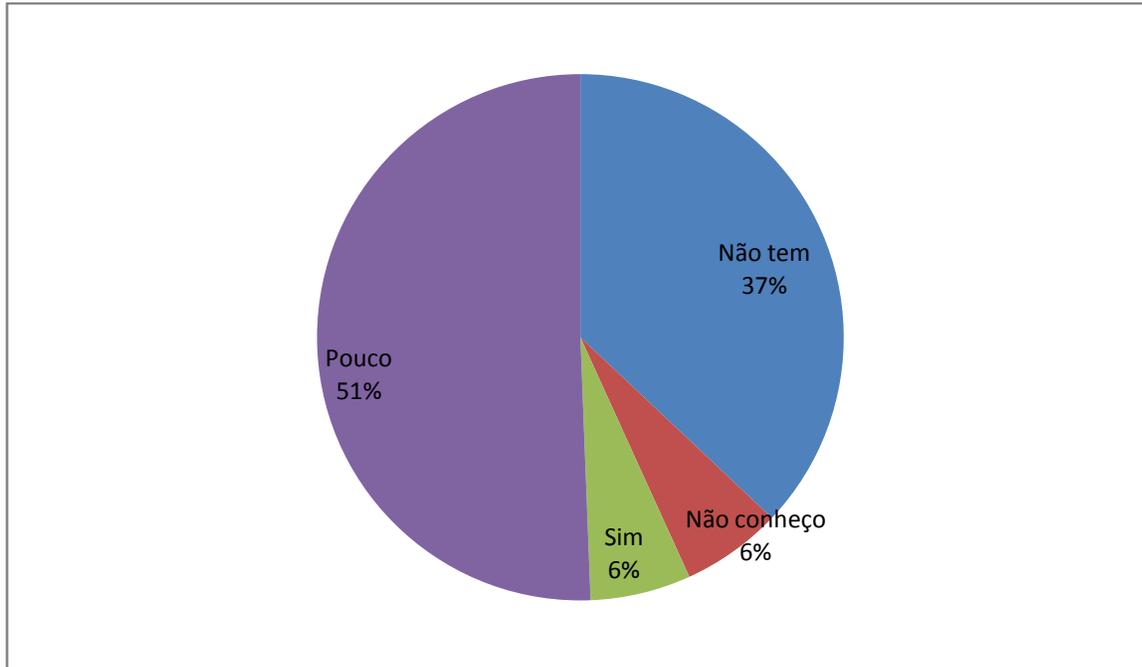
Fonte: Luciane Lopes, 2017.

Em respostas aos entrevistados na soma de 12 (doze) professores que responderam a pergunta que suporte escolar tem os docentes da sala regular que desenvolvem trabalhos com discente surdo, conforme a ilustração do gráfico acima se constata que 34% que corresponde a 05 (cinco) pessoas disseram que a escola não tem essa participação junto a eles (professores), 33% que corresponde a 04 (quatro) sujeitos disseram que esse suporte é pouco, já 17% que respondem a 02 (duas) pessoas responderam que a escola participa 8% que responde a 01 (um) pesquisado e 8% que responde a 01 (uma) pessoa disse que nem sempre esse suporte é presente.

De acordo com Oliveira (2013) Saber ensinado direciona ao saber que é ensinado de maneira especial em sala de aula tendo como embasamento o saber científico o qual é encontrado nos artigos científicos, livros dentre outros materiais. (Sendo assim, nesse pilar o docente ao organizar suas aulas precisa situar relação entre o que se vai ensinar sobre a

comunidade da escola tais qual gestor, educador, pais e estudantes), do mesmo modo aspectos didáticos de sua práxis. Desse jeito, aparece uma segunda transposição no mundo da didática que é modificar o saber ensinar em “saber ensinado”.

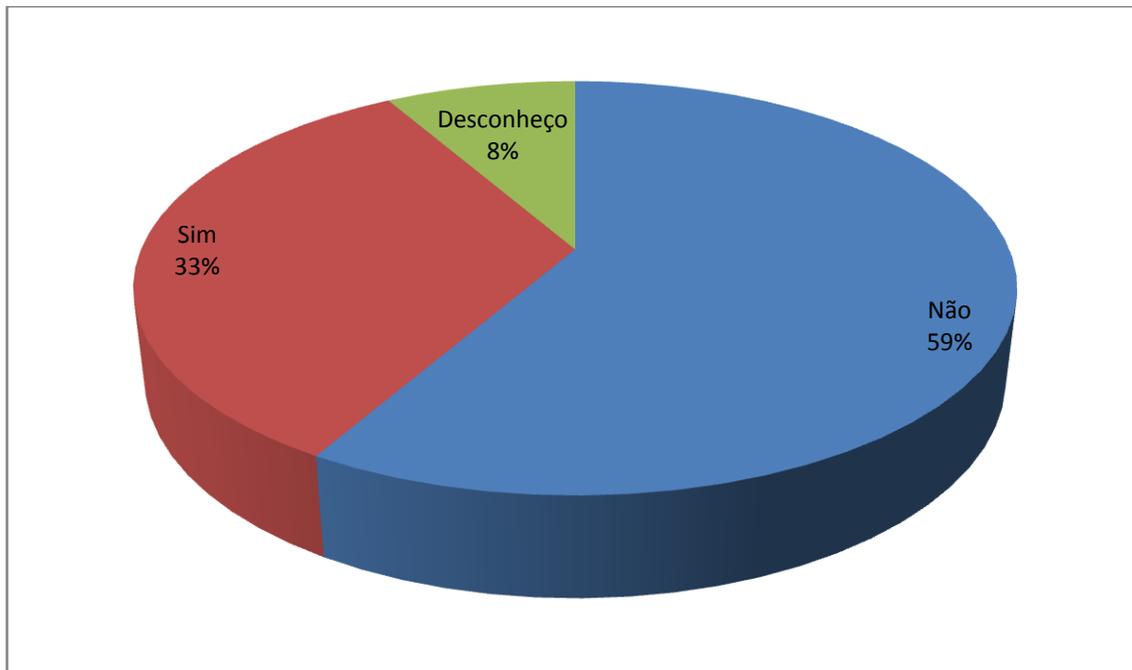
GRÁFICO 06. Política educacional focada ao educando surdo



Fonte: Luciane Lopes, 2017.

Em observação ao gráfico acima pode perceber que os 12 (doze) docentes ao responderem a pergunta a respeito se têm uma política educacional focada ao educando surdo, onde as respostas foram as mais diversificadas 51% que corresponde a 06 (seis) entrevistados afirmaram que é pouco, 37% corresponde a 04 (quatro) pesquisados disseram que não tem, 6% corresponde a 01 pessoa respondeu que não conhece e por fim 6% que equivale a 01 (um) sujeito falou que sim, na escola tem uma política educacional focada no discente surdo.

GRÁFICO 07. Participação do estudante surdo na política pública que a escola oferece



Fonte: Luciane Lopes, 2017.

De acordo com o gráfico acima se percebe que dentre 12 (doze) entrevistados quando lhe foram perguntado no que tange a Participação do estudante surdo na política pública que a escola oferece, pode certificar das mais distintas respostas diante o que foi perguntado de 59% correspondem a 07 (sete) sujeitos disseram que os educandos não participam 33% corresponde a 04 (quatro) pessoas responderam que os discentes participam sim e 8% corresponde a 01 (uma) comentou que desconhece a respeito dessa participação dos educandos surdos.

CONCLUSÕES

E preciso que a formação inicial proporcione condições para que o futuro profissional reflita sobre a prática docente, como professor direciona seu olhar para o seu educando e assim poder melhor atuar e intervir melhor na sua realidade. Oliveira (2013, p. 230)

Daí a importância do tema proposto que segundo a autora é de grande relevância a formação do educador, principalmente os atuam com educandos surdos para que ele possa fazer sua intervenção direcionada na realidade do educando, porque muitas vezes encontra-se muitos professores deslocados da realidade do aluno, mas se o professor é formado e qualificado ele atuara com êxito. Nesse contexto vale dizer que no decorrer da investigação foi notório perceber o quanto é importante a formação dos professores para o desempenho dos educandos surdos, pois estes alunos precisam de professores capacitados e formados para melhor assim poder atendê-los.

É importante frisar que este trabalho ira mostrar todo o percurso no decorrer da pesquisa desde o tema os objetivos a e sua, ou seja, é um resultado de uma pesquisa com profissionais que atuam diretamente com alunos surdos.

Quando se refere ao alcance dos objetivos específicos, informamos no que tange ao primeiro objetivo específico: *Avaliar a formação dos educadores que trabalham com educandos surdos*, ficou muito evidente que ao analisar o primeiro objetivo observou-se que todo o professorado tem formação acadêmica, mas não especifica para atuar ou direcionar um trabalho voltado para os alunos surdos, desses professorados entrevistados apenas uma professora possui o curso específico. Segundo Oliveira (2013, p. 230) afirma que a afirmação do professor de Educação de educação especial ainda esta para ser desvendada. Para a autora no Brasil poucos cursos tiveram

habilitação específica em Educação especial, e muitos dos que existem utilizavam terminologias arcaicas como “Educação excepcional” ou “Educação dos “Deficientes de audiocomunicação.”

Verificou-se que em meio à maioria do professorado, somente uma docente possui o curso na área de Língua de sinais, o que leva a pensar como é verdadeiramente esse ensino quando se fala a respeito do sujeito surdo, quando a própria Lei Brasileira 9394/96 que afirma que o surdo deve ser ensinado na sua língua mãe que é a Libras, em relação ao primeiro objetivou conclui sendo que o mesmo não foi alcançado.

Não basta somente eles estarem inseridos em uma sala sem terem participação da língua tanto do professor quanto dos colegas e a própria lei lhes garante a inclusão. E a inclusão acontece com professores especialistas em sua área específica. Esta pesquisa teve grande relevância, porque através das entrevistas foi perceptível notar nas falas dos sujeitos entrevistados seus anseios suas dificuldades seus métodos de trabalhos e qual é o olhar que a escola tem sobre esses alunos.

Logo, esta bem vista nos gráficos que poucos educadores têm uma formação específica voltada para o aluno surdo, logo se percebe que esse docente sente muita dificuldade em trabalhar com aluno surdo, porque ele não está apto para ministrar uma aula aonde à comunicação chegue até esse estudante surdo e com isso ao invés de inclusão torna-se uma exclusão.

Em relação ao alcance do segundo objetivo: *Conhecer as metodologias utilizadas pelos professores que trabalham com educandos surdos nos 1º, 6º e 7º Ano*, conclui-se que os professorados dessa instituição de ensino apesar de terem anos de prática pedagógica perceberam-se que ainda lhes faltava metodologias adequadas para facilitar a aprendizagem do discente surdo, mas também há professores que procuram inovar no ato de planejar as suas aulas, apesar de não possuírem uma formação específica para trabalhar com educando dessa natureza, todos tem uma formação, no entanto, a maioria não está voltada para o educando surdo, bem como afirma Ferreira (2014, p. 40). “Os saberes não chegam prontos aos professores, eles precisam resignificá-los de acordo com a realidade que permeia sua atividade docente”. Mas foi perceptível em alguns professores suas inovações no ato de planejar, alguns inovando outros com nenhum tipo de metodologia Oliveira (2013), enfatiza que a formação inicial independe tanto da área quanto do nível que atua como educador, ele necessita chegar até uma formação

permanente, a qual o fará a repensar em sua prática na docência, do mesmo modo os elementos que a ela são subjacentes. Observa-se como é importante ter uma formação inicial e mais ainda é a formação permanente, pois ela está diretamente ligada no pensar novamente no que diz respeito à práxis daquele profissional. Ensinar exige pesquisa, na afirmação de Freire (1999, p. 32) “não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino”, o professor deve estar sempre estudando, pois é natural da prática docente ir indagação a buscar, a pesquisar, com o objetivo de melhorar cada vez mais sua prática de ensinar. É próprio de educador ser pesquisador, pela certeza de estar sempre inovando a respeito de sua formação permanente, porque o professor é um pesquisador.

Um ponto de grande relevância que a pesquisa aponta é no que tange devido os docentes não possuem uma formação específica torna-se difícil a interação entre os mesmos, mas algo muito interessante foi notório perceber no decorrer da pesquisa e uma delas foi como os professores fazem pra atender esse discente, uns trabalham com matérias diversificadas, outros com os próprios alunos, pesquisas, e outros meios, tudo isso para desenvolver trabalho pedagógico atender o aluno surdo. Diante ao gráfico é visível no que refere a metodologia desses professores, pois embora eles usem de várias metodologias distintas uma da outra e com toda a sua dedicação e esforço, eles reconhecem que se tivessem uma formação na área seria bem melhor pra eles e para os discentes. Contudo, conclui-se que embora os docentes não tenham uma formação específica para se trabalhar com os discentes surdos aqueles profissionais buscam em oferecer sempre a melhor metodologia para o seu alunado, logo é perceptível disser que foi alcançado o segundo objetivo dessa investigação.

No terceiro objetivo: *Correlacionar a política pública adotada pela escola para junto com os professores e frente ao trabalho com educandos surdos analisar a sua proposta de educação inclusiva*, constatou-se que é de suma importância, quando o apoio surge da própria escola, no sentido de incentivar e dar base seja ela pedagógica didática e até mesmo no emocional, mas na verdade isso não acontece o professorado não tem muito apoio, até mesmo, porque nem os dirigentes e nem o coordenador tem formação específica voltada para o ensino dos educandos surdos e por sua vez a escola não dispõe de materiais pedagógicos específicos na área da surdez e tampouco didáticos, para auxiliar o docente é como se fosse um trabalho isolado, sendo que cada docente trabalha somente com as suas mãos, assim como Freire (2006) diz que à escola é lugar de gente, de gente que um entende o outro, à escola não é uma parede

fria onde sua temperatura é cada vez mais fria e tampouco - ela – é uma ilha, onde cada um vive isoladamente em seu próprio mundo.

É importante frisar que diante de todo esse contexto percebe-se que os discentes não recebem apoio da escola e nem do município pra uma formação interna com todos os professores que desenvolvem trabalhos com educando surdos para fim de discutirem e concretizar no sentido de realizar as suas propostas na educação inclusiva, o docente investe nele mesmo pra tornar seu ambiente de trabalho acolhedor e prazeroso para os alunos. E a pesquisa aponta que não há uma preocupação de uma política educacional voltada pra atender os alunos surdos, foi perceptível notar que nem no Projeto Político Pedagógico da Escola - P.P.P - contempla interesse para o atendimento educacional daqueles alunos.

Portanto, o terceiro objetivo percebe que não foi atingido, pois a escola não apresenta até o dado momento nenhuma proposta que esteja ligada a uma política que seja verdadeiramente comprometida com a diferença, com o que seja desafiante, pois dessa maneira terá uma política educacional mais justa e de mais equidade, onde o outro o diferente o que tem uma deficiência venha de fato ter o mesmo direito que o outro, fazendo essa política de educação onde todos possam compartilhar sem uma exclusão e sim fazer parte a inclusão.

Nesse sentido, estudos direcionados por Mazzotta (2011, p. 12) afirma que “a educação especial no Brasil não tem merecido a necessária atenção dos estudiosos, de modo a empreenderem uma investigação científica de suas existência enquanto elemento significativo da política educacional”.

RECOMENDAÇÕES

Através desta tese recomenda-se aos profissionais da educação mais especificamente do município de Mocajuba onde está localizada a Escola Municipal de Ensino Fundamental Deputado Abel Figueiredo, foi o locus de campo da presente pesquisa que trabalhar a inclusão dos alunos dentro das disciplinas do currículo é de grande relevância para o contexto da sala de aula ao que tangue o ensino aprendizagem especialmente os educandos com surdez, de modo que existe uma determinada preocupação que formação tem os educadores que atuam com os discentes surdos, no mesmo sentido como acontece o processo ensino aprendizagem, posteriormente ter a percepção da importância desse desenvolvimento entre professor e aluno.

Nessa direção, recomenda-se

Ao município de Mocajuba que tenha uma percepção de visão mais ampla e direcionada, no que refere em apoiar com mais precisão aos diretores de escola, coordenadores pedagógicos, educadores, na preocupação em ofertar cursos de formação na área de curso Libras nos níveis: básico, intermediário e avançado, principalmente o básico e intermediário, que por sua vez já ajudaria muito os professores que trabalham com alunos surdos, tendo em vista que 75% (setentas e cinco por cento), daquele professorado não têm curso na Língua de Sinais, isso significa dizer que muito mais da metade, nem se quer tem noção de Libras, levando em consideração que para ensinar o surdo, se faz necessário aprender a sua língua materna.

À Secretária Municipal de Educação - Semed do município de Mocajuba mais propriamente na pessoa da Coordenação de Educação Inclusiva que tenha um olhar bem profundo, quando se fala em uma educação inclusiva, proporcionando dessa maneira projetos a respeito de cursos de capacitação para todos os docentes que trabalham com discentes surdos e não surdos para que esses profissionais tenham na verdade esse apoio que tanto fará sentido e diferença em sua metodologia, tanto da parte de quem ensina quanto de quem é ensinado, pois uma vez que o professor aprende aquela língua ele estará tendo uma zona proximal maior com o surdo, sendo ambos numa interação significativa no processo ensino aprendizagem.

À própria escola que abriu às suas portas tornando a concretude dessa investigação que ela tenha o tato de perceber a importância de curso de capacitação para os seus educadores daquela instituição, sobretudo aqueles que atuam com os surdos, visibilizando que a formação é

um direito que está assegurado conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB de nº 9.394/96 de dezembro de 1996, que aborda mais especificamente em seu artigo 61 “a formação de profissionais da educação”.

Aos educadores que não parem de se aprimorar cada vez mais, por meio de sua prática pedagógica em sala de aula junto aos seus educandos possam visualizar e ter o prazer através da aprendizagem, que de fato eles aprenderam o que foi ensinado em classe, aprofundado assim seus trabalhos com eficácia para com seus educandos, dessa forma nessa mesma direção, nos estudos conduzidos sob a orientação de Lima (2014, p. 38) descreve que: “a ação de ensinar exige uma formação específica”. Percebe aqui sobre uma formação que é voltada para o específico, significa afirmar o quanto é preciso sobre esse tipo de capacitação para o professorado, ainda mais quando se tem educando surdo, exemplificando o curso de Libras.

É necessário também recomendar que faça uma avaliação com os educandos surdos no que se refere a se dominam a Língua Brasileira de Sinais a Libras, se eles sabem qual é o nível de conhecimento se vai desde básico ou a própria fluência nessa língua, e se caso ainda não é alfabetizado, ver o quanto mais depressa profissionais com formação específica na área de Libras para ensiná-lo na sua língua mãe que é a Língua de Sinais, para depois aprender a Língua Oral, no caso é a Língua Portuguesa.

Outra recomendação de suma importância igualmente, aos educandos ouvintes para que a esses seja tenha um projeto no que tange o ensino da Língua Brasileira de Sinais, projeto esse o qual esteja sob a orientação do gestor da escola acima citada aqui inúmeras vezes, sendo o objetivo principal ter a interação entre educandos: surdo e ouvinte, pois dessa maneira terá uma comunicação em sinais, uma vez que o uso de mímica ou gestos abre espaço para uma língua visuo-espacial, retomando que, nessa relação o respeito dentre surdo e ouvinte, ouvinte e surdo são indispensáveis, o respeito de ambas as partes.

Portanto, por meio desta investigação intitulada À formação do educador que trabalha com educandos surdos nos 1º, 6º e 7º Ano na escola municipal de ensino fundamental Deputado Abel Figueiredo no município de Mocajuba - Pará Brasil, foi perceptível de quanto os professores precisam de um curso de formação em Língua de Sinais, pois bem como consta mais de 74% (setenta e quatro por cento), não tem nenhum contato com essa língua, haja vista que essa formação é de suma importância na prática pedagógica, no que se volta ao processo ensino-aprendizagem em especial ao educando com surdez.

REFERÊNCIAS

- Alvarenga, E. M de. A pesquisa descritiva como o nome já indica é que vai narrar algo, na concepção de Alvarenga (2010, p. 40):
- Bueno, S. (2000). Minidicionário da língua portuguesa. São Paulo, FTD. Ed. para o Ensino Fundamental.
- Camargo, C. de B. e Fernández, A. H. (2015). Neurociência, Educação Inclusiva e fonoaudiologia. Gami Editorial.
- Camargo, C. de B. et. al. (2014). Aspectos fundamentais da pesquisa científica. Elaborado por: Marben, editora & Gráfica S.A.
- Capovila, F. C.; Rafael, W. D. Editores. Ilustrações, Marques, Silvana (2008). Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais Brasileira. Volume II. Sinais de M a Z. 3. ed. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo.
- Carneiro. M. A. LDB fácil: leitura crítico-compreensiva, artigo a artigo. 19. ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- Ferreira, A. B. de H. (2001). Miniaurélio século XXI. O minidicionário da língua portuguesa. Coordenação de edição, Anjos. Margarida dos. e Ferreira, Marina Baird Ferreira. Lexicografia. Anjos, Margarida dos. et. al. 5ª ed. Ver. Ampliada. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- Gesser, A. (2012). O ouvinte e a surdez: sobre ensinar e aprender LIBRAS. São Paulo, Parábola Editorial.
- Hengemühle, A. (2014). Formação de professores: da função de ensinar ao resgate da educação. 3. Ed. Petrópolis, RJ, Vozes.
- Hernández Sampieri, R. et. al. (2006). Metodología de la Investigación. 3 ed. São Paulo.
- Honora, M. (2014). Inclusão educacional de alunos com surdez: concepção e alfabetização: ensino fundamental, 1º ciclo. São Paulo, Cortez.
- Imbernón, F. (2009). Formação permanente do professorado: novas tendências. Tradução de Sandra Trabucco Valenzuela. São Paulo: Cortez, 2009.
- Lima, Camila Machado de. (2015). Educação de surdos: desafios para a prática e formação de professores. Rio de Janeiro, Wak Editora.

Mantoan, M. T. E. (2013). O desafio das diferenças nas escolas. (Organizadora). 5 ed. Petrópolis, RJ, Vozes.

Novaes, E. C. (2014). Surdos: educação, direito e cidadania. 2 ed. Rio de Janeiro. Wak Ed.

Oliveira, M. M de. (2013). Sequência Didática Interativa no processo de formação de professores. Petrópolis, RJ, Vozes.

Quadros, R. M de. (1997/ 2008 reimpressão). Educação de surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre, Artmed.

Rafaeli, K. S. C.; Silveira, M. D. D. (2009). Centro Universitário Leonardo da Vinci. Indaial, Grupo Uniasselvi.

Sousa, Saulo Xavier de. (2011). Intérprete de Língua de Sinais Brasileira na sala de aula. Indaial, Uniasselvi.

Souza, M. R. & Góes, M. C. R. O ensino para Surdos na escola inclusiva: Considerações sobre o excludente contexto de inclusão. In: C. Skliar (Org.): Atualidade da educação bilíngue para Surdos. Porto Alegre: Mediação, 1999. V. 1, p.163-188. tirado dos trabalhos: ENSAIOS PEDAGÓGICOS

Revista Eletrônica do Curso de Pedagogia das Faculdades OPET

Strobel, K. (2016). As imagens do outro sobre a cultura surda. 4. ed. – Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2016.146 p.

Issn 2175-1773 – dezembro de 2013

Metodologia do professor no ensino de alunos surdos

Humberto Bueno Gonçalves

Acessado no dia 10/04/2017

Bardin (2009)

<https://www.google.com.br/search?source=hp&ei=308KWvuYMMe8wATHrKTYCQ&q=Localização+geografica+de+Mocajuba&oq=Localização+geografica+de+Mocajuba&gs>

Acessado no dia 13/11/2017

<https://hortas.info/como-plantar-pimenta-do-reino> acessado no dia 02/12/2017

ANEXOS

SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA A PESQUISA

Ofício 001/2014

Mocajuba, 03 de julho de 2014

Prezados senhores: Diretor (a) e vice diretor da Escola Municipal de Ensino Fundamental Deputado Abel Figueiredo no Município de Mocajuba Pará Brasil.



Sou o Antonio Hernández Fernández, Dr. PhD. Em Pedagogia, maestro especialista em Audición y Lenguaje, maestro em Logopedia, Especialista em Atención Temprana na Universidad de Jaén na Espanha. Maestro do Curso de Mestrado e doutorado Ciências da Educação da Universidade Autônoma de Assunção em Assunção.

Sou o orientador e tutor da senhorita Luciane Lopes que realiza o curso de Pós-Graduação: Mestrado em Ciências da Educação, na Universidade Autônoma de Assunção.

A senhorita Luciane Lopes, está realizando uma investigação, qual tem o **Tema: A formação do educador que trabalha com educandos surdos nos 1º, 6º e 7º ano na Escola Municipal de Ensino Fundamental Deputado Abel Figueiredo no Município de Mocajuba - Pará Brasil.** E para completar sua investigação, necessitará realizar a aplicação de uma pesquisa nesta instituição, por isso solicitamos sua autorização.

Queremos ressaltar que em todo o momento se manterá s confidencialidade de dados e anonimato dos mesmos.

Agradecemos antecipadamente sua colaboração,
Atenciosamente.

Antonio Fernández Hernández
Dr. Ph.D em Pedagogia



FORMULÁRIO PARA VALIDAÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS

Prezado Professor Dr. Antonio Hernández Fernández

Este formulário destina-se a validação do instrumento que será utilizado na coleta de dados da pesquisa de campo cujo tema é:

A formação do educador que trabalha com educandos surdos nos 1º, 6º e 7º ano na Escola Municipal de Ensino Fundamental Deputado Abel Figueiredo no município de Mocajuba - Pará Brasil.

Diante disso, solicito sua análise para verificar se **as questões e os objetivos formulados** se encontram de acordo, além da **clareza na construção** das questões. Caso julgue necessário, se sinta à vontade para sugerir melhorias, utilizando para isso o campo de observação.

Sendo que as perguntas são no total de 15 (quinze) perguntas abertas, que são direcionadas para os educadores que trabalham com educandos surdos nos 1º, 6º e 7º ano na Emef Deputado Abel Figueiredo. No caso da questão ter suscitado dúvida depois pode tirar com o pesquisando escrevendo anotando assim qual questão o deixou em dúvida, descrevendo se possível, as dúvidas que a questão gerou na observação. Sem mais para o momento antecipadamente agradeço por sua atenção e pela presteza em contribuir com o desenvolvimento da minha pesquisa.

Mestranda Luciane Lopes

Sendo que o foco da pesquisa a ser realizada é a Escola de Ensino Fundamental Deputado Abel Figueiredo, uma vez que é das primeiras redes do ensino a começar seu trabalho com estudantes surdos.

Seguindo o contexto elaboramos o seguinte **problema: Qual é a formação do educador que trabalha com educandos surdos nos 1º, 6º e 7º ano na escola municipal de Ensino Fundamental Deputado Abel Figueiredo no município de Mocajuba - Pará Brasil?**

Diante do exposto, o **Objetivo Geral** investiga: **Identificar como esta sendo a formação do educador que trabalha com educandos surdos nos 1º, 6º e 7º ano na Escola Municipal de Ensino Fundamental Deputado Abel Figueiredo no Município de Mocajuba - Pará Brasil**

APÊNDICE 1 – Roteiro das entrevistas para os docentes que trabalham com discentes surdos na instituição lócus da investigação



TEMA: A FORMAÇÃO DO EDUCADOR QUE TRABALHA COM EDUCANDO SURDO NOS 1º, 6º E 7º ANO NA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL DEPUTADO ABEL FIGUEIREDO NO MUNICÍPIO DE MOCAJUBA – PARÁ BRASIL.

Guia de Entrevista

O guia de entrevista contém 15 (quinze) perguntas abertas

Questionário direcionado ao (a) educador (a) que trabalha com educando surdo na sala regular do 1º Ano ---- da instituição, lócus da pesquisa.

1º Objetivo: Identificar como esta sendo a formação do educador que trabalha com educandos surdos no 1º, 6º e 7º ano na escola municipal de ensino fundamental Deputado Abel Figueiredo no município de Mocajuba - Pará Brasil

1. Qual a sua formação?

2. Há quanto tempo trabalhas com educando surdo?

3. Você tem um curso na área de Libras, se não tens, pretende ter?

4. Você participa/participou de alguma formação?

5. Como você ver a atuação do educador que possui formação acadêmica, na Língua Sinais Brasileira?

2º Objetivo: Perceber que metodologias são utilizadas pelos docentes que desenvolvem trabalhos com o estudante surdo

6. Quanto a sua metodologia que aporte lhe fornece no processo de ensino-aprendizagem para o discente surdo?

7. Quanto a sua metodologia aplicada tens algum tipo de dificuldade para ensinar o discente surdo?

8. Que metodologia você utiliza em sala de aula quanto ao estudante surdo?

9. Através de sua metodologia, como percebes se o estudante surdo teve aprendizagem em sua explanação?

10. Por meio da metodologia utilizada em classe como o (a) aluno (a) surdo (a) corresponde ao que está sendo ensinado em sala de aula?

3º Objetivo: Conhecer que política educacional a escola adotou ao lado dos docentes que trabalham com discente surdo e fazer uma análise que proposta é direcionada à educação inclusiva

11. Por sua vez a escola, participa junto com os professores que trabalham com surdo, no que diz a respeito a sua inclusão na sala regular?

12. A escola tem uma política educacional que é voltada para o estudante surdo?

13. O educando surdo participa da política pública que a escola possui?

14. A política educacional da escola oferece que tipo de proposta para a Educação Inclusiva?

15. Na sua idéia o que é política pública educacional?

QUESTIONÁRIOS

Prezado Professor Dr. Antonio Hernández Fernández

Este formulário destina-se a validação à validação do instrumento que será utilizado na coleta de dados da pesquisa de campo cujo tema é:

A formação do educador que trabalha com educandos surdos nos 1º, 6º e 7º ano na Escola Municipal de Ensino Fundamental Deputado Abel Figueiredo no município de Mocajuba - Pará Brasil.

Diante disso, solicito sua análise para verificar se **as questões e os objetivos formulados** se encontram de acordo, além da **clareza na construção** das questões. Caso julgue necessário, se sinta à vontade para sugerir melhorias, utilizando para isso o campo de observação.

Sendo que as perguntas são no total de 15 (quinze) perguntas abertas, que são direcionadas para os educadores que trabalham com educandos surdos nos 1º, 6º e 7º ano na Emef Deputado Abel Figueiredo. No caso da questão ter suscitado dúvida depois pode tirar com o pesquisando escrevendo anotando assim qual questão o deixou em dúvida, descrevendo se possível, as dúvidas que a questão gerou na observação. Sem mais para o momento antecipadamente agradeço por sua atenção e pela presteza em contribuir com o desenvolvimento da minha pesquisa.

Mestranda Luciane Lopes

Sendo que o foco da pesquisa a ser realizada é a Escola de Ensino Fundamental Deputado Abel Figueiredo, uma vez que é das primeiras redes do ensino a começar seu trabalho com estudantes surdos.

Seguindo o contexto elaboramos o seguinte **problema: Qual é a formação do educador que trabalha com educandos surdos nos 1º, 6º e 7º ano na escola municipal de Ensino Fundamental Deputado Abel Figueiredo no município de Mocajuba - Pará Brasil?**

Diante do exposto, o **Objetivo Geral** investiga: **Identificar como esta sendo a formação do educador que trabalha com educandos surdos nos 1º, 6º e 7º ano na Escola Municipal de Ensino Fundamental Deputado Abel Figueiredo no Município de Mocajuba - Pará Brasil**

APÊNDICE 1 – Roteiro das entrevistas para os docentes que trabalham com discentes surdos na instituição lócus da investigação



TEMA: A FORMAÇÃO DO EDUCADOR QUE TRABALHA COM EDUCANDO SURDO NOS 1º, 6º E 7º ANO NA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL DEPUTADO ABEL FIGUEIREDO NO MUNICÍPIO DE MOCAJUBA – PARÁ BRASIL.

Guia de Entrevista

O guia de entrevista contém 15 (quinze) perguntas abertas

Questionário direcionado ao (a) educador (a) que trabalha com educando surdo na sala regular do 1º Ano ---- da instituição, lócus da pesquisa.

1º Objetivo: Identificar como esta sendo a formação do educador que trabalha com educandos surdos no 1º, 6º e 7º ano na escola municipal de ensino fundamental Deputado Abel Figueiredo no município de Mocajuba - Pará Brasil

1. Qual a sua formação?

2. Há quanto tempo trabalhas com educando surdo?

3. Você tem um curso na área de Libras, se não tens, pretende ter?

4. Você participa/participou de alguma formação?

5. Como você ver a atuação do educador que possui formação acadêmica, na Língua Sinais Brasileira?

2º Objetivo: Perceber que metodologias são utilizadas pelos docentes que desenvolvem trabalhos com o estudante surdo

6. Quanto a sua metodologia que aporte lhe fornece no processo de ensino-aprendizagem para o discente surdo?

7. Quanto a sua metodologia aplicada tens algum tipo de dificuldade para ensinar o discente surdo?

8. Que metodologia você utiliza em sala de aula quanto ao estudante surdo?

9. Através de sua metodologia, como percebes se o estudante surdo teve aprendizagem em sua explanação?

10. Por meio da metodologia utilizada em classe como o (a) aluno (a) surdo (a) corresponde ao que está sendo ensinado em sala de aula?

3º Objetivo: Conhecer que política educacional a escola adotou ao lado dos docentes que trabalham com discente surdo e fazer uma análise que proposta é direcionada à educação inclusiva

11. Por sua vez a escola, participa junto com os professores que trabalham com surdo, no que diz a respeito a sua inclusão na sala regular?

A formação do educador que trabalha com educandos surdos nos 1º, 6º e 7º ano na Escola Municipal de Ensino Fundamental Deputado Abel Figueiredo no município de Mocajuba - Pará Brasil.

Diante disso, solicito sua análise para verificar se **as questões e os objetivos formulados** se encontram de acordo, além da **clareza na construção** das questões. Caso julgue necessário, se sinta à vontade para sugerir melhorias, utilizando para isso o campo de observação.

Sendo que as perguntas são no total de 15 (quinze) perguntas abertas, que são direcionadas para os educadores que trabalham com educandos surdos nos 1º, 6º e 7º ano na Emef Deputado Abel Figueiredo. No caso da questão ter suscitado dúvida depois pode tirar com o pesquisando escrevendo anotando assim qual questão o deixou em dúvida, descrevendo se possível, as dúvidas que a questão gerou na observação. Sem mais para o momento antecipadamente agradeço por sua atenção e pela presteza em contribuir com o desenvolvimento da minha pesquisa.

Mestranda Luciane Lopes

Sendo que o foco da pesquisa a ser realizada é a Escola de Ensino Fundamental Deputado Abel Figueiredo, uma vez que é das primeiras redes do ensino a começar seu trabalho com estudantes surdos.

Seguindo o contexto elaboramos o seguinte **problema: Qual é a formação do educador que trabalha com educandos surdos nos 1º, 6º e 7º ano na escola municipal de Ensino Fundamental Deputado Abel Figueiredo no município de Mocajuba - Pará Brasil?**

Diante do exposto, o **Objetivo Geral** investiga: **Identificar como esta sendo a formação do educador que trabalha com educandos surdos nos 1º, 6º e 7º ano na Escola Municipal de Ensino Fundamental Deputado Abel Figueiredo no Município de Mocajuba - Pará Brasil**

APÊNDICE 1 – Roteiro das entrevistas para os docentes que trabalham com discentes surdos na instituição lócus da investigação



TEMA: A FORMAÇÃO DO EDUCADOR QUE TRABALHA COM EDUCANDO SURDO NOS 1º, 6º E 7º ANO NA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL DEPUTADO ABEL FIGUEIREDO NO MUNICÍPIO DE MOCAJUBA – PARÁ BRASIL.

Guia de Entrevista

O guia de entrevista contém 15 (quinze) perguntas abertas

Questionário direcionado ao (a) educador (a) que trabalha com educando surdo na sala regular do 1º Ano ---- da instituição, lócus da pesquisa.

1º Objetivo: Identificar como esta sendo a formação do educador que trabalha com educandos surdos no 1º, 6º e 7º ano na escola municipal de ensino fundamental Deputado Abel Figueiredo no município de Mocajuba - Pará Brasil

1. Qual a sua formação?

2. Há quanto tempo trabalhas com educando surdo?

3. Você tem um curso na área de Libras, se não tens, pretende ter?

4. Você participa/participou de alguma formação?

5. Como você ver a atuação do educador que possui formação acadêmica, na Língua Sinais Brasileira?

2º Objetivo: Perceber que metodologias são utilizadas pelos docentes que desenvolvem trabalhos com o estudante surdo

6. Quanto a sua metodologia que aporte lhe fornece no processo de ensino-aprendizagem para o discente surdo?

7. Quanto a sua metodologia aplicada tens algum tipo de dificuldade para ensinar o discente surdo?

8. Que metodologia você utiliza em sala de aula quanto ao estudante surdo?

9. Através de sua metodologia, como percebes se o estudante surdo teve aprendizagem em sua explanação?

10. Por meio da metodologia utilizada em classe como o (a) aluno (a) surdo (a) corresponde ao que está sendo ensinado em sala de aula?

3º Objetivo: Conhecer que política educacional a escola adotou ao lado dos docentes que trabalham com discente surdo e fazer uma análise que proposta é direcionada à educação inclusiva

11. Por sua vez a escola, participa junto com os professores que trabalham com surdo, no que diz a respeito a sua inclusão na sala regular?

12. A escola tem uma política educacional que é voltada para o estudante surdo?

13. O educando surdo participa da política pública que a escola possui?

14. A política educacional da escola oferece que tipo de proposta para a Educação Inclusiva?

15. Na sua idéia o que é política pública educacional?